



Governo dos Açores
Presidência do Governo
Secretário Regional da Presidência
Direcção Regional das Comunidades

Comunidades



Serviço Social

munidades

FICHA TÉCNICA

COMUNIDADES
www.azores.gov.pt

PROPRIEDADE E EDIÇÃO:
Presidência do
Governo Regional dos Açores
Secretário Regional da Presidência
Direcção Regional das Comunidades

DIRECTORA:
Maria da Graça Borges Castanho

COORDENAÇÃO:
Paulo Teves

CONCEPÇÃO GRÁFICA:
Rui Melo

PAGINAÇÃO:
Vitor Melo

IMPRESSÃO:
Nova Gráfica

PERIODICIDADE:
Semestral

Edição de Outubro de 2011

ISSN 2182-245X (Impresso)
ISSN 2182-2468 (Em linha)

Dep. Legal: 335789/11



Governo dos Açores
Presidência do Governo
Secretário Regional da Presidência
Direcção Regional das Comunidades

CONTACTOS DA DRC:

FAIAL
Rua Cônsul Dabney
Colónia Alemã - Apartado 96
9900-014 HORTA
Telef.: (351) 292 208 100
Fax: (351) 292 391 854

TERCEIRA
Rua do Palácio, S/N
9700-143 ANGRA DO HEROÍSMO
Telef.: (351) 295 403 630
Fax: (351) 295 214 867

SÃO MIGUEL
Edifício Boavista, R/C Dt.º, 6B,
Grotinha
9500-782 PONTA DELGADA
Telef.: (351) 296 204 811
Fax: (351) 296 284 380

E-mail: drc@azores.gov.pt



ÍNDICE

4	4	62
INTRODUÇÃO	INTRODUÇÃO	WORKING WOMEN COMMUNITY CENTRE
6	6	66
INTRODUCTION	INTRODUCTION	CASA DE SAÚDE S. MIGUEL
8	8	70
ACTIVIDADES DRC	ACTIVIDADES DRC	ILLEGAL IMMIGRATION REFORM AND IMMIGRANT RESPONSIBILITY ACT OF 1996 (IIRAIRA)
12	12	75
AS PRIMEIRAS ORGANIZAÇÕES PORTUGUESAS DE SERVIÇO SOCIAL NOS EUA	AS PRIMEIRAS ORGANIZAÇÕES PORTUGUESAS DE SERVIÇO SOCIAL NOS EUA	O PAPEL DO VOLUNTARIADO NA GERAÇÃO DOS BABY BOOMERS LUSO-AMERICANOS
16	16	77
O SERVIÇO SOCIAL NAS COMUNIDADES	O SERVIÇO SOCIAL NAS COMUNIDADES	COASTLINE ELDERLY SERVICES, INC. NEW BEDFORD, MASSACHUSETTS
26	26	80
POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL NOS AÇORES 2007 – 2010	POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL NOS AÇORES 2007 – 2010	CENTRO ABRIGO (Toronto, Canada)
32	32	84
POLÍTICAS SOCIAIS NUM CONTEXTO DE MUDANÇA	POLÍTICAS SOCIAIS NUM CONTEXTO DE MUDANÇA	MOBILIZADOS NA LUTA CONTRA A POBREZA E A EXCLUSÃO SOCIAL
40	40	90
O COMPROMISSO DO ASSISTENTE SOCIAL COM A CAUSA DO BEM-ESTAR, DOS DIREITOS HUMANOS E DA JUSTIÇA SOCIAL	O COMPROMISSO DO ASSISTENTE SOCIAL COM A CAUSA DO BEM-ESTAR, DOS DIREITOS HUMANOS E DA JUSTIÇA SOCIAL	V.A.L.E.R. - VALLEY AREA LIVING ENABLING RESOURCES
44	44	91
A POBREZA E A EXCLUSÃO SOCIAL	A POBREZA E A EXCLUSÃO SOCIAL	MISSÃO DE SANTA CRUZ MONTREAL, CANADA PROGRAMA DA UNIVERSIDADE DOS TEMPOS LIVRES (UTL)
48	48	92
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA	PORTUGUESE-SPEAKING ELDER NETWORK - PSEN
50	50	94
POSSO: PORTUGUESE SENIOR CENTER OF SAN JOSE, CALIFORNIA	POSSO: PORTUGUESE SENIOR CENTER OF SAN JOSE, CALIFORNIA	ENQUADRAMENTO GERAL DA ENCÍCLICA CARITAS IN VERITATE
52	52	98
A POBREZA EM PORTUGAL CARACTERIZAÇÃO E PROPOSTAS PARA O SEU COMBATE	A POBREZA EM PORTUGAL CARACTERIZAÇÃO E PROPOSTAS PARA O SEU COMBATE	O “SER”
58	58	100
MAPS CELEBRA 40 ANOS DE SUCESSO NA PROMOÇÃO DA SAÚDE E NO DESENVOLVI- MENTO DA COMUNIDADE DE LÍNGUA POR- TUGUESA EM MASSACHUSETTS	MAPS CELEBRA 40 ANOS DE SUCESSO NA PROMOÇÃO DA SAÚDE E NO DESENVOLVI- MENTO DA COMUNIDADE DE LÍNGUA POR- TUGUESA EM MASSACHUSETTS	BALANÇO EM JEITO DE CONCLUSÃO
61	61	
FAMILY SUPPORT	FAMILY SUPPORT	



A revista *Comunidades*, que agora se lança, da responsabilidade da Direcção Regional das Comunidades (DRC), é o resultado do Congresso Internacional de Organizações de Serviço Social, subordinado ao tema *Migrações e Práticas Inclusivas*, que se realizou em Ponta Delgada, em Dezembro de 2010, organizado pelas direcções regionais das Comunidades e da Solidariedade e Segurança Social.

Para fazer face aos problemas com que se deparam as comunidades imigrantes e regressadas, nos Açores, e emigrantes, na diáspora, o Governo dos Açores tem vindo a estabelecer parcerias com várias instituições que, no terreno, trabalham em prol de melhor qualidade de vida das franjas populacionais mais vulneráveis, como os idosos, crianças, mulheres e desempregados, ao serviço de problemáticas diversas, nomeadamente dependências, violência doméstica, negligência, abandono escolar, dificuldades de aprendizagem, desemprego, etc. Fruto deste esforço conjunto de resolução de problemas, nasceu a Rede Interinstitucional de Intervenção Social Açores - Comunidades, em 2008, que congrega instituições sedeadas nos Açores, EUA e Canadá.

De dois em dois anos, a Rede tem participado em encontros regulares, organizados pela DRC, para discussão e análise das dinâmicas desenvolvidas por cada um dos parceiros. Os objectivos que estiveram na base do último congresso foram os seguintes:

- Proporcionar aos representantes das instituições participantes um espaço para conhecimento, reflexão e análise de exemplos de boas práticas de trabalho em rede nas respectivas comunidades, de ambos os lados do Atlântico.
- Desenvolver uma reflexão aprofundada sobre as questões sociais que mais afectam as nossas comunidades emigradas, emigrados regressados e imigrantes, abordando-as sob uma diversidade de perspectivas no sentido de serem melhor compreendidas e encontradas soluções integradas como resposta.
- Incentivar a mobilização e o envolvimento das instituições parceiras numa acção conjunta em torno de novos projectos, onde cada uma das instituições tenha a possibilidade de pôr em prática os seus recursos e potenciar as suas capacidades, indo ao encontro das necessidades expressas pelos públicos alvo da sua intervenção.

O congresso, que decorreu nos dias 5 e 6 de Dezembro, contou com vasta participação e foi organizado em conferência de abertura, sessões plenárias, comunicações e workshops, tendo os últimos versado os seguintes temas e subtemas:

1) Saúde e Bem-estar – Envelhecimento e 3ª idade; Saúde mental; Acesso aos serviços sociais e de saúde; Mobilidade e apoio domiciliário; Solidão; Toxicodependências; Precariedade económica; e Ocupação de Tempos Livres.

2) Dinâmicas Familiares – Violência doméstica; Aumento da pobreza; Delinquência juvenil; Abandono escolar; Desemprego; Toxicodependências; e Ruptura familiar.

3) Emigração, Imigração e Regressos – Interculturalidade; Integração Social; Emprego; Habitação; Reagrupamento familiar; Regularização de cidadãos indocumentados; Retorno voluntário e Retorno compulsivo.

Em resultado da discussão e troca de experiências, ocorridas em sede das *workshops*, surgiram propostas de vários projectos que, pelo seu valor e inovação, a DRC abraçou, encontrando-se, neste momento, em fase de desenvolvimento e/ou implementação dos

mesmos. Entre outros, são eles:

1) Programa LEGAL – Legalization Effort of the Government of the Azores, que visa a naturalização do maior número de indivíduos possível, nos EUA e Canadá, com vista à diminuição do número de deportações para os Açores.

2) *Selo de Certificação de Boas Práticas Inclusivas Migratórias*, que visa certificar instituições que promovem projectos de integração das comunidades migrantes, nos Açores.

3) Programa *De Mãos Dadas com os Açores*, que visa proporcionar aos cidadãos de origem açoriana, portadores de deficiência, que se encontram radicados nos EUA e Canadá, uma visita aos Açores, possibilitando-lhes o conhecimento da realidade açoriana actual e o reencontro com familiares e amigos, promovendo, deste modo, em parceria com diversas instituições, o desenvolvimento de acções promotoras de igualdade de oportunidades e o combate à discriminação e à indiferença a que ainda estão votados estes indivíduos.

4) O programa *Reencontro de Famílias*, que tem como objectivos valorizar e reconhecer os percursos de integração dos cidadãos repatriados que, ultrapassando obstáculos, se encontram integrados na sociedade açoriana; promover o restabelecimento de laços familiares afectados com o repatriamento; sensibilizar a sociedade açoriana para esta problemática e contribuir para a desmistificação dos estereótipos sobre os cidadãos repatriados, divulgando junto da sociedade civil os percursos de integração que os mesmos vivenciam.

5) *Simpósio Internacional de Direitos Humanos e Qualidade de Vida das Comunidades Falantes do Português nos EUA e Canadá*, o qual irá decorrer nos dias 9 e 10 de Novembro deste ano em Cambridge, Massachusetts. O keynote speaker será o Nobel da Medicina 2006, Craig Mello, e serão discutidas, para além das questões de Saúde, as problemáticas da Deportação, Educação, e Direitos Humanos e liderança comunitária.

A acrescentar aos textos resultantes das participações no supramencionado congresso (textos estes **da exclusiva responsabilidade dos seus autores/as**), a revista *Comunidades* integrará informação relevante sobre as actividades desenvolvidas pela DRC, na convicção de que a divulgação das mesmas terá como consequência directa uma maior consciencialização, por parte das populações que servimos, da diversidade de acções que promovemos, com vista a um eficaz envolvimento nas mesmas.

Certa de que esta nova revista *Comunidades*, que terá uma temática diferente em cada edição, vai ao encontro de uma lacuna sentida nos nossos serviços - que se prende com a necessidade de dar a conhecer e valorizar publicamente as organizações ou pessoas que, com o seu trabalho, são uma mais-valia e constituem a diferença na sociedade -, agradeço, em nome da DRC, a colaboração de todas as organizações de serviço social e desejo os maiores sucessos para o trabalho que desenvolvem.

Maria da Graça Borges Castanho, Ph.D.
Directora Regional das Comunidades
Docente da Universidade dos Açores



The now released *Communities* magazine, a responsibility of the Regional Department for the Communities (DRC), is the result of the *International Congress of Social Services Organizations*, entitled *Migration and Inclusive Practices*, held in Ponta Delgada in December 2010, and organized both by the Regional Department for the Communities and the Regional Department for Solidarity and Social Security.

To address the problems faced by immigrant and returnee communities in the Azores, and emigrant communities in the diaspora, the Azorean Government has established partnerships with several institutions that work on the field for a better life quality of the more vulnerable population groups such as the elderly, children, women and unemployed and address diverse problems, including addictions, domestic violence, neglect, school dropout, learning difficulties, unemployment, etc.. The result of this joint effort to solve problems, was the *Interinstitutional Network of Social Intervention Azores - Communities*, founded in 2008, that brings together institutions based in the Azores, and in the U.S. and Canada.

Every two years, this international network has participated in regular meetings, organized by the DRC, to discuss and analyze the dynamics developed by each partner. The objectives at the basis of the last Congress were as follows:

- To provide representatives of the participating institutions a space for knowledge, reflection and analysis of examples of good practices of networking in their communities, on both sides of the Atlantic;
- Develop a thorough reflection on the social issues that most affect our communities of emigrants, returnees and immigrants, addressing them in a diversity of perspectives in order to better understand and integrate solutions;
- Encourage the mobilization and involvement of partner institutions in a joint action around new projects, where each institution has the opportunity to implement their resources and strengthen its capacities, thus meeting the needs expressed by the target population of intervention.

The congress, held on December 5th and 6th, included broad participation and was organized in an opening conference, plenary sessions, lectures and workshops, with the later including the following themes and sub-themes:

1) Health and Wellness - Aging and Old Age, Mental Health, Access to social services and health care, Mobility and home-visiting support, Loneliness, Addictions, Economic difficulties, and Occupation and Leisure.

2) Family Dynamics - Domestic Violence; Increased poverty, Juvenile delinquency, School drop-out, Unemployment, Addictions and Family rupture.

3) Emigration, Immigration and Returns - Interculturality, Social Integration, Employment, Housing, Family reunification; Regularization of undocumented citizens; Voluntary and compulsory return.

As a result of the discussion and exchange of experiences that took place in the headquarters of these workshops, there were proposals for various projects

that because of their courage and innovation were embraced by the DRC, and are currently in a development and / or implementation phase. Among others, they include:

1) *Project LEGAL - Legalization Effort of the Government of the Azores*, which seeks naturalization of as many individuals as possible in the U.S. and Canada, with the result of reducing the number of deportations to the Azores.

2) *Certification Seal of Good Inclusive Migratory Practices*, which aims to certify institutions that promote projects of integration of migrant communities in the Azores.

3) *Project Hand in Hand with the Azores*, which aims to provide citizens of Azorean origin with disabilities, who live in the U.S. and Canada, a visit to the Azores, providing with an opportunity to meet the Azores' current reality and reunify with family and friends, promoting this way, in partnership with several institutions, the development of actions to promote equal opportunities and fighting the discrimination and indifference still suffered by these individuals.

4) *The Family Reunion Project*, which aims to value and recognize the integration pathways of deported citizens who, overcoming obstacles, integrate Azorean society; to promote the restoration of family ties affected by deportation; to make Azorean society aware of this issue; and to help demystify the stereotypes about deported citizens, thus revealing to society the integration pathways experienced by these individuals.

5) *International Symposium on Human Rights and Life Quality of Portuguese-speaking Communities in the U.S. and Canada*, which will take place on November 9th and 10th this year in Cambridge, Massachusetts. The keynote speaker will be the Nobel Prize winner in Medicine (2006), Craig Mello, and in addition to health issues, the problems of Deportation, Education, Human Rights and leadership will be discussed.

In addition to the texts of the aforementioned conference participations, *Communities* magazine will integrate relevant information about the activities of the DRC, in the belief that its disclosure will have the direct result of increasing awareness on the population we serve, about the diversity of actions that we promote – so that we may more efficiently involve them.

Certain that this new magazine *Communities*, with a different theme for each edition, meets a perceived gap in our services - which relates to the need to make known and value organizations or individuals who, through their work, are an asset and make a difference in our society - I, on behalf of DRC, thank the cooperation of all social service organizations and wish the best success for the work they do.

Maria da Graça Borges Castanho, Ph.D.
Director of the Regional Department for the Communities



A Direção Regional das Comunidades, o departamento do Governo dos Açores que tem à sua responsabilidade a promoção de actividades junto das comunidades emigrantes, imigrantes e regressadas, para além dos apoios atribuídos directamente às instituições ou indivíduos que se propõem desenvolver projectos junto das populações em apreço, desenvolve paralelamente um conjunto vasto de programas que visam preservar o nosso património cultural nos espaços de acolhimento dos açorianos; aproximar as gerações mais novas de aços descendentes das ilhas de origem; favorecer a integração quer dos açorianos radicados no estrangeiro quer dos imigrantes e regressados que se encontram no arquipélago; promover uma imagem de modernidade dos Açores; resgatar comunidades açorianas desconhecidas em diferentes partes do mundo; ajudar as franjas populacionais mais vulneráveis dos grupos migrantes; e elevar as comunidades pela via da educação e da cidadania.

Assim sendo, e dando cumprimento a estes propósitos, passamos a elencar apenas algumas das actividades que a DRC tem vindo a desenvolver, nos últimos meses, quer nos Açores quer em território nacional ou na diáspora.

Em Outubro de 2010, a Directora Regional das Comunidades, Graça Castanho, participou no Congresso da Metrópolis em Haia, Holanda, onde recebeu a responsabilidade da DRC organizar a próxima edição do Congresso em Ponta Delgada, S. Miguel, a decorrer no corrente ano.

No mês seguinte, Graça Castanho realizou um périplo pelas nove ilhas dos Açores, com o propósito de dar a conhecer as áreas de intervenção da DRC e esclarecer dúvidas junto das comunidades locais. Ainda em Novembro, realizou-se o projecto “Saudades dos Açores”, dirigido a pessoas de origem açoriana, a viver na diáspora, com mais de 60 anos e que não visitam os Açores há mais de 20 anos.

O Congresso Internacional de

Organizações de Serviço Social, cujos trabalhos apresentados são alvo de publicação nesta revista, teve lugar em Ponta Delgada, S. Miguel, nos dias 5 e 6 de Dezembro, com larga participação de profissionais da área, vindos dos EUA e Canadá, que tiveram a oportunidade de interagir com os colegas dos Açores e convidados de Portugal Continental.

O ano de 2010 terminou com a entrega de Cabazes de Natal Açoriano, uma iniciativa que visou a oferta, a famílias em dificuldades e com problemas de natureza diversificada, de iguarias usadas pelo Natal nos Açores. Estes cabazes, organizados pelas Casas dos Açores da Nova Inglaterra e de Ontário, em parceria com as organizações de serviço social que trabalham com o Governo dos Açores, foram acompanhados de uma mensagem do Sr. Presidente do Governo dos Açores, factor que contribuiu significativamente para a felicidade e conforto destes açorianos na época natalícia.

Em Janeiro de 2011, a primeira iniciativa da DRC prendeu-se com a entrega de um enxoval de bebé e certificado de reconhecimento a Bruna Goulart, primeira criança nascida nos Açores em 2011. Sendo filha de mãe brasileira e pai açoriano, a oferta da DRC constituiu um gesto simbólico de agradecimento pelos contributos valiosos que as comunidades imigrantes têm dado ao desenvolvimento e multiculturalidade dos Açores.

Foi apresentado, no dia 17 de Fevereiro, o Prémio Jornalismo “Comunidades” em três categorias diferentes: “Açores Emigrantes”, “Açores Imigrantes” e “Comunidades Açorianas”. As duas primeiras destinam-se a jornalistas residentes em Portugal e abrangem trabalhos publicados nos órgãos de comunicação social do país que promovam um melhor conhecimento do fenómeno migratório. Por sua vez, a categoria “Comunidades Açorianas” dirige-se, exclusivamente, a jornalistas das comunidades emigrantes açorianas, residentes nas

Bermudas, Canadá, EUA, Uruguai, Brasil, Hawaii ou outros destinos de emigração.

Graça Castanho, lançou no Canadá e nos EUA, respectivamente nos meses de Fevereiro e Março, nas comunidades do Québec e Vancouver (Canadá) e Hilmar, (Califórnia, EUA), o projecto “Ao Colo da Língua Portuguesa”, uma iniciativa da responsabilidade da DRC com o apoio do Grupo Bensaúde. O objectivo da mesma é sensibilizar as famílias açorianas para a necessidade de praticarem a Língua Portuguesa no seio familiar, garantindo uma ferramenta linguística que poderá constituir a diferença no futuro das gerações mais novas. Para tal, no âmbito desta actividade, foi oferecido um kit de livros infantis e material publicitário dos Açores às famílias açorianas com crianças até cinco anos de idade, bem como às instituições que trabalham com crianças em idade pré-escolar na diáspora.

Nas duas deslocações já realizadas ao Canadá, no decorrer das quais a Directora Regional teve a oportunidade de interagir com as comunidades de Toronto, Québec, Gatineau, Winnipeg e Vancouver, para além das reuniões mantidas nas Casas dos Açores, Associações Açorianas e/ou Portuguesas, existentes nestes espaços de acolhimento, houve a oportunidade de visitar a Embaixada de Portugal em Ottawa e os consulados de Portugal nas diferentes cidades, constituindo-se estas visitas em momentos cruciais para troca de impressões sobre os projectos da Direcção Regional e as necessidades sentidas pelas comunidades radicadas no Canadá. Ainda neste país, Graça Castanho participou, em representação do Sr. Presidente Carlos César, na Festa Açorianíssima, organizada por Gente da Nossa, em Toronto.

As costas leste e oeste dos EUA já receberam a visita da Directora Regional das Comunidades, em diferentes momentos. Nas cidades de maior representatividade migratória açoriana, a Directora Regional teve a oportunidade de reunir com os Cônsules de

Portugal e, em Washington DC, com o actual Embaixador; trabalhar com as comunidades da Nova Inglaterra e da Califórnia, nas respectivas Casas dos Açores; visitar diferentes organismos públicos, instituições privadas, órgãos de comunicação social, igrejas e centros paroquiais, empresas de sucesso e organizações de serviço social; e participar em vários Congressos, em representação do Sr. Presidente do Governo dos Açores (Encontro promovido pela Associação de Professores de Português dos EUA e Canadá, em Washington DC; Congresso de Língua e Cultura Portuguesas, organizado pela Luso-American Education Foundation, em Tulare, Califórnia; e a Young Portuguese-American Leaders Summit, cimeira organizada pela NOPA em Washington DC). Nestes fóruns, perante públicos diversificados, a Directora Regional expôs as principais actividades levadas a cabo pela DRC e abriu portas para o aprofundamento de futuras colaborações.

Quer nos EUA quer no Canadá, nos diferentes contextos, houve a preocupação de dar a conhecer os principais projectos da DRC, de auscultar as comunidades em termos de necessidades e interesses e sensibilizá-las para o flagelo da deportação. Em parceria com as forças vivas das comunidades, consulados, organizações de serviço social e especialistas em deportação foram organizados materiais que deram forma ao Programa LEGAL – Legalization Effort of the Government of the Azores and Logistics. Dirigido aos açorianos emigrados nos EUA e Canadá, o LEGAL pretende alertar as comunidades emigrantes nestes países para a urgente necessidade de procederem à sua naturalização de forma a evitarem uma possível deportação. A disseminação desta informação será feita através das Casas dos Açores, grupos de trabalho organizados por escolas, associações açorianas, igrejas e órgãos de comunicação social, num trabalho informativo de proximidade junto das comunidades. O LEGAL foi lançado no dia

19 de Abril, em S. Miguel, por altura da visita do Xerife Thomas Hodgson, responsável pelo Detention Center of Bristol County, por onde têm passado centenas de repatriados a caminho dos Açores. O Xerife, acompanhado do seu adjunto, Jamie Melo, visitou as ilhas de S. Miguel e Terceira e trabalhou com largas dezenas de profissionais, partilhando do seu saber e experiência, colhendo informação sobre as maiores dificuldades sentidas pelos deportados, tendo, para este efeito, visitado as associações que acolhem os deportados nos Açores, o Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, a Polícia e vários organismos governamentais.

Na decorrência dos encontros com os deportados, surgiu um novo projecto “Between Two Languages/Entre Duas Línguas”, uma parceria entre a DRC e o Xerife Thomas Hodgson, através do qual foi possível apetrechar os espaços de acolhimento dos deportados (Arrisca e Novo Dia, em Ponta Delgada, e Abrigo Amigo na Terceira) com vasta literatura em língua inglesa, dirigida aos indivíduos que não dominam o idioma português.

Vinte e um de Fevereiro foi o dia escolhido para a assinatura de um protocolo para o desenvolvimento de um projecto intitulado “Família, Escola e Comunidades – Berço da Cidadania, que reuniu cinco direcções regionais, entre elas a Direcção Regional das Comunidades. O mesmo visa, entre outros aspectos, sensibilizar a sociedade em geral para a promoção da igualdade, interculturalidade e não discriminação.

Iniciativa inovadora da Direcção Regional das Comunidades foi “De Mãos Dadas com os Açores”, projecto através do qual se pretende fortalecer os laços existentes entre a Região e a comunidade açoriana na diáspora, incluindo os indivíduos portadores de deficiência. A primeira edição deste programa decorreu de 2 a 9 de Abril, na ilha de S. Miguel, e proporcionou a um grupo de indivíduos “com outras capacidades” o reencontro com as suas

origens, familiares e amigos e, ao mesmo tempo, o conhecimento da realidade actual do arquipélago dos Açores.

Com vista à promoção na formação académica superior dos açorianos residentes na diáspora e açordescendentes, foi criada a Bolsa de Estudo Dias de Melo para alunos universitários dos EUA e Canadá, provenientes de famílias que atravessam algumas dificuldades financeiras.

Na última viagem ao Brasil, a Directora Regional teve a oportunidade de visitar todos os Estados onde se encontram as Casas dos Açores: Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A acrescer as reuniões mantidas nas Casas dos Açores, visitamos governantes estaduais e locais, reunimos com múltiplos actores e forças vivas das comunidades, sem esquecer universidades, centros culturais, casas açorianas, igrejas frequentadas por açorianos, espaços públicos que narram a história das migrações açorianas para o Brasil. Pela via da auscultação das comunidades, foi feito o levantamento das actividades realizadas e a concretizar no próximo ano de 2012. Dada a diversidade e quantidade de actividades, a DRC criou um programa congregador das mesmas, intitulado “Açores no Brasil 2012,” através do qual se pretende promover o arquipélago, nos Estados de maior relevância económica, os quais, curiosamente, coincidem com os espaços de maior representatividade das nossas comunidades açorianas. Foram chamados a participar neste projecto vários organismos governamentais e privados, como, por exemplo, APIA, ATA, Direcção Regional do Turismo, Direcção Regional da Cultura, Universidade dos Açores, Câmaras do Comércio e Indústria, entre outros.

O Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos, na freguesia do Capelo, Faial, foi, no dia 12 de Maio, o palco escolhido pela DRC para o lançamento da obra “Vulcão dos Capelinhos – Testemunhos”, uma produção da FaiAlentejo.

Entre os dias 14 e 27 de Maio, a iniciativa “Cais da Cidadania e Diversidade” percorreu as nove ilhas dos Açores, num dos barcos da Atlânticoline. Pretendeu-se sensibilizar quer os alunos dos diferentes níveis de ensino quer a população em geral para a importância do desenvolvimento de uma cidadania activa, aberta para o mundo e assente no respeito pela diversidade cultural que hoje caracteriza o tecido social açoriano.

Com o mesmo objectivo em mente, a DRC organizou um desfile de 258 bandeiras, representativas dos países de origem dos indivíduos estrangeiros que escolheram os Açores como espaço de acolhimento. Estas foram integradas com grande sucesso na procissão do Sr. Santo Cristo dos Milagres, a maior manifestação religiosa dos Açores que conta com alargada divulgação a nível internacional.

Estreitando laços com os representantes máximos dos países estrangeiros em Portugal, a Directora Regional tem vindo a visitar Embaixadas e/ou Consulados de diferentes nações, como, por exemplo: EUA, Austrália, Canadá, Brasil, Cabo Verde, Ucrânia, Israel, etc.

A Direcção Regional das Comunidades promoveu o “Campo de Férias Intercultural”, que decorreu, entre os dias 9 e 14 de Julho, nas ilhas do Pico, Faial e S. Jorge, com a participação de jovens azerdescendentes, açorianos e imigrantes nos Açores, com idades compreendidas entre os 16 e os 18 anos, a frequentar o ensino secundário. Os objectivos deste projecto consistiram em dar a conhecer a realidade multicultural dos Açores de hoje, estreitar os laços entre os jovens residentes nas ilhas e os radicados na diáspora e sensibilizar para as questões do respeito pela diversidade. Participaram, ainda, nesta iniciativa os jovens alunos das escolas comunitárias de língua Portuguesa e escolas americanas, vencedores do Prémio APPEUC – Associação de Professores de Português dos Estados Unidos e Canadá.

No final de Julho, a Directora Regional participou nas Comemorações dos 5 Séculos da Freguesia da Maia, S. Miguel, altura em que teve oportunidade de acompanhar o Nobel da Medicina 2006, Doutor Craig Mello, a quem entrevistou (entrevista disponível no site da DRC).

O II Encontro de Emigrantes Regressados, organizado na ilha Terceira, em Agosto de 2011, contou com centenas de participantes e um programa vasto, no qual não faltou música, folclore, refeição típica e homenagem a Emigrantes Regressados cujas actividades profissionais muito têm dignificado as gentes das ilhas ou contribuído para o desenvolvimento económico ou promoção cultural dos Açores.

Em busca de novas comunidades emigrantes encontra-se a DRC constantemente. Neste momento, procuramos o rasto das nossas comunidades na Austrália, Venezuela e África do Sul, com vista à aproximação das mesmas às ilhas de origem. A par desta busca, a DRC está envidando esforços para resgatar o património histórico-cultural das comunidades judaicas sefarditas que partiram das ilhas em direcção ao novo mundo. A par destas diligências, a Directora Regional trabalha arduamente para, em parceria com outros organismos governamentais, Embaixada de Israel, Câmara Municipal de Castelo de Vide, Rede Nacional de Judiarias, Universidade dos Açores e historiadores açorianos, inscrever os Açores nos roteiros do turismo genealógico judaico, potenciando uma área económica promissora e inovadora.

Na impossibilidade de fazer referência a todas as actividades desenvolvidas, lembramos que a DRC conta com vários espaços privilegiados de divulgação das mesmas, como, por exemplo: página quinzenal no jornal micaelense Açoriano Oriental, denominada “Comunidades”; notícias veiculadas no GACS; Newsletter da DRC; e o próprio site da DRC, em processo de actualização.



Introdução

O conceito de serviço social conta com séculos de existência nos espaços de emigração do povo açoriano. A comprovar esta asserção estão as primeiras organizações, criadas, ainda no século XIX, na América do Norte, pelos portugueses (maioria de origem açoriana) que emigraram para essa área geográfica, movidos pela busca de melhores condições de vida e fugindo à falta de emprego e de perspectiva de futuro para as gerações mais novas.

Este nosso trabalho visa precisamente demonstrar como o espírito de solidariedade e a preocupação em proteger as comunidades portuguesas levaram à criação de organizações de serviço social, na base das quais estava a resolução dos problemas das comunidades de então.

Na impossibilidade de aprofundar este tópico, e porque é nossa intenção fazer valer apenas a ideia de que os portugueses, nos EUA, muito têm feito na área da promoção de serviço social, aqui fica este trabalho que comporta (1) um breve relato histórico da presença dos portugueses na América do Norte, (2) uma resenha cronológica do surgimento das referidas associações até ao início do século XX e (3) uma conclusão.

Um pouco de história

Narra a história que a presença dos portugueses na América do Norte remonta aos finais do século XV, mesmo antes da chegada das naus comandadas por Colombo. Não obstante a indefinição quanto a datas concretas, sabe-se, com perfeita clareza, que, em 1500, os portugueses já desenvolviam a actividade piscatória nos Grandes Bancos da Terra Nova, actividade esta que mantiveram até às primeiras décadas do século XVI.

Nos princípios de 1500, fruto de expedições que partiram dos Açores, sob a responsabilidade dos irmãos-navegadores Corte-Real, os portugueses chegaram à costa leste dos EUA, mais propriamente aos actuais Estados de Massachusetts e de Rhode Island, tendo deixado vestígios da sua presença.

Ainda no século XVI, há múltiplos registos da presença portuguesa nos actuais estados da Florida, Georgia, North and South Carolina, Alabama, Mississippi, Tennessee, Arkansas, Oklahoma e Califórnia. A presença neste estado começou com a chegada em 1542 de João Rodrigues Cabrilho, português ao serviço de Espanha, que conduziu o primeiro grupo de europeus às costas da Califórnia, entrando com os seus marinheiros em San Diego. Seguiram-se as ilhas do Havai, Virgínia, Puerto Rico, Maryland, onde surgiu o primeiro colonizador português documentado, de origem judaica, Mathias de Sousa, em 1634.

No dia 26 de Janeiro de 1654, um grupo de judeus portugueses sefarditas, oriundos de Portugal e provenientes do Recife, estado de Pernambuco, Brasil, chegaram a Nova Amsterdão (à zona actualmente conhecida por Manhattan, na cidade de New York). Estes foram os responsáveis pela criação das primeiras comunidades judaicas existentes nos EUA. Em anos subsequentes, entre 1658 e 77, outros grupos de judeus portugueses e espanhóis vindos de Barbados, Curaçao, Brasil, Portugal e Holanda chegaram.

Muitos foram os portugueses que participaram nas guerras que assolaram a América do Norte, desde o século XVIII, lutando ao lado dos que defenderam a independência daquela nação. Entre os exemplos de verdadeiros heróis de guerra temos Peter Francisco, Jacob Pinto, Solomon Pinto, Joseph Dias.

Em 1780, cerca de 200 homens açorianos

partem das ilhas como pescadores nos barcos de caça à baleia. Muitos deles chegaram à América, numa altura em que esta actividade profissional de elevado risco era promissora.

Em menos de meio século, o número de portugueses era de tal forma intenso que, em 1837, Portugal criou um vice-consulado em Boston. Por esta altura, havia portugueses envolvidos nas pescas, na costa leste e oeste dos EUA, e na plantação de açúcar no Lousiana. Muitos destes imigrantes vieram dos Açores.

Foram às centenas os portugueses que por volta de 1849 se envolveram na procura do ouro, participando na chamada California Gold Rush. A meados do século XIX, a comunidade portuguesa na Califórnia é muito vasta enquanto se assistia ao contínuo crescimento da nossa presença na costa leste, especialmente nas áreas de Massachusetts e Rhode Island.

A descoberta de petróleo na Pensilvânia, por volta de 1860, levou ao declínio da indústria da caça à baleia. Para fazer face a esta realidade, os portugueses na Califórnia passaram a dedicar-se à indústria de enlatados (salmão, sardinhas, atum) e a trabalhar em minas.

Em 1902, havia 5.000 portugueses a viver em Honolulu. Havia outros 5.500 vivendo nas plantações e ainda 5.000 a residir noutras partes do Havai.

No início do século XX, o Cônsul de Portugal em Boston registou a presença de 70.000 portugueses nativos na Nova Inglaterra e 80.000 lusodescendentes. Segundo a mesma fonte, cerca de 90% vivia em Massachusetts, enquanto 10.000 viviam em Rhode Island, 1.000 em Connecticut e cerca de 300 nos estados de New Hampshire, Vermont e Maine.

Registe-se que, na história da presença portuguesa nos EUA, para além da caça à baleia, muitos foram os portugueses que

abraçaram outras vidas duras. Foram, por exemplo, pescadores, trabalhadores em indústrias conserveiras, pistoleiros, cowboys, agricultores, trabalhadores em indústrias de lacticínios, mineiros, exploradores de ouro, ferreiros, lavradores, trabalhando de sol a sol, debaixo de circunstâncias muito adversas. A partir da década de 60 do século passado, e especialmente na costa leste dos EUA, os portugueses dedicaram-se basicamente ao trabalho em fábricas, desempenhando os têxteis um papel preponderante.

As primeiras organizações nos EUA

É neste contexto de forte representatividade de comunidades açorianas nos EUA que é criada, em 1840, a primeira sociedade portuguesa de beneficência, com a finalidade de ajudar as famílias em dificuldades. Aqui se registam as primeiras a surgir no panorama norte-americano:

1840 - A primeira associação de nome The Portuguese Benevolent Association foi criada no Louisiana. Logo cedo (1848), viu nascer uma congénere, na sequência de desentendimentos internos, denominada Lusitanian Benevolent Association. Três anos mais tarde, as duas fundiram-se na Lusitanian-Portuguese Benevolent Association. Alguns dos seus membros lutaram no Exército dos Estados Confererados e, depois da Guerra Civil, muitos deixaram o Louisiana, indo para a Califórnia ou para Portugal.

1866 - Em Boston é criada a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Massachusetts, a segunda portuguesa do género.

1871 - Surge a Sociedade de Beneficência, Instrução e Recreio União Luisitana, a qual

integra no seu seio a sua própria banda. No mesmo ano, chega aos EUA o primeiro padre católico de Portugal para apoiar a numerosa comunidade imigrante existente em New Bedford, Massachusetts.

1868 – Este foi o ano de inauguração da Associação Portuguesa de Beneficência de Califórnia, criada em San Francisco, pela mão de açorianos. Em poucos dias, surgiu um segundo organismo denominado Associação Protectiva. Em 1871 as duas uniram-se, formando a Portuguese Protective and Benevolent Association of the City and County of San Francisco, também conhecida por Associação Portuguesa Protectora e Beneficente do Estado da Califórnia (A.P.P.B.). Foi uma organização com vasto número de membros, espalhada por várias cidades, e com grande poder e influência local.

1896 – A Sociedade do Espírito Santo Beneficente de Santa Clara, com o objectivo de celebrar o Festival do Espírito Santo e apoiar os seus membros na doença e na morte.

1901 – A União Portuguesa Protectora do Estado da Califórnia (U.P.P.E.C.), uma associação de benevolência portuguesa, dedicada às mulheres, deu início às suas actividades, sob o patrono de Nossa Senhora da Imaculada Conceição.

1903 - A Real Associação Autónoma Micaelense foi fundada em Massachusetts, com dependências na Califórnia e Havai. Promoveu as festas em honra do Sr. Santo Cristo dos Milagres em Fall River, Massachusetts, bem como em Oakland e San Francisco.

1905- Em Honolulu, foi fundada A Pátria,

uma associação mutualista com estatutos em língua portuguesa. No mesmo ano, em Oakland, foi fundado o primeiro hospital português na Califórnia, o Hospital de Santo António, o qual integrou mais tarde uma maternidade com 100 camas.

1911 - A Portuguese-American League foi fundada em Oakland, Califórnia, com a missão de preparar os portugueses para o processo de naturalização e para a intervenção activa na política.

1912 – Das 31 organizações mutualistas e de beneficência existentes na Nova Inglaterra, 11 eram para defender as mulheres.

1913 – Em Oakland, foi fundada a Associação Protectora União Madeirense do Estado da Califórnia (mais conhecida por União Madeirense). Rapidamente esta associação cresceu devido à disseminação da mesma na Califórnia, Massachusetts, Rhode Island e Havai.

1916 – Foi fundada a Sociedade de Caridade Portuguesa em Honolulu.

1917 - Em Oakland, Califórnia, a União Portuguesa Continental do Estado da Califórnia (Portuguese Continental Union of the State of California, U.P.C.) foi fundada ao serviço das comunidades portuguesas. Logo cedo abriu dependências em Massachusetts, Rhode Island, Connecticut, New York e New Jersey. No ano de 1957, a U.P.C. juntou-se à Benevolent Society of California, formando, assim, a United National Life Insurance Society e, na Califórnia, a Luso-American Fraternal Federation.

1920 – Surge a Associação Beneficente

Aliança Portuguesa (Portuguese Alliance Benevolent Association) que se alargou, em 1924, a Fall River, Massachusetts, cidade que por esta altura já tinha muitos clubes portugueses e outras organizações, nomeadamente três jornais, quatro bancos, cinco associações de beneficência e sete paróquias portuguesas.

Conclusão

Feito este breve historial, demonstrativo da riqueza e capacidade de intervenção das nossas comunidades na diáspora, importa referir que, desde muito cedo, as associações de cariz social, devido ao sucesso da sua gestão, conseguiram penetrar no tecido social do país de acolhimento, integrando no seu seio indivíduos de outras proveniências, línguas e credos.

Com o decorrer dos tempos, os objectivos das associações de cariz mutualista e de benevolência foram mudando. No início, visavam apoiar ora homens ora mulheres, por forma a fazer face aos momentos mais difíceis da vida, como, por exemplo, na doença, morte, viuvez e perda de casa. Mais tarde, as associações, indo ao encontro dos desafios dos tempos modernos, têm-se aberto a homens e mulheres e têm vindo a intervir em novas áreas, como, por exemplo, absentismo e abandono escolar, apoio pedagógico, gravidez precoce, desemprego, violência doméstica, dependências, deportação, entre outras, como facilmente se pode comprovar a partir dos textos aqui compilados.

Termino lembrando que a fundação de largas centenas de outras associações foi um fenómeno que caracterizou o resto do século XX e que continua no século XXI, dando mostras claras da vitalidade das comunidades portuguesas, em geral, e das açorianas, em particular, nos EUA.

Bibliografia:

Allen, James, and Eugene Turner (1998). *We the People: An Atlas of America's Ethnic Diversity*. New York: Macmillan.

Almeida, Carlos (1992). *Portuguese Immigrants: The Centennial Story of the Portuguese Union of the State of California*. 2d ed. San Leandro, Calif.: Supreme Council of U.P.E.C.

Cardozo, Manoel da Silveira (1976). *The Portuguese in America, 590 B.C.-1974: A Chronology and Fact Book*. Dobbs Ferry, N.Y.: Oceana.

Holmes, Lionel, and Joseph D'Alessandro (1990). *Portuguese Pioneers of the Sacramento Area*. Sacramento, Calif.: Portuguese Historical and Cultural Society.

Morison, Samuel Eliot (1971-74). *The European Discovery of America*. New York: Oxford University Press.

Pap, Leo (1949). *Portuguese-American Speech*. New York: King's Crown.

Pap, Leo (1992). *The Portuguese-Americans*. Boston: Portuguese Continental Union of the U.S.A.

Pap, Leo (1976). *The Portuguese in the United States: A Bibliography*. New York: Center for Migration Studies.

Santos, Robert L. (1995). *Azoreans to California: A History of Migration and Settlement*. Denair, Calif.: Alley-Cass.

Scammel, G. V. (1981). *The World Encompassed: The First European Empires, c. 800-1650*. Berkeley: University of California Press.

Tavares, Belmira E. (1973). *Portuguese Pioneers in the United States*. Fall River, Mass.: R. E. Smith.

Williams, Jerry R. (1982). *And Yet They Came: Portuguese Immigration from the Azores to the United States*. New York: Center for Migration Studies.

Graça Castanho

*Directora Regional das Comunidades Docente
da Universidade dos Açores*



A Direcção Regional das Comunidades, no âmbito da sua missão de apoio às Comunidades açorianas dispersas pelo mundo, com especial relevo para as dos EUA e Canadá, países onde a presença açoriana é maior, tem procurado conhecer e estabelecer contactos com os organismos que as representam, visando através dessa aproximação, promover formas de cooperação, tendo como objectivos a integração social dos emigrados nos países de acolhimento e a manutenção/reforço dos laços que unem os açorianos dos dois lados do Atlântico.

Na prossecução dessa meta, tem desenvolvido ao longo dos anos, acções muito diversificadas e em diferentes áreas, incluindo a área “social”, procurando ir ao encontro das necessidades e anseios das comunidades açorianas.

No leque de acções, salientam-se pelo interesse que suscitaram, o Programa “Saudades dos Açores” e os “Encontros de Organizações de Serviço Social”, os quais contam já com oito e seis edições, respectivamente.

Tendo constatado que a informação existente sobre as associações/organizações de carácter social, com as quais a Direcção Regional das Comunidades mantém contacto, é muito rudimentar, considerou-se pertinente conceber um inquérito por questionário que, mais do que substituir informação porventura desactualizada por outra mais recente, pudesse trazer-nos novos dados sobre as instituições, de forma a possibilitar a sua caracterização,

O questionário contemplou cinco campos, conforme mencionado a seguir, envolvendo 23 (vinte e três) questões na totalidade:

- I – Caracterização Institucional
- II – Recursos Humanos da Instituição
- III – Actividades da Instituição
- IV – Parcerias e Trabalho em Rede
- V – Necessidades da Instituição

Foram abrangidas por este inquérito 20 (vinte) associações/organizações, tendo-se registado 16 respostas, duas delas como “primeiro/novo contacto”, e 4 não respostas;

Apraz-nos registar a elevada percentagem de adesão (80%) ao preenchimento do inquérito.

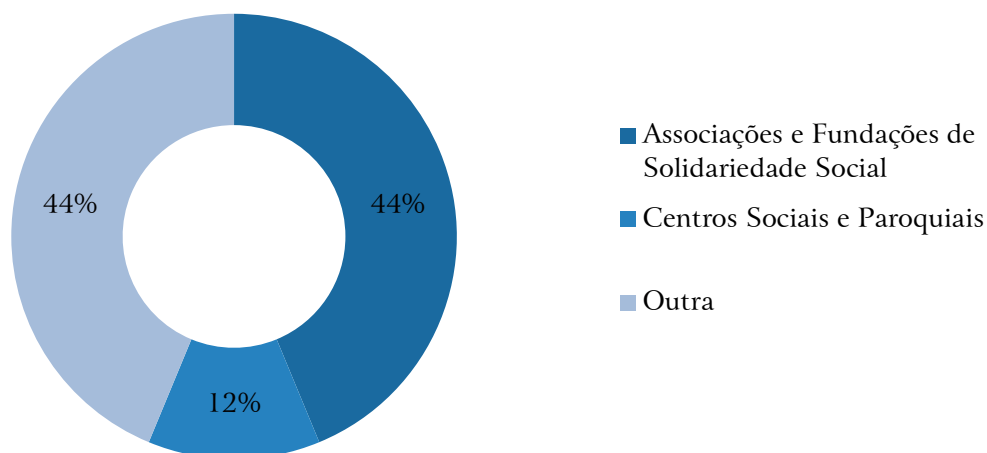
As não respostas referem-se às associações que se têm relacionado menos com a Direcção Regional das Comunidades

I – CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL

O campo inicial do inquérito trata da caracterização institucional, registando nomeadamente dados sobre nome da instituição, endereço e contactos, liderança, área geográfica de intervenção, ano de fundação e missão.

De forma a possibilitar a compreensão dos dados obtidos, procedeu-se ao seu tratamento e posterior representação gráfica.

Gráfico 1
Tipologia/modelo da organização



O gráfico demonstra que 43% são associações e fundações de solidariedade social, 44% de outra tipologia e 13% são centros sociais e paroquiais.

Algumas associações (44%) responderam de forma incompleta à questão referente à tipologia/modelo da organização, assinalando “outra”, como opção, sem, no entanto, indicarem a que modelo pertencem.

As que assinalaram “outra” explicitando o modelo de organização, referiram tratar-se de associações do tipo:

- Centro de apoio social;
- Organismo privado de intervenção comunitária sem fins lucrativos;
- Area agency on Aging;
- Legal Services.

Da análise aos inquéritos percebe-se que a maioria das associações (56%) pertence ao grupo “instituições de solidariedade social e centros sociais”.

As Organizações de Serviço Social das Comunidades que colaboraram com a DRC, na realização do estudo, foram as seguintes:

EUA:

- Immigrant’s Assistant Centre, New Bedford Mass; South Coastal Counties Legal Services, Inc., Fall-River, Mass; Coastline Elderly Services, New Bedford Mass; SER-Jobs for Progress, Inc., Fall-River Mass; Catholic Social Services, Fall-River Mass; MAPS – Massachusetts Alliance of Portuguese Speakers, Cambridge Mass; P.O.S.S.O. – Portuguese Organization for Social Services and Opportunities, San Jose, California; Luso American Education Foundation, Dublin, California; V.A.L.E.R. – Valley Area Living Resources, Turlock, California.

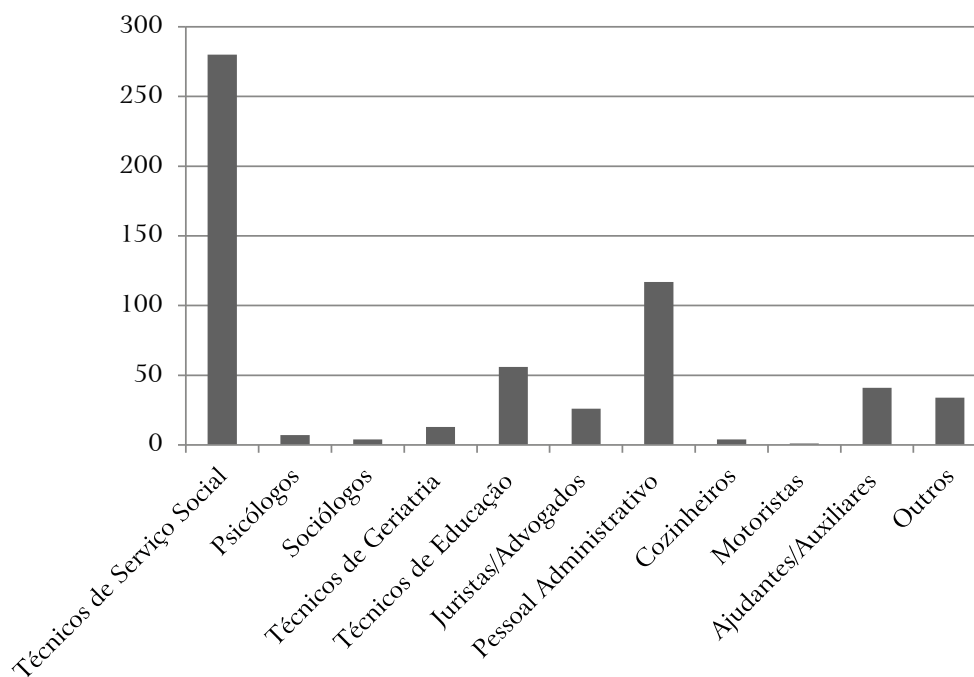
CANADÁ:

- Abrigo-Centre, Toronto, Ontario; Working Women Community Centre, Toronto, Ontario; Portuguese Support Services For Quality Living, Hamilton, Ontario; Luso Canadian Charitable Society, Toronto, Ontario; AIDS Committee of Toronto, Ontario; Centro de Acção Sócio-Comunitária de Montreal, Quebec; Missão Santa Cruz, Montreal, Quebec

II – RECURSOS HUMANOS DA INSTITUIÇÃO

O Gráfico 2 demonstra que os técnicos de serviço social constituem o grupo profissional que maior representatividade tem neste tipo de organizações; seguindo-se os do sector administrativo, os técnicos de educação, ajudantes/auxiliares, e os técnicos das áreas de direito, psicologia e geriatria, entre outros.

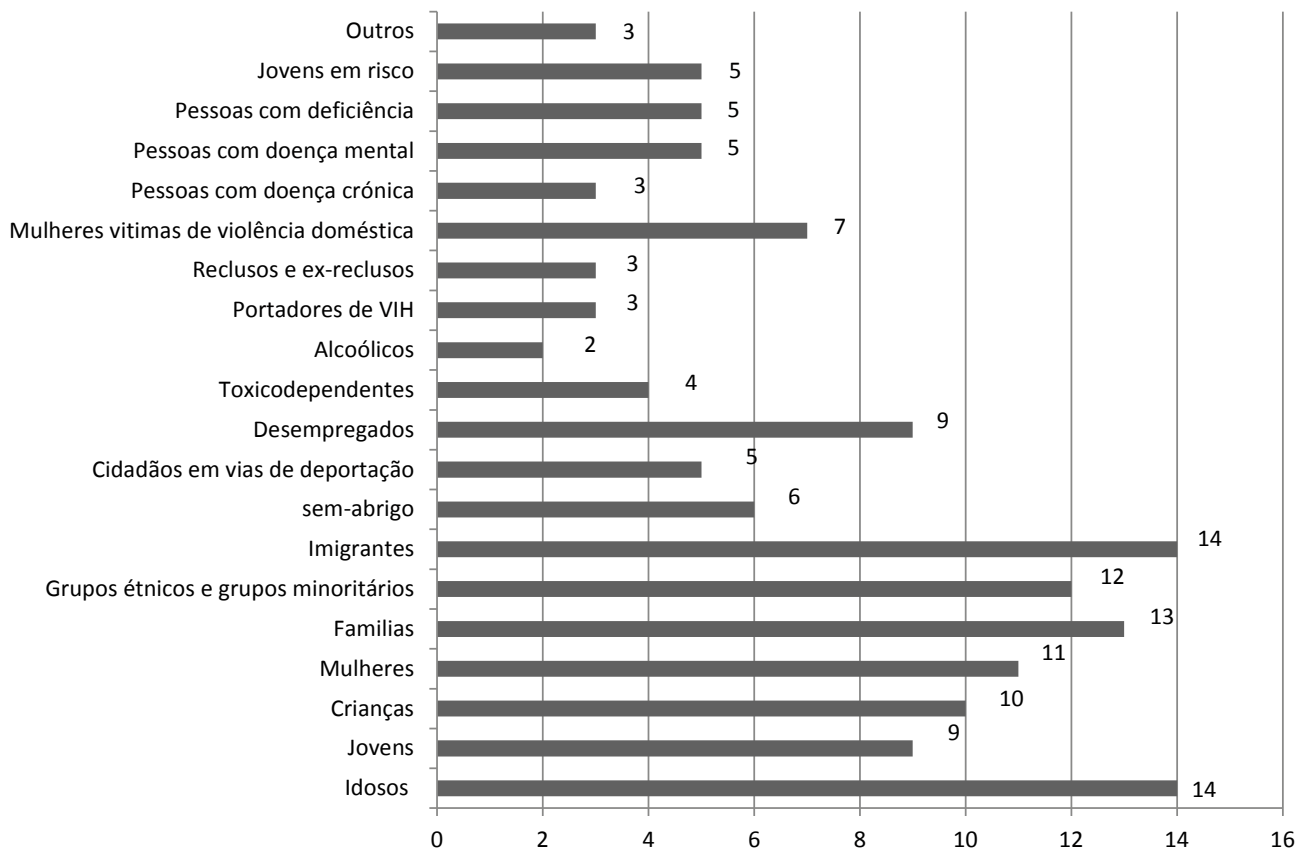
Gráfico 2
Recursos Humanos da Instituição



III – ACTIVIDADES DA INSTITUIÇÃO

Gráfico 3

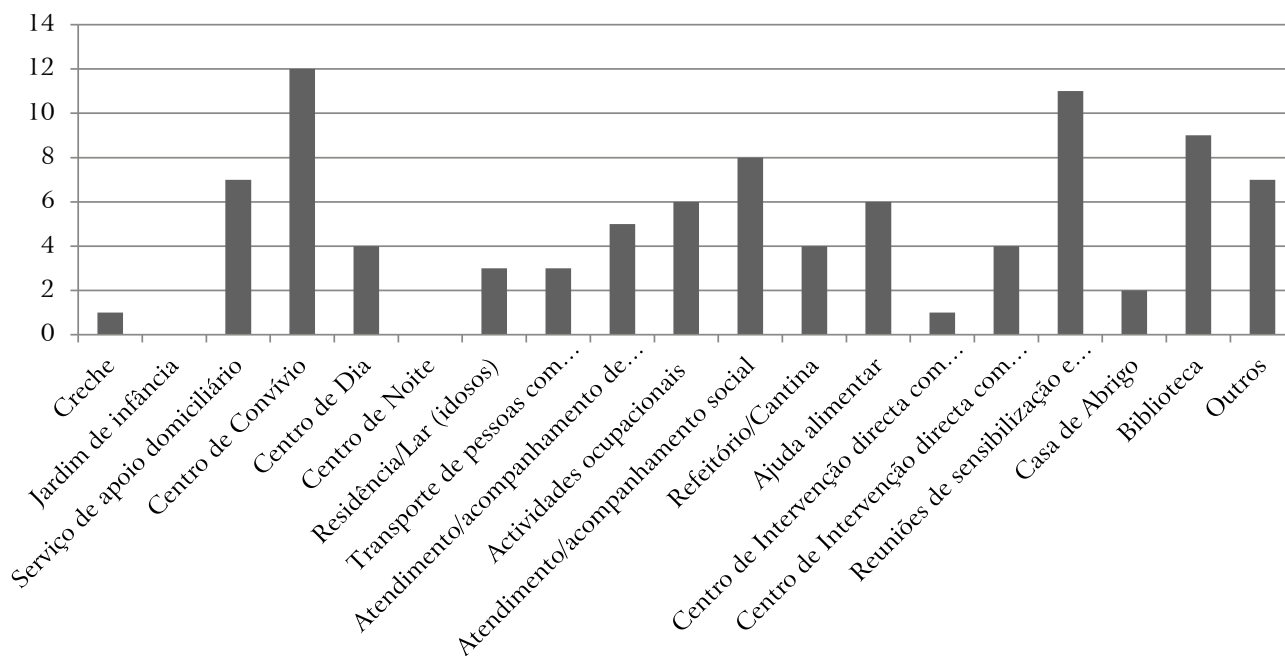
Públicos Alvo



Neste campo, e de acordo com a representação do Gráfico 3, constatamos que os principais públicos-alvo da intervenção das instituições são, em primeiro lugar e na mesma medida, os imigrantes e idosos, seguidos das famílias, grupos étnicos minoritários, mulheres, crianças, jovens, desempregados, mulheres vítimas de violência doméstica, sem-abrigo, toxicodependentes, jovens em risco, pessoas com deficiência, pessoas com doença mental, entre outros.

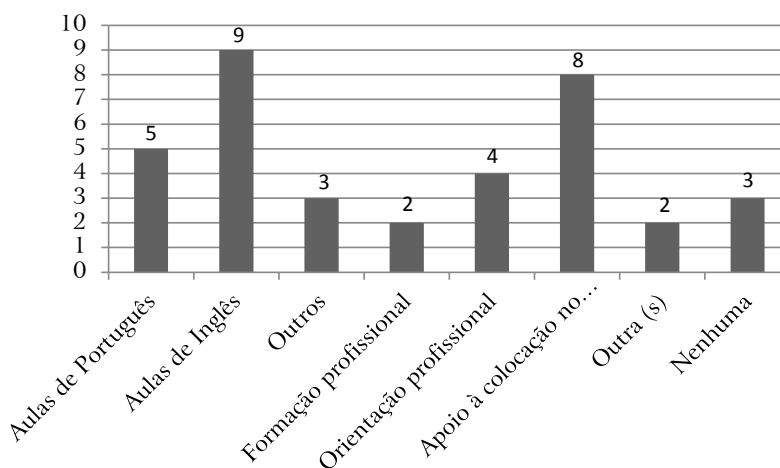
Sintetizando, é possível dizer-se que este tipo de instituições dedica predominantemente a sua actividade aos grupos mais vulneráveis das suas comunidades, encontrando-se nesta situação, de acordo com os dados obtidos através do inquérito realizado, as pessoas idosas e a população deslocada dos seus países para os espaços de acolhimento – os imigrantes.

Gráfico 4
Respostas sociais



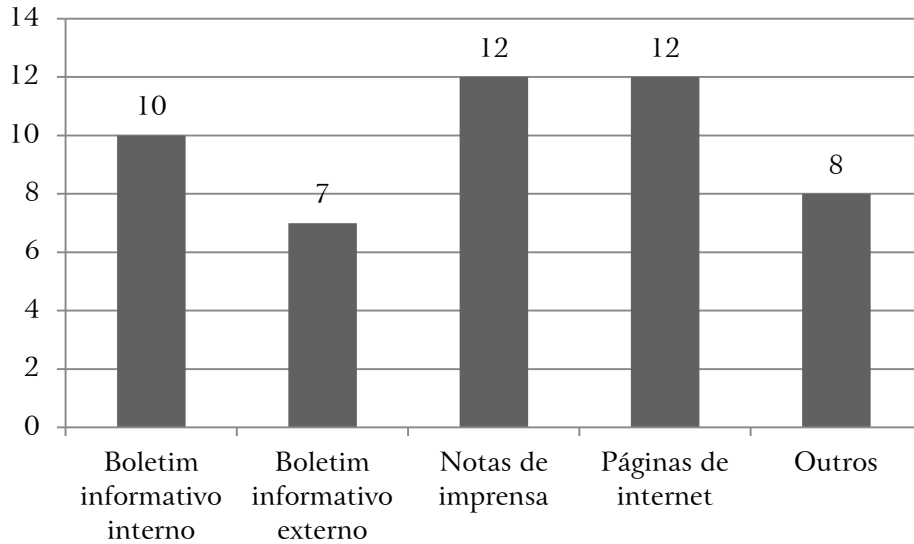
Em termos de respostas sociais, o Gráfico 4 revela que as instituições oferecem aos seus utentes, os seguintes serviços: centros de convívio, apoio domiciliário, atendimento/acompanhamento social, reuniões de sensibilização, ajuda alimentar, actividades ocupacionais e biblioteca, entre outros.

Gráfico 5
Formação e Emprego



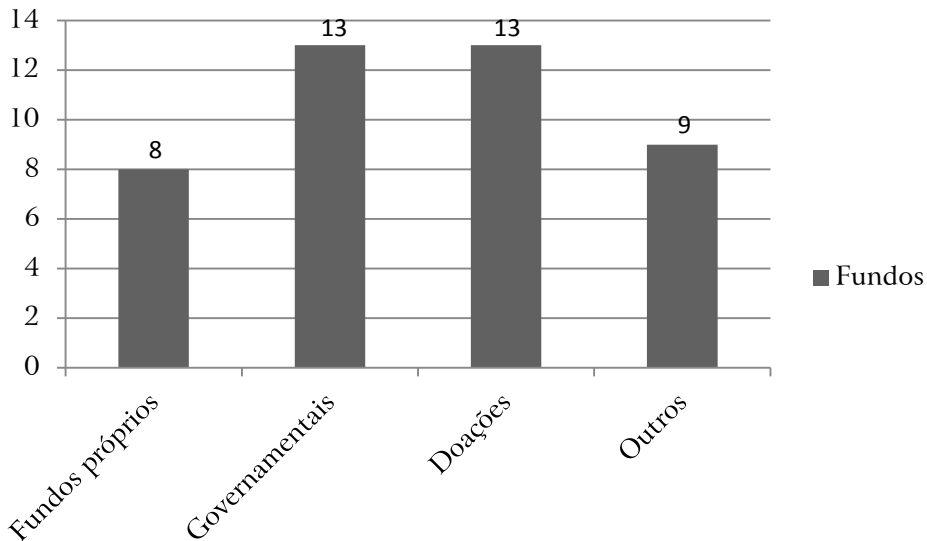
Na área da formação e do emprego (Gráfico 5), as instituições facultam aos utentes, aulas de inglês e português, apoio à colocação no mercado de trabalho, bem como orientação e formação profissional.

Gráfico 6
Divulgação da actividade



O gráfico acima dá-nos conta dos meios utilizados pelas instituições na divulgação das suas actividades, revelando que a maior parte delas a divulga através da página na Internet, notas de imprensa e boletins informativos, entre outros.

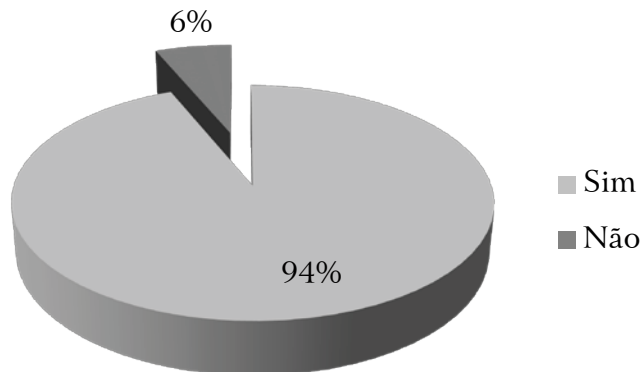
Gráfico 7
Fundos



No que se refere a fontes de financiamento das instituições, o gráfico acima demonstra que os fundos provêm, maioritariamente, e na mesma medida, de apoios governamentais e doações.

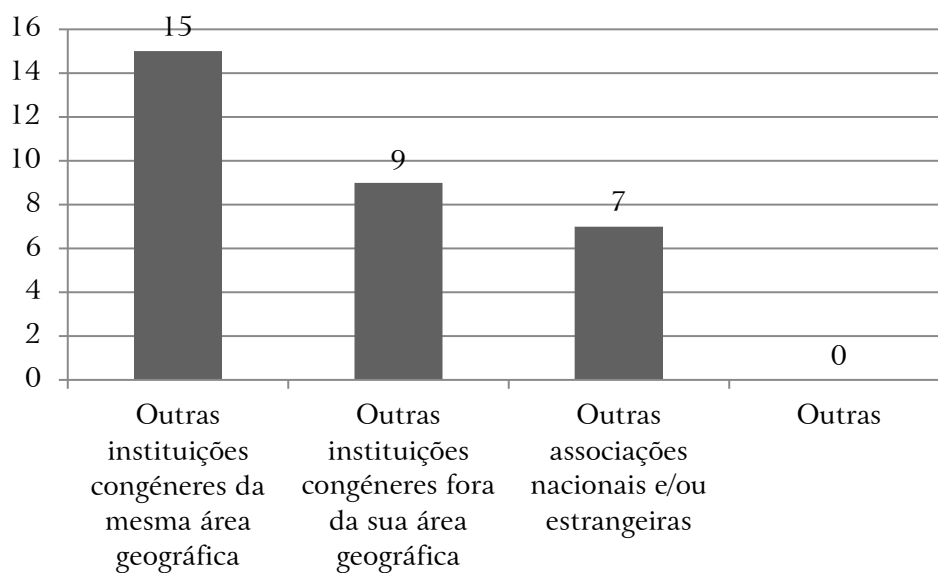
IV – PARCERIAS E TRABALHO EM REDE

Gráfico 8
Trabalho em rede



Relativamente ao desenvolvimento de trabalho em rede com outras instituições, verifica-se, de acordo com o Gráfico 8, que apenas 6% das instituições não adoptam esta forma de funcionamento.

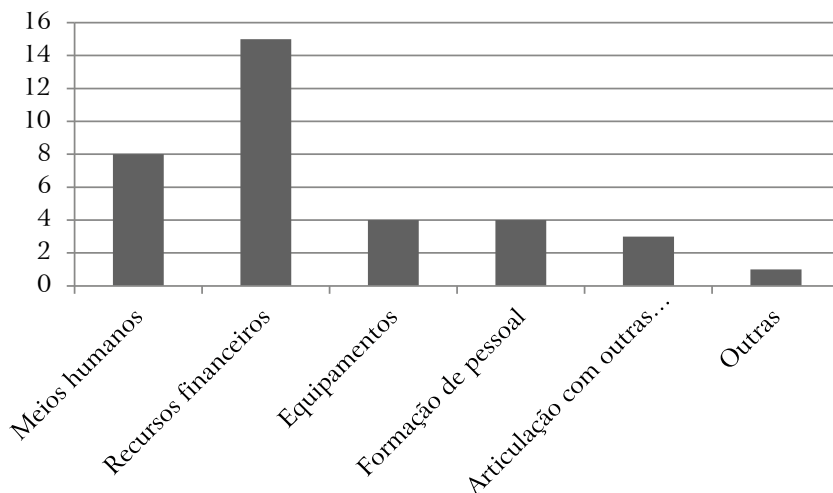
Gráfico 9
Parcerias



Destas, a maioria pratica-o com outras instituições congêneres da mesma área geográfica e em menor grau com instituições fora da sua área, a nível nacional ou no estrangeiro (Gráfico 9).

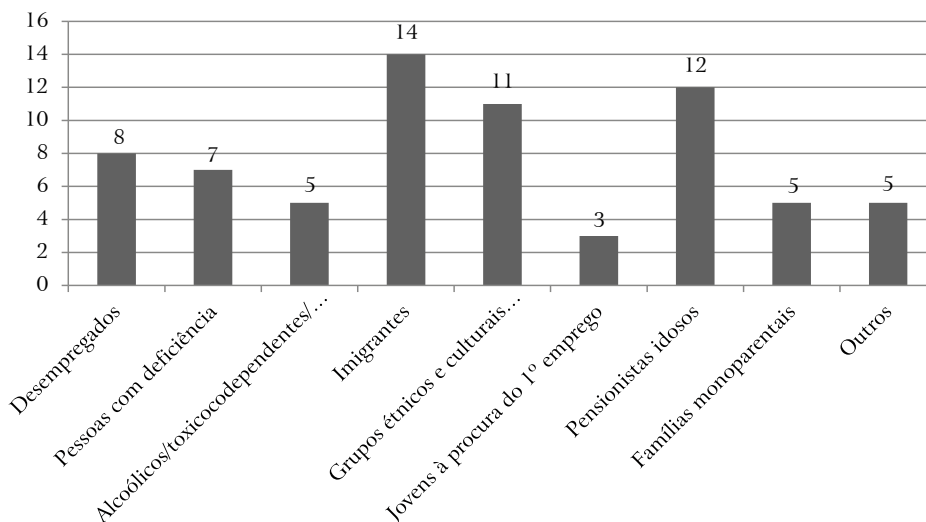
V – NECESSIDADES DA INSTITUIÇÃO

Gráfico 10
Necessidades da Instituição



Sobre as principais necessidades expressas pela instituição, o Gráfico 10 demonstra que a falta de meios financeiros ocupa o primeiro lugar, seguida dos meios humanos e, por último, da falta de formação de pessoal, equipamentos e articulação com outros serviços, entre outras.

Gráfico 11
Públicos-alvo mais vulneráveis



Em termos de público-alvo mais vulnerável ou carenciado, na área de actuação da instituição, o gráfico acima demonstra que se encontram nesta situação, em primeiro lugar, os cidadãos imigrantes, seguidos dos pensionistas idosos, grupos étnicos e culturais minoritários, desempregados, pessoas com deficiência, entre outros.

Conclusões

O presente estudo sobre as organizações de serviço social nas Comunidades veio dotar a Direcção Regional das Comunidades de um importante acervo de informação sobre as características das instituições no seu conjunto, e cada instituição *de per si*, nomeadamente sobre a missão, áreas e públicos alvo de intervenção, actividades que desenvolvem, necessidades/dificuldades que enfrentam, desenvolvimento de trabalho em rede, entre outras.

A análise dos seus resultados permite-nos concluir que as organizações sociais, alvo do presente inquérito, fazem parte da denominada economia solidária ou do terceiro sector, denominação que se lhes aplica pelo facto de serem instituições sem finalidade lucrativa, que actuam essencialmente no campo da protecção social.

Integram-se, pois, no modelo organizacional das IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social), caracterizando-se por prosseguirem objectivos, mediante a concessão de bens e a prestação de serviços, de “apoio a crianças e jovens, à família, à integração social e comunitária, protecção dos cidadãos na velhice e na invalidez, promoção e protecção da saúde, educação e formação profissional e resolução dos problemas habitacionais” (art.º 1.º, Estatuto das IPSS, 1983).

No seu conjunto, estas organizações, no que concerne ao significado social das suas actividades, desempenham um papel digno de relevo nas comunidades onde se inserem, dando um grande contributo no sentido da promoção, desenvolvimento e bem-estar social das populações migrantes.

Os resultados do estudo denotam ainda que estas instituições, pelo facto de serem geridas em grande parte com recursos financeiros provenientes do Estado, atravessam actualmente maiores dificuldades nesse campo, devido aos cortes orçamentais aplicados pelos respectivos Governos.

De salientar ainda que a quase totalidade das instituições, que completaram o referido inquérito, são entidades parceiras da “Rede Interinstitucional de Intervenção Social Açores-Comunidades”, constituída em Março de 2008 através de protocolo firmado entre a DRC e as mesmas, com o objectivo de incentivar e reforçar o desenvolvimento de trabalho em rede, entre organizações sedeadas na diáspora e na Região Autónoma dos Açores.

Rosa Cassiano

Assistente Social na Direcção Regional das Comunidades



16TH
INTERNATIONAL
METROPOLIS
CONFERENCE

**Migration Futures:
Perspectives
on global changes**

*Azores islands – Ponta Delgada
12-16 September 2011*





A partir de 2007, e paralelamente ao processo, que tem sido contínuo, desde 1998, do aumento constante e progressivo dos programas, serviços e equipamentos sociais e do reforço da sua capacidade de diferenciação e especialização das acções sócio -comunitárias, o Governo dos Açores tem vindo a direccionar as suas estratégias para a adequação operacional das respostas sociais à natureza complexa e multidimensional das novas situações de pobreza e exclusão, que passaram a exigir a concepção de medidas e metodologias de intervenção social, sistémicas, integradas, positivas, construtivista e territorializadas.

Esta nova perspectiva originou um processo de redefinição do objectivo geral das políticas promotoras da inclusão social nos Açores que, a partir de 2008, passa a ser descrita pela capacidade de intervenção na:

Promoção da coesão sócio-familiar, do desenvolvimento pessoal, social e local e da protecção dos grupos mais vulneráveis contribuindo para prevenção e luta contra pobreza e exclusão social nos Açores.

Neste sentido, o desenvolvimento deste objectivo passou a assentar numa **Estratégia transversal aos diferentes domínios sócio-comunitários da intervenção social, agindo de uma forma Integrada, Sistémica e Territorializada, numa adaptação contínua às necessidades dos territórios**, (no caso dos Açores, sendo um arquipélago, cada uma das nove ilhas tem uma especificidade sócio-territorial própria) **das comunidade, das famílias e dos indivíduos em contínua alteração** e numa redefinição permanente dos objectivos específicos, meios e procedimentos de intervenção.

Passou a ser prioritário pensar a intervenção social de forma sistémica e o planeamento e funcionamento de uma forma inter-disciplinar e inter-institucional assentes

numa matriz de princípios que interligue: a **Inserção e a Inclusão; a Diferenciação e a Especialização; a Parceria e a Articulação Institucional; a Territorialização e a Identidade Local; o Desenvolvimento Local e a Economia Solidária; o Conhecimento e a Inovação das Metodologias de Intervenção.**

Desenvolveu-se, assim, uma nova metodologia de intervenção requerendo a participação activa de praticamente todos os sectores regionais e de todos os agentes responsáveis locais, públicos e privados, no planeamento das respostas sociais, na organização de parcerias transversais e territoriais, na resolução dos problemas que se colocam às diferentes ilhas e suas comunidades, com o objectivo da constante adequação, coordenação e responsabilização partilhada.

Por esta razão, a intervenção social nos Açores que se realiza, prioritariamente, através da actual Secretaria Regional do Trabalho e Solidariedade Social e da sua **ligação e associação estreita e protocolada com todas as Instituições Particulares de Solidariedade Social/Organizações Não Governamentais e Misericórdias dos Açores**, passou a ser pensada na sua globalidade, como sistema com todas as suas inter-relações institucionais constantes, tendo por base os conceitos de cooperação, de contratualização e de parceria, permitindo a realização de um processo de:

- **Co-construção de programas e equipas técnicas multidisciplinares partilhadas** que possibilitam a definição rápida de respostas interdisciplinares às diferentes problemáticas sociais;

- **Co-produção de novas metodologias e instrumentos de intervenção social** que, de forma criativa e muitas vezes em colaboração

com entidades universitárias, estruturam os processos chave de intervenção;

- **Co-formação de redes de intervenção social cooperada** que permitem organizar em parceria toda a intervenção social sobre um território ou uma problemática específica.

Estas estratégias materializaram-se, por um lado, no aumento da acessibilidade territorial por parte dos cidadãos aos serviços e equipamentos de apoio às crianças, às famílias e às pessoas com maior dependência, nomeadamente idosos e deficientes e, por outro, na constante e urgente adaptação das respostas sociais e dos percursos de integração económica às novas problemáticas que têm surgido nos Açores, principalmente no que diz respeito às mudanças das estruturas familiares, ao contínuo repatriamento dos EUA e do Canadá de emigrantes com penas judiciárias, ao aparecimento do desemprego de longa duração, dos sem-abrigo, dos imigrantes em situação de exclusão e do aumento das toxicodependências, da violência doméstica e do elevado nível de crianças e jovens em risco.

Estas duas situações, resposta, por um lado, às pessoas mais vulneráveis e, por outro, às novas problemáticas sociais, têm vindo a implicar desde 2007 um processo contínuo de reorientação das políticas para a inclusão social e de transformação da rede de serviços e equipamentos sociais, tornando-os capazes de acolher todos os cidadãos e não somente crianças, idosos e dependentes, em função das suas diferentes necessidades, permitindo-lhes a realização dos seus direitos e simultaneamente a criação de oportunidades para a sua integração na comunidade, promovendo a sua autonomia.

A colaboração activa com praticamente todas as áreas de acção do Governo dos Açores, passou, assim, a fazer, parte das políticas de inclusão social dos Açores, procurando a

integração de medidas de combate à pobreza e exclusão nos diferentes sectores, desde a educação até à economia, passando pela habitação, formação e emprego, juventude, justiça, cultura e saúde, traduzida na constante promoção de projectos construídos e realizados de forma cooperada com as diferentes áreas governamentais e IPSS/ONG dos Açores, implementando-os sob a forma de plano integrado e/ou de rede, utilizando estratégias de desenvolvimento social e local.

As **políticas para a inclusão social nos Açores** passaram, assim, a incorporar nestes últimos anos um conjunto de novos objectivos e novas metodologias de intervenção que se traduzem nas seguintes nove acções:

1ª - No aprofundamento de uma **intervenção social integrada** que incide a sua acção na interligação entre as estratégias de inserção e de inclusão. Ou seja, por um lado, no aumento das capacidades e **competências gerais de Inserção** na comunidade por parte dos indivíduos, do reequilíbrio dos seus laços sócio-familiares e no fortalecimento dos seus processos de socialização e por outro, de forma simultaneamente, no aumento das **capacidades de inclusão dos sistemas** económico, educacional, profissional, habitacional, saúde e de todos aqueles que interagem directamente na comunidade, através de um processo de mediação dos serviços de acção social, e que se consolidam através de um trabalho de desenvolvimento local;

2ª - Na definição de uma **intervenção social descentralizada, integrada e territorializada**, privilegiando respostas concertadas, coordenadas e orientadas para as soluções e não para os problemas, caracterizadas pela intervenção local e de proximidade às pessoas e/ou famílias, criando parcerias activas, transversais e interdisciplinares, com todas as entidades públicas e privadas de um determinado

território, na organização das respostas nas suas diferentes vertentes sociais e económicas, assim como, na prevenção dos problemas sociais com a implementação de projectos de desenvolvimento local;

3ª - Na reorganização da capacidade de intervenção social, na resposta à diversidade de problemáticas que exigem a **diferenciação de metodologias e instrumentos**, através da implementação de uma nova estratégia interdisciplinar, onde os serviços, programas e projectos passaram a ser equacionados por **equipas técnicas multidisciplinares** de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial com especificidade e/ou experiência de intervenção territorial ou de incidência especializada sobre uma problemática e ainda por uma rede sócio-institucional, na prevenção e na resposta às situações de risco e emergência social, das famílias com rendimento social de inserção e, principalmente, da reabilitação de grupos sociais de grande vulnerabilidade; crianças e jovens em risco, mulheres vítimas de violência, pessoas com deficiência, sem-abrigo, idosos dependentes, reclusos, repatriados e outros;

4ª - Na clarificação da **gestão dos processos de intervenção social** nas diferentes ilhas da Região que se fortaleceu através do trabalho em **rede promovendo a intervenção coeprada e de centros de recursos de apoio integrado** com todas as IPSS/ONG e outras entidades do governo regional e nacional, autarquias e grupos de voluntários, procurando a eficiência e eficácia das respostas sociais mediante planeamento partilhado das intervenções e a racionalização dos recursos técnicos e logísticos, antecipando situações de riscos e aperfeiçoando estratégias de parceria na prestação de serviços aos mais desfavorecidos de promoção e protecção. Foram criadas nos Açores redes e centros de recursos, dirigidos a territórios e públicos especí-

ficos, por exemplo, nas áreas do repatriamento, da imigração, das necessidades especiais, da mulher em risco, das famílias e crianças, dos jovens em processo de autonomização e do idoso e que necessitam de metodologias de resposta mais especializadas e nas quais participam perto de 200 entidades privadas e públicas;

5ª - Na concretização do **sistema de emergência social e sócio – habitacional**, dirigido à cooperação nas respostas que permitirá uma maior coordenação e combinação entre serviços de proximidade, assim como, de meios logísticos e estratégias de intervenção junto de qualquer pessoa e / ou família que num determinado momento da sua vida se encontre bruscamente numa condição grave de subsistência e/ou a necessitar de realojamento, até ao reequilíbrio dos seus meios de sustentabilidade com a introdução dos apoios de protecção social de cidadania, prioritariamente para famílias com crianças e/ou idosos e/ou deficientes totalmente dependentes que poderão ficar numa situação de risco, assim como em momentos de calamidade e de catástrofes naturais;

6ª - No fortalecimento da Intervenção social como instrumento de intervenção privilegiado no sistema familiar, prevenindo situações de risco que deterioram a sua função de socialização e de primeira rede de solidariedade entre as pessoas, através de um **processo de orientação, preservação e conciliação familiar**. Este processo de orientação familiar define-se por um conjunto de técnicas construtivistas e sistémicas e de abordagem multidimensional dos vários níveis de realidade dos seus membros, levando à construção de uma única realidade, assente numa relação de confiança e reciprocidade entre os serviços técnicos e beneficiário, tendo como objectivo a elaboração, contratualização e acompanhamento de um projecto claro de fortalecimento das competências explícitas e

latentes das famílias capazes de estimular o progresso pessoal e a melhoria do contexto sócio – emocional, promovendo a sua autonomia e coesão familiar. Neste contexto de Orientação Familiar, a Acção Social assume-se também como uma metodologia de interlocução privilegiada no acesso a outros serviços públicos e privados e no encaminhamento para projectos de aquisição de competências pessoais, sociais e de empregabilidade e/ou de terapia familiar;

7ª - Na **mudança de configuração dos apoios da acção social** que são concedidos mediante uma prestação pecuniária, na perspectiva da emergência social, agregando a perspectiva da flexibilidade, selectividade, personalização e da reflexão na óptica do desenvolvimento pessoal e social. As prestações pecuniárias deverão estar sempre associadas a uma intervenção de suporte social centrada no aumento das competências de inserção, através da **contratualização de um programa de prevenção de situações de crise** e de orientação para soluções sustentadas pelos próprios indivíduos e/ou famílias, devidamente enquadradas por projectos de suporte sócio – comunitários e/ou de empreendedorismo inclusivo e/ou de economia solidária e/ou de desenvolvimento local e territorial;

8ª - Na realização de um sistema contínuo de **promoção territorial de projectos locais de prevenção e combate à pobreza e exclusão social** e da materialização da rede de Centros de Economia Solidária (empresas de inserção, serviços de apoio de proximidade, formação e emprego apoiado, trabalho a favor da comunidade, empreendedorismo e micro – crédito) como plataforma de suporte à execução dos programas de inserção do Rendimento Social de Inserção, promovendo com maior sustentabilidade dos percursos de integração sócio – profissional dos beneficiários através do aumento das suas competências para a empregabilidade e na

procura e utilização de recursos técnicos, materiais e financeiros que potenciem a procura e/ou criação de emprego e a sua manutenção;

9ª - Na implementação de um **sistema de gestão de conhecimento e inovação social** na intervenção social, sustentado por **processos permanentes de investigação – acção** e na escolha dos suportes teóricos da intervenção, com o objectivo concreto de construção de metodologias, estratégias e instrumentos técnicos de execução contínua, e a dinamização da acção prática continuamente avaliada, fomentando a emergência da mudança que não sendo espontânea, nem instantânea, nem ao acaso, terá que ser apoiada através da definição clara de metodologias de acção e de avaliação contínua, fomentando transformações nos comportamentos dos indivíduos, dos serviços, das instituições e nos ecossistemas envolventes.

Tendo por base estes nove princípios metodológicos o **Plano de Promoção da Inclusão Social dos Açores** estrutura-se operacionalmente em sete programas de intervenção, todos eles com uma orgânica de funcionamento que potencia a integração de todos os processos e lógicas da acção consubstanciadas em estratégias **de inclusão social construtivista e sistémica**, articulando as abordagens: sócio – familiar, educativa, saúde, habitacional, comunitária, económica, cultural, ambiental, territorial, protecção e de investigação. Os programas são os seguintes:

1º - **Orientação Sócio-Familiar** - programa que se destina á conciliação familiar e ao apoio integrado à família em crise e/ou em situação de vulnerabilidade a partir de quatro eixos de acção social que se interligam: o rendimento social de inserção; o suporte social a situações de precariedade temporal; a construção de equipamentos sociais – creches, jardins-de-infância e ateliers de tempos livres – e a criação de serviços de proximidade – amas,

apoio ao domicílio, centros de dia e noite, lares; e um último eixo de apoio ao voluntariado de vizinhança, promovendo caminhos para a autonomia e inserção na comunidade.

2º - Emergência – Crianças, Jovens e Famílias em Risco - programa prioritário de intervenção que compreende quatro eixos: prevenção da pobreza infantil; promoção e protecção; educação parental; e intervenção precoce e promoção de actividades lúdico - pedagógicas na prevenção do insucesso escolar e das dependências, dirigidos às crianças, jovens e suas famílias em risco e perigo;

3º - Desenvolvimento e Suporte Social em Rede - programa destinado à organização de redes de intervenção, territorializada, diferenciada, descentralizada, com respostas sociais e serviços comunitários, rápidos, eficazes e flexíveis, concertados com entidades locais. Este programa visa promover a inclusão de populações em situação permanente ou temporária de vulnerabilidade social, na perspectiva da garantia dos seus direitos de participação na sociedade, destinando-se essencialmente a territórios em situação de desagregação e/ou desfavorecimento e a grupos específicos que requerem uma intervenção concertada, combinada e especializada, por exemplo, mulheres vítimas de violência, famílias disfuncionais, idosos, deficientes, doentes crónicos e doentes mentais;

4º - Reabilitação e Reintegração de Grupos de Elevado Risco de Exclusão fragilidade relacional e isolamento social, decorrente de trajectórias de vida compostas por processos de tensão social contínua e estigmatização grave, como são os casos dos cidadãos sem abrigo, dos cidadãos repatriados, reclusos, ex-reclusos, toxicodependentes, imigrantes em exclusão e jovens sob o sistema de justiça. Este programa procura encontrar novas respostas, articuladas e equacionadas, através de projectos e equipas pluridisciplinares. É um programa dirigido a

pessoas caracterizadas por uma forte integração e acompanhamento terapêutico, sócio – profissional e ocupacional;

5º - Percursos de Integração Social e Profissional – programa que se desenvolve recorrendo a parcerias com os serviços do emprego e formação profissional e da economia e que procura dinamizar uma estratégia activa e sistémica de inclusão profissional de pessoas com índices de empregabilidade baixos, principalmente beneficiários do Rendimento Social de Inserção, em projectos de formação de competências gerais para a inserção sócio-profissional, de empreendedorismo inclusivo, auto-emprego apoiado, acesso ao micro-credito e de economia solidária, através da criação de empresas de inserção;

6º - Desenvolvimento Local em Zonas de Intervenção Social Prioritária – programa de criação de projectos de acção social local em territórios urbanos e rurais com problemáticas de pobreza e exclusão intensas, conjugando metodologias e estratégias participativas de capacitação individual e colectiva e de desenvolvimento educacional, habitacional, social, empresarial, cultural, desportivo e ambiental, para a resolução dos problemas das comunidades e coordenação interinstitucional para a emergência territorial de uma cidadania activa que promova a autonomia.

7º - Observação Social e Formação de Competências Sócio e Técnico – Profissionais - programa que tem por objectivo a adequação da análise dos problemas sociais dos territórios onde os serviços de intervenção social actuam e as diferentes necessidades de formação das pessoas em situação de pobreza e exclusão, reconhecendo, validando e promovendo o aumento das suas capacidades que facilitem a inserção.

Em síntese, e para terminar, pretendeu-se com o actual plano de promoção da inclusão social

dos Açores contribuir para o desenvolvimento social e local nas diferentes ilhas, abrangendo o maior número possível de pessoas e famílias em situação de pobreza e exclusão social, agindo na prevenção do agravamento dos problemas e, simultaneamente, na contratualização com os beneficiários das respostas de projectos de vida que conduzam à sua autonomização e que os serviços actuem de forma interdisciplinar, diferenciada e territorializada, promovendo de forma cooperada com as pessoas a análise das causas dos problemas, a selecção das prioridades de intervenção e das soluções a desenvolver, baseados no conhecimento sistémico e concreto das situações, percebendo com rapidez as mudanças e suas complexidades, adaptando e combinando, continuamente, os recursos às necessidades emergentes e inovando nas respostas, através de processos de actuação concertadas e coordenadas com as comunidades, os voluntários locais com experiências específicas, as instituições de solidariedade social, as autárquicas, as entidades do governo dos Açores e principalmente com as organizações locais da sociedade civil.



Paula Ramos
*Directora Regional da
Solidariedade e Segurança Social*



As alterações nas intensidades e tempos da mortalidade e da natalidade, verificadas nas últimas décadas do século passado, em especial nos países economicamente mais desenvolvidos, conduziram a um envelhecimento populacional que atinge hoje valores particularmente elevados em alguns países e regiões. Neste sentido, questiona-se cada vez mais a manutenção das Políticas Sociais que, no mesmo período, atingiram o seu maior fulgor, principalmente no quadro europeu, com a criação generalizada do Estado Social, nomeadamente aquelas políticas cujos destinatários eram, precisamente, os indivíduos de idade mais avançada e os que necessitavam de maior protecção.

As mudanças na dinâmica populacional têm-nos trazido, ainda, novas questões, estas relacionadas com os mais novos, tanto crianças, como jovens, que apesar de serem em menor número, apelam igualmente a uma maior protecção dos poderes públicos. As primeiras procurando colmatar as alterações observadas no quadro familiar e os segundos no que respeita à crescente necessidade de formação e emprego. Uma população em idade activa cada vez menor parece não poder suportar os custos financeiros, cada vez mais acrescidos, decorrentes do acréscimo no número de idosos e de jovens cuja entrada no mercado de trabalho se faz mais tardiamente, de modo mais precário e que muitas vezes não encontra correspondência nas qualificações obtidas. Este é um debate em curso, há já alguns anos, mas que se reacendeu no contexto da crise financeira em que temos vivido desde 2008 e que conduziu a graves crises económicas e sociais no mundo ocidental, com particular relevo na Europa e, dentro desta, nos países mais periféricos, de que Portugal é um dos exemplos mais paradigmáticos.

A pertinência de estudos prospectivos e reflexões aprofundadas sobre a importância do envelhecimento demográfico na adopção e

definição de Políticas Sociais é hoje reconhecida e aceite, sendo esta problemática um dos aspectos centrais da Agenda Europeia, designadamente do documento - Europa 2020. No entanto, a recente crise económica, num quadro político da União Europeia menos receptivo ao ideário que desde sempre suportou o Estado Social, e que se apresenta mais direccionado para a manutenção de um crescimento económico com novos e fortes concorrentes num mundo globalizado, pode conduzir a alterações significativas no que têm sido as Políticas Públicas, em especial as de cariz proteccionista, que visam os mais desfavorecidos e carenciados de apoio tanto em termos materiais, como humanos. É neste contexto que pretendemos dar um contributo para a reflexão sobre os designados Serviços Sociais, que enformam este Congresso promovido pela Direcção Regional das Comunidades e do qual, muito naturalmente, a população migrante não pode estar ausente, uma vez que é a população alvo deste departamento governamental.

Centremo-nos, então, na evolução demográfica dos Açores, enquadrada no contexto nacional, que a enforma e justifica, como parte integrante de dinâmicas sociais e culturais comuns, não ignorando que esta é uma das parcelas economicamente mais débeis do conjunto das regiões portuguesas.

Portugal fez uma transição demográfica tardia, como tardia foi a sua adopção de Políticas Sociais num Estado Social incipiente, cuja designação é, frequentemente, questionada, o que não tem impedido críticas, cada vez mais generalizadas, sobre a intervenção do Estado em múltiplos aspectos da sociedade.

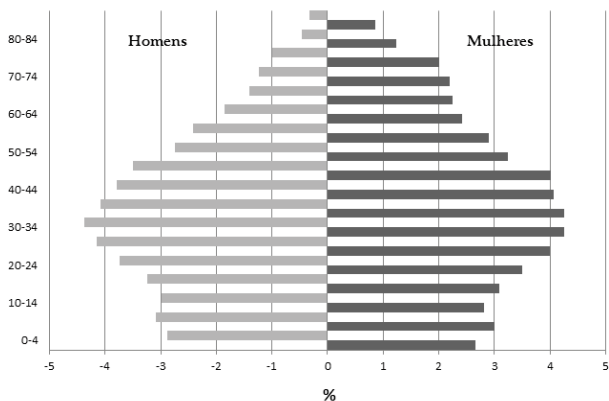
Os Açores estão perfeitamente inseridos no contexto nacional, como anteriormente afirmámos, sendo de sublinhar, no entanto, algum desfasamento temporal na dinâmica demográfica e social face à globalidade do país e das suas regiões (NUT II). Acresce-se a sua

dispersão e diversidade interna, com a população das várias ilhas e até concelhos a apresentarem níveis de crescimento e de envelhecimento demográfico bastante contrastantes. (Rocha, 1991, Rocha e Ferreira, 2008; Rocha e outros, 2008).

Da observação da Figura 1 releva-se o envelhecimento demográfico, designadamente na base, com um recuo evidente da população com menos de 20 anos, consequência de um declínio da natalidade, particularmente intenso desde meados dos anos oitenta do século passado. De sublinhar, todavia, a importância da população em idade activa, resultante de níveis de fecundidade elevados ainda na segunda metade de novecentos (Rocha, 1991, 2008), como da entrada de imigrantes em anos mais próximos, aspectos que a seguir desenvolveremos (Rocha, 2010, Rocha e outros, 2010).

Sendo que o saldo do movimento natural se aproxima cada vez do crescimento zero, sabendo-se também que a nível nacional este já regista valores negativos, com um número de óbitos superior aos dos nascimentos, o envelhecimento populacional depende cada vez mais da mobilidade, designadamente da entrada de pessoas jovens.

Figura 1 - PIRÂMIDE ETÁRIA DOS AÇORES EM 2009 (%)



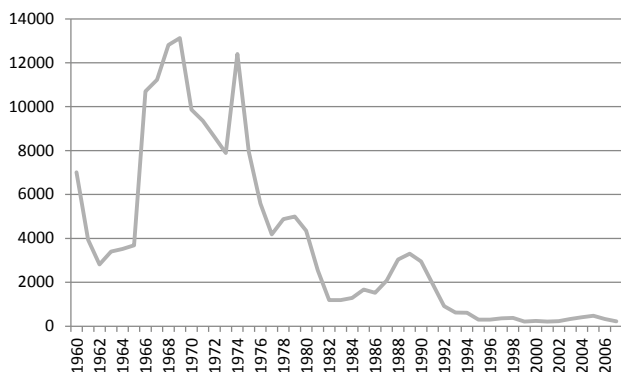
Fonte: INE, Estimativas da População, 2009

Avaliando a evolução das várias componentes da mobilidade, constata-se que hoje a emigração, contrariamente ao que aconteceu em alguns períodos dos séculos anteriores (Rocha, 1991; 2008), é quantitativamente reduzida, sem influência na dinâmica demográfica actual, como se pode constatar da observação do Gráfico 1. De resto, como sabemos, um fluxo emigratório elevado contribui não só para o declínio da população, como para o seu envelhecimento no topo e interferência futura na base, neste caso por via da diminuição da natalidade, que está dependente da população adulta, precisamente a que tem maior propensão à mobilidade de saída. Ou seja, a emigração contribui para o desequilíbrio demográfico, facto bem patente na dinâmica demográfica açoriana, particularmente de algumas ilhas, em especial nos períodos de maior intensidade nas saídas como são o último quartel do século XIX e as primeiras décadas do século XX, e ainda as décadas de sessenta e setenta da centúria passada. (Rocha, 1991; 2008; 2010).

No entanto, tal não significa que seja um assunto de menor relevância, como sempre acontece com todos os fenómenos sociais, cuja longa duração não deve ser minimizada. Neste caso sublinha-se, pela sua ligação às Políticas Sociais, o regresso voluntário dos emigrantes e a deportação, que são objecto de atenção dos poderes públicos regionais. Todavia, o seu conhecimento é ainda incipiente, embora se estejam a dar passos significativos no sentido de colmatar esta lacuna¹.

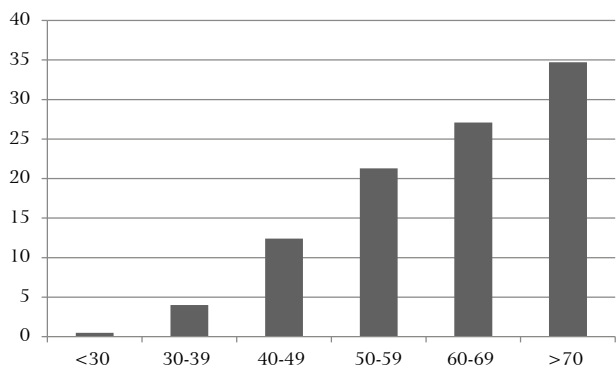
¹ No que respeita ao regresso de emigrantes o Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores (CES-UA) está neste momento a ser finalizado um estudo solicitado pela Direcção Regional das Comunidades, tendo com base os dados recolhidos por esta entidade, que também elaborou o respectivo questionário, em 2007. Tendo sido identificadas, posteriormente, aquando da sistematização e análise da informação algumas deficiências impossíveis de alterar, entendemos que ainda assim valeria a pena fazer o respectivo tratamento e análise, dada a importância e desconhecimento de uma matéria tão relevante para o conhecimento da mobilidade nos Açores e a necessidade

Gráfico 1 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMIGRANTES DOS AÇORES 1960 - 2007



Fonte: Direcção Regional de Estatística dos Açores (SREA); Direcção Regional das Comunidades (DRC)

Gráfico 2 - EMIGRANTES REGRESSADOS POR ESCALÃO ETÁRIO (%)

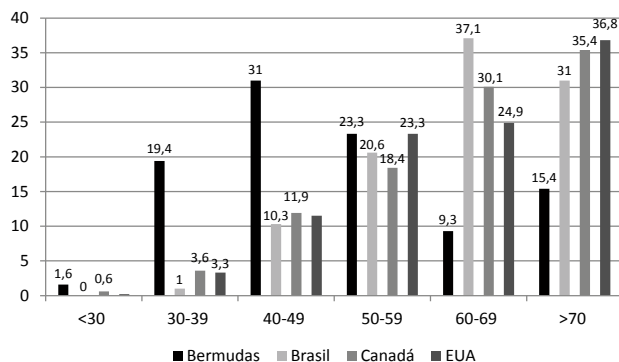


Fonte: Rocha e outros (relatório em elaboração)

de definição de Políticas Sociais devidamente sustentadas, o que implica, no entanto, algum cuidado interpretativo em alguns dos itens, que serão devidamente sublinhados. Relativamente à deportação, e apesar de existirem alguns estudos parcelares, mas temporalmente e metodologicamente restritos, nomeadamente um que foi elaborado no âmbito do CES-UA a pedido do Instituto de Acção Social, e que ficou concluído no ano de 1996, ou seja, pouco depois da primeira leva de deportados que chegaram à Região, só mais recentemente se deu um novo impulso, sublinhando-se os trabalhos em curso por estudantes do mestrado em Ciências Sociais da Universidade dos Açores, como da intenção já manifestada pela Direcção Regional das Comunidades de solicitar ao CES-UA um estudo sobre esta matéria.

Considerando o volume de emigrantes regressados em 2007², constata-se que é uma população preponderantemente idosa, com mais de metade (62%) a registarem idade superiores a 60 anos. Dentro deste grupo são maioritários aqueles que têm idades superiores aos 70 anos, que registam um valor percentual que quase atinge os 35% da totalidade dos emigrantes regressados. Em sentido inverso, os jovens apresentam um quantitativo residual, com percentagens da ordem dos 0,5% para os que têm menos de 30 anos. Mesmo a população activa jovem, entre os 30 e os 40 anos, não é especialmente significativa, da ordem dos 4%. De realçar que os mais novos correspondem a um destino com características distintas, como é o das Bermudas, um emigração mais recente mas que tem maior relevância na actualidade. Os emigrantes regressados dos destinos tradicionais do continente americano, em maior número, são preponderantemente idosos.

Gráfico 3 - EMIGRANTES REGRESSADOS POR ESCALÃO ETÁRIO E PAÍS DE ACOLHIMENTO

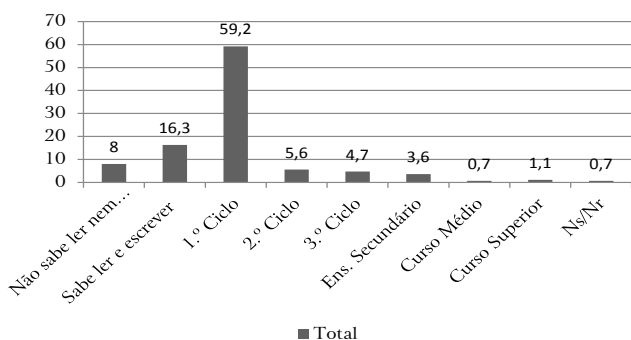


Fonte: Rocha e outros (relatório em elaboração)

2 Não se pode afirmar que corresponda à totalidade dos emigrantes regressados pois os registos respeitam ao conjunto daqueles que foram identificados pela DRC. Ainda assim pensamos que são em número significativo para suportar uma análise demográfica e sociológica.

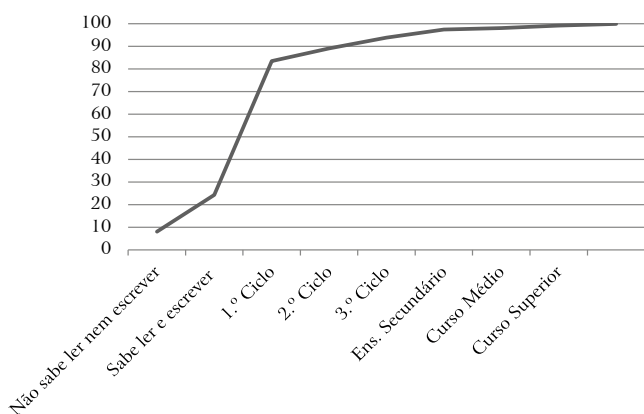
O nível etário ajuda a compreender os respectivos graus de instrução, maioritariamente baixos, com quase 60% a afirmarem possuir o 1º ciclo do ensino básico, isto é, a escolaridade obrigatória em Portugal no momento da saída. São em número bastante reduzido os que detêm o que é hoje a escolaridade obrigatória (3º ciclo do ensino básico), com uma percentagem da ordem dos 5%. Conforme se pode constatar no Gráfico 4, cerca de 85% dos emigrantes regressados possuem no máximo o grau de escolaridade mais baixo do sistema ensino português.

Gráfico 4 - EMIGRANTES REGRESSADOS POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO (%)



Fonte: Rocha e outros (relatório em elaboração)

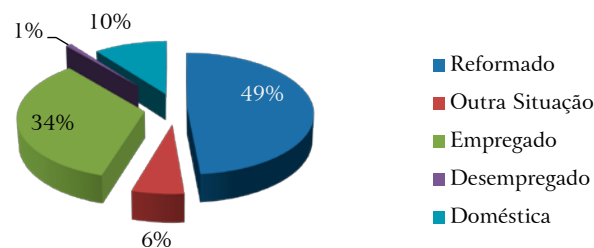
Gráfico 5 - EMIGRANTES REGRESSADOS POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO (% acumulada)



Fonte: Rocha e outros (relatório em elaboração)

Atendendo à situação face ao trabalho, verifica-se que uma parte significativa são reformados, em consonância com o anteriormente observamos relativamente à idade. Os que afirmam estar empregados registam um valor percentual ligeiramente inferior ao conjunto dos que têm menos de 60 anos, o que pode ser compreendido face à consideração dos restantes itens, quer no que respeita às domésticas, quer outras situações, nos quais podem existir, naturalmente regressados com mais de 60 anos.

Gráfico 6 - EMIGRANTES REGRESSADOS POR SITUAÇÃO FACE AO TRABALHO (%)



Fonte: Rocha e outros (relatório em elaboração)

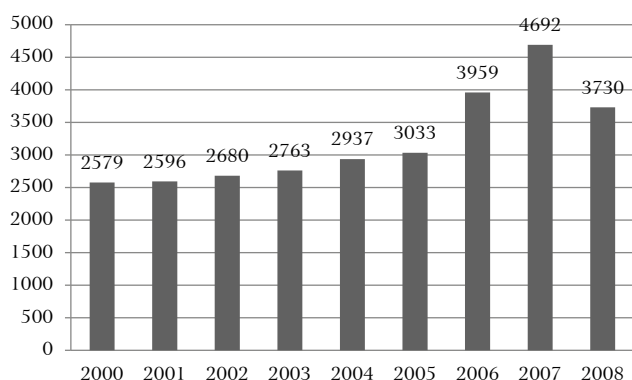
Assim, se numa perspectiva estritamente demográfica o regresso contribui para o envelhecimento da população açoriana e as características educacionais e profissionais dos emigrantes regressados apontam para um fraco envolvimento na sociedade, em especial no que respeita ao mundo laboral e, conseqüentemente, num fraco benefício para a actividade económica, na qual não parece existir a aplicação de saberes e práticas porventura adquiridos durante os anos de permanência na sociedade de acolhimento.

Uma outra realidade da mobilidade de entrada é a da imigração, fenómeno relativamente recente, tal como o regresso, com acuidade nos últimos anos da década de noventa do século XX.

Observando a sua evolução no período 2000-2008, verifica-se que logo no ano inicial o seu quantitativo era da ordem dos 2500 indivíduos, valor que se duplica durante os sete anos seguintes. Todavia, é de crer que a recente crise económica possa conduzir não só a uma diminuição dos fluxos de entrada, como do regresso aos países de origem e, conseqüentemente, a valores mais reduzidos no stock de imigrantes.

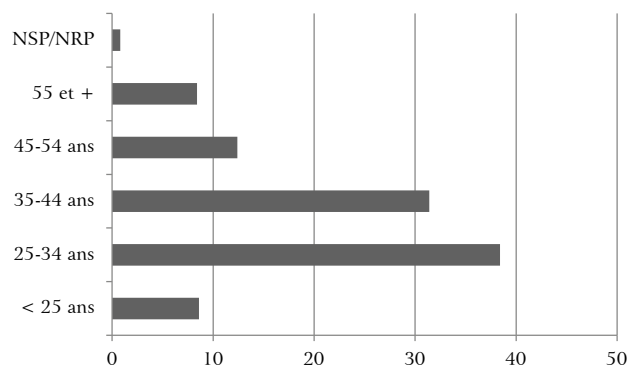
Numa óptica estritamente demográfica e de equilíbrio etário a diminuição do número de imigrantes contribui para um acréscimo do envelhecimento populacional, uma vez que este é um grupo onde preponderam os mais novos, sendo que em 2008 mais de 75% tinha idades inferiores a 45 anos.

Gráfico 7 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESTRANGEIROS RESIDENTES NOS AÇORES (2000-2008)



Fonte: INE, Estatísticas Territoriais

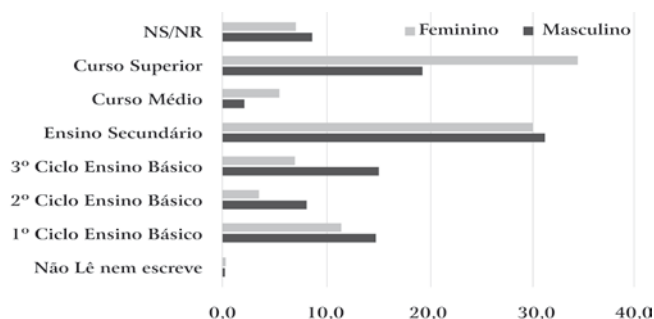
Gráfico 8 - IMIGRANTES NOS AÇORES POR GRUPOS DE IDADE, EM 2008 (%)



Fonte: Rocha e outros (2010)

Mas os benefícios da imigração não se circunscrevem aos aspectos demográficos, sendo de relevar também a sua contribuição nas actividades económicas, sociais e culturais, tanto mais importante quando se trata de uma população que detém níveis de instrução mais elevados dos que os da população açoriana e assim está mais apetrechada para se integrar numa sociedade em permanente mudança. Tal não significa que não se verifique um deficiente aproveitamento das suas competências e um conseqüente desfasamento entre estas e as profissões que exercem (Rocha e outros, 2010).

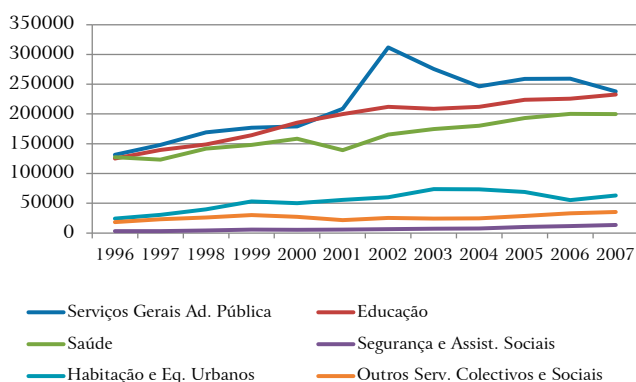
Gráfico 9 - IMIGRANTES NOS AÇORES POR NÍVEIS DE INSTRUÇÃO E SEXO, EM 2008 (%)



Fonte: Rocha e outros (2010)

Após esta breve síntese sobre a importância da mobilidade na estrutura demográfica e social, não queremos deixar de sublinhar alguns elementos respeitantes às Políticas Sociais, designadamente na sua relação com as despesas públicas.

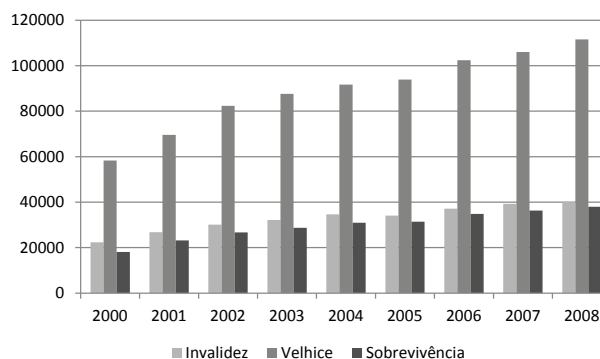
Gráfico 10 - EVOLUÇÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS NAS ÁREAS SOCIAS E COLECTIVAS NOS AÇORES DE 1996 A 2007



Fonte: SREA, Contas da Região Autónoma dos Açores

Conforme se pode observar no gráfico anterior, as despesas com a Segurança e Protecção Social são relativamente diminutas quando comparadas com outras de âmbito social, em especial as relativas aos Serviços Gerais da Administração Pública, a Educação e a Saúde. Se a primeira está em grande parte relacionada com as opções políticas num território de pequena dimensão, disperso por uma área geográfica não negligenciável, a outras duas correspondem a duas dimensões de grande centralidade no desenvolvimento e na qualidade de vida da globalidade da população, que não cabem nos objectivos deste artigo, forçosamente limitado.

Gráfico 11 - EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PENSÕES NOS AÇORES DE 2000 A 2008 (1000 EUROS)



Fonte: Instituto de Informática, I.P.

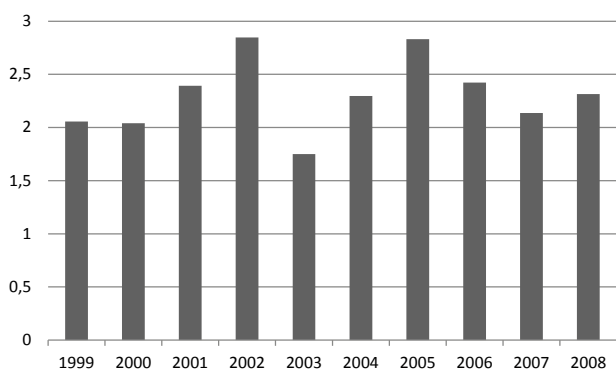
O aumento da despesa com pensões é bastante significativo nos anos compreendidos entre 2000 e 2008, sendo de sublinhar a importância respeitante às pensões de velhice que quase duplicam nestes 8 anos, em consonância com o acréscimo do envelhecimento demográfico, anteriormente referido. De resto, a duplicação é um facto que se aplica igualmente às de Invalidez e Sobrevivência, não obstante a sua menor percentagem no conjunto das despesas, decorrentes, principalmente as últimas, da adopção de medidas que visam acorrer a situações de pobreza, onde os mais idosos também pontuam, como, ainda, a uma minimização das desigualdades sociais presentes e futuras.

Seos aspectos anteriores, independentemente de mudanças nas opções políticas que os sustentam e justificam, têm um carácter relativamente permanente, estrutural, já o mesmo não acontece com o desemprego, com fortes flutuações, ou melhor, mais dependentes de situações económicas tanto estruturais, como conjunturais, ou seja, configuradas quer por situações de curto, como de médio e longo prazo.

Ao longo dos últimos 10 anos (1999-2009), o número de beneficiários do subsídio de desemprego tem apresentado tendências distintas, com um decréscimo nos primeiros anos e um aumento, significativo, de 2002 para 2003, quando se passa a situar em

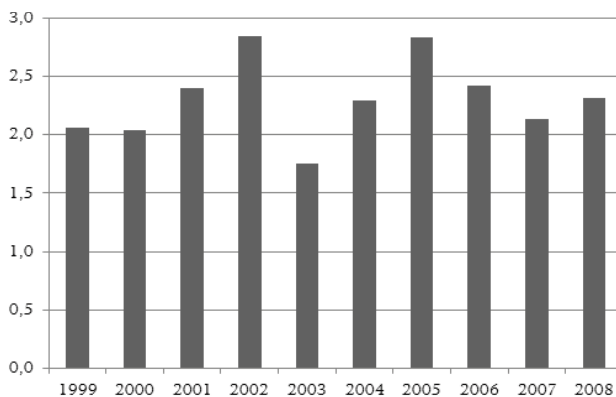
valores da ordem dos 6 000 beneficiários. De 2008 para 2009 o acréscimo volta a ser relevante, superior a 7 000, facto que não deve ser dissociado da crise económica e das suas repercussões, porventura um pouco mais tardias na Região.

Gráfico 12 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO, NOS AÇORES DE 1999 A 2009



Fonte: Instituto de Informática, I.P.

Gráfico 13 - BENEFICIÁRIOS ESTRANGEIROS DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO (%)



Fonte: Instituto de Informática, I.P.

Se observarmos a evolução da importância relativa dos beneficiários estrangeiros no conjunto dos beneficiários do subsídio de desemprego, verifica-se uma tendência que não é perfeitamente similar à anterior e que se situa em valores próximos

do peso relativo que os imigrantes detêm na população açoriana (Rocha, 2010). Esta constatação não pode, todavia, ter um carácter definitivo, pois nos últimos meses e ano têm havido mudanças significativas no emprego, diferentemente associadas aos sectores de actividade. Releva-se ainda a possibilidade de falta de registo dos trabalhadores estrangeiros.

A finalizar, não queremos deixar de sublinhar que a evolução mais recente da dinâmica demográfica, na qual a mobilidade tem um papel essencial, associada à situação de crise económica e à despesa com as Políticas Sociais, obriga a uma reflexão aprofundada e, porventura, à necessidade de mudança de algumas medidas de curta prazo que não devem, todavia, minimizar o seu contributo no desenvolvimento de médio e longo prazo de uma Região economicamente débil, com níveis de educação bastante baixos e que a situa muito aquém dos contextos nacionais e europeus.

BIBLIOGRAFIA

- ROCHA, Gilberta Pavão Nunes, FERREIRA, Eduardo “Territórios e Dinâmicas Migratórias nos Açores” (2010) in *Cidades, Comunidades e Territórios*, Lisboa, Centro de Estudos Territoriais (CET)/ISCTE-IUL: 97-110.
- ROCHA, Gilberta Pavão Nunes, “Migrações, Crescimento e Envelhecimento Demográfico nos Açores” (2010) in Lucinda Fonseca (org) *Conferência Internacional - Aproximando Mundos: Emigração, Imigração e Desenvolvimento em Espaços Insulares*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), 139-154.
- ROCHA, Gilberta Pavão Nunes, MEDEIROS, Octávio, FERREIRA, Eduardo (2010), *Perfis e Trajectórias dos Imigrantes nos Açores*, Ponta Delgada, Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores/Direcção Regional das Comunidades.
- ROCHA, Gilberta Pavão Nunes, FERREIRA, Eduardo, “População e circulação de pessoas” (2008) in Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas de Meneses, José Guilherme Reis Leite (Dir), *História dos Açores*, Cap. VI, Vol. II, Instituto Açoriano de Cultura: 581-610.

Gilberta Pavão Nunes Rocha
Universidade dos Açores

II Encontro Emigrantes Regressados

Angra do Heroísmo, 27 de Agosto de 2011

Programa

10H30

Recepção aos emigrantes

11H00

Actuação do Grupo Folclórico Etnográfico
da Ribeirinha «Recordar e Conhecer»

12H00

Intervenção de Sua Excelência, o Secretário
Regional da Presidência

12H30

Almoço

14H00

Entrega de homenagens a Emigrantes Regressados

15H00

Cantigas ao desafio

15H30

Actuação do grupo musical «Só Forró»

16H30

Encerramento





A institucionalização do Serviço Social inicia-se com a proposta de criação por Mary Richmond em 1897, na Escola de Filantropia Aplicada (Nova Iorque), e é acompanhada pelo fenómeno de incremento e reconhecimento político da necessidade estratégica de construção da formação profissional que alia teoria e prática, ou seja, uma *acção racional que se demarca da ajuda como dádiva, porque anti-democrática ou sacrifício egocêntrico e investe no poder educativo das relações sociais para estimular necessidades progressivas de igualdade e diversidade, tendo por finalidade a conservação e o desenvolvimento da personalidade e fazer progredir a espécie humana tornando melhores as relações sociais*. Segundo Mary Richmond, a profissão de Assistente Social *é árdua mas gratificante; a esmola é antidemocrática; fazer da democracia um exercício do quotidiano*.

É este o quadro fundador da formação académica e profissional. No campo das ciências sociais institucionaliza-se, a partir do último quartel do século XIX e os anos vinte, em sociedades de economia de mercado do Ocidente (E.U.A., Grã-Bretanha, Holanda e França) num contexto sócio-político e cultural de reconhecimento progressivo dos direitos sociais.

Em Portugal, as primeiras tentativas para a criação de escolas de Serviço Social são ensaiadas em 1928 e 1934, sendo que em 1935, no contexto do Estado Novo, foi criado o Instituto de Serviço Social de Lisboa, em 1937 o de Coimbra e em 1956 o do Porto. Nesta época, *“sem as liberdades fundamentais e sem democracia política, num país rural e pobre, a consciência da população face aos seus direitos é estreita, reina então o corporativismo católico, o anti-liberalismo e o anti-estado providência que vão arregimentar e domesticar o Serviço Social inserindo-o nos campos da assistência, distribuição da esmola pública mas sobretudo particular – a*

caridade e a beneficência” (Branco e Fernandes, 2005).

Com a Revolução de Abril de 1974, viveram-se tempos de crítica e até de ruptura com um Serviço Social, tantas vezes identificado com o regime de ditadura que se vivia em Portugal. O Serviço Social renovado caracteriza-se por implementar práticas de intervenção que privilegiam uma perspectiva integrada, global e interinstitucional: promover a participação das populações de modo a garantir os seus direitos de cidadania.

A formação de Assistentes Sociais foi até aos anos noventa ministrada apenas pelos três institutos já referidos, e a partir desta data está disponível em mais de duas dezenas de universidades públicas e privadas com os graus de licenciatura, mestrado e doutoramento. Interessa realçar a singularidade da Universidade dos Açores por ser a primeira universidade pública portuguesa a administrar a licenciatura em Serviço Social, no ano de 2000. Surge como resposta adequada às exigências da sociedade açoriana no sentido de dotar as instituições públicas e privadas de solidariedade social com profissionais qualificados que garantissem o preenchimento e estabilidade dos quadros. De facto, antes da conclusão, em 2004, do primeiro curso, as instituições debatiam-se com problemas graves de recrutamento de assistentes sociais ou então o nível de rotação destes profissionais era elevado, na medida em que muitos eram naturais do continente e, naturalmente, quando conseguiam vaga perto das suas terras não deixavam de as aproveitar. Além disso, pode dizer-se que a criação do curso de serviço social na Universidade dos Açores “democratizou” o acesso à profissão de jovens açorianos e madeirenses (estes, sobretudo, antes da criação do curso na Universidade da Madeira) oriundos de estratos populacionais

de mais débeis recursos que, portanto, teriam grandes dificuldades em suportar as despesas com a frequência de um curso numa instituição privada de ensino superior no continente. O certo é que a “singularidade açoriana” foi depois seguida por diversas universidades públicas por todo o país.

Hoje, a prática profissional dos assistentes sociais funda-se nos valores da cultura humanista do Ocidente e, especificamente consubstanciados na defesa e educação dos direitos e deveres individuais e sociais ou seja, a cidadania.

Assim, e de acordo com as orientações emanadas das estruturas internacionais (Associação de Escolas e Federação de Associações Profissionais), o Serviço Social, enquanto disciplina profissional visa o maior bem-estar e desenvolvimento dos seres humanos, assumindo-se como agentes de mudança.

São valores universais a observar na intervenção profissional:

- a) Todo o Ser Humano tem um valor único em si mesmo, o qual justifica o respeito pela sua pessoa;
- b) Todo o indivíduo tem direito à sua autodeterminação, emancipação e plena expansão das suas capacidades, e tem obrigação de contribuir para o bem-estar da sociedade;
- c) Todo o indivíduo tem direito à justiça e equidade sociais.

Os assistentes sociais na Região Autónoma dos Açores rondam os duzentos e cinquenta profissionais que integram os mais diversos sectores da administração pública nomeadamente a acção social, saúde, emprego, habitação, justiça, o poder local e organizações da sociedade civil como Santas Casas da Misericórdia, centros paroquiais, intuições de acolhimento de crianças e jovens e outros.

Procurando responder às necessidades profissionais foi constituída em 1978 a Associação dos Profissionais do Serviço Social (APSS) de âmbito nacional e sede em Lisboa. Os estatutos estabelecem como objectivos, entre outros: fortalecer e unificar ética e deontologicamente a profissão; promover o aperfeiçoamento profissional dos seus sócios; desenvolver acções conjuntas com outras associações profissionais cujos sócios tenham intervenção no campo social e contribuir para a definição da Política Social, através da colaboração com entidades oficiais e particulares que visem a promoção do bem-estar social.

A Delegação dos Açores da APSS tem âmbito regional, está sediada em Ponta Delgada e iniciou funções em 2003. Tem vindo ao longo dos anos a cumprir com os objectivos já referenciados incidindo o seu trabalho na dinamização da classe profissional, promovendo o aperfeiçoamento profissional através de eventos nomeadamente colóquios, congressos e encontros.

De destacar o primeiro congresso de assistentes sociais da macaronésia (Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde) em 2005.

Organiza anualmente a comemoração do dia mundial do Serviço Social, de acordo com as orientações emanadas pela Federação Internacional dos Assistentes Sociais (FIAS),

Colabora com a Universidade dos Açores em eventos relacionados com a licenciatura em Serviço Social.

A delegação, em colaboração com entidades oficiais e particulares, procura contribuir para a definição de medidas de política social e criar projectos de intervenção social que visem a promoção do bem-estar social.

Pela sua posição particular na vida social os Assistentes Sociais assumem hoje em

tempos de crise financeira, económica e social **um compromisso** com os que se encontram em diferentes situações de vulnerabilidade, pobreza e exclusão social ou em processos de precarização e empobrecimento.

As medidas de política social implementadas na RAA têm-se mostrado ainda insuficientes para combater as vulnerabilidades e constrangimentos dos indivíduos e das famílias. Nas respostas aos problemas sociais com que se deparam os Assistentes Sociais da RAA, têm realizado um trabalho sistémico, multidisciplinar, intersectorial, ou seja, em rede. Podemos salientar os seguintes:

- Pobreza (desemprego, sobretudo feminino, falta de qualificação, baixos rendimentos económicos, instabilidade profissional, elevadas despesas na saúde e educação, má gestão dos rendimentos familiares), *“31 mil famílias açorianas vivem com menos de 540 € /mês e mais de um quarto dos açorianos activos estão a ganhar abaixo do salário mínimo regional”*. À data, o Rendimento Social de Inserção abrange dezoito mil beneficiários, sendo a região do país com maior número de famílias a beneficiar desta prestação social. Com a crise económica vigente a classe média está cada vez mais a empobrecer e a recorrer aos serviços de Acção Social e ao crédito bancário.
- Problemas Habitacionais (Rendas e Prestações Bancárias elevadas, degradação do espaço habitacional)
- Insucesso e Abandono Escolar (em 2007/2008 nos Açores a percentagem é de 27,4% no ensino secundário comparativamente aos 26,6% da Madeira e 20,6% Continente).
- Gravidez na Adolescência (a taxa nos Açores é de 10,12%, a **mais alta de Portugal** e seguida do Reino Unido com

13,2%, no ano de 2007). Atinge a média de 16 anos em jovens que já deixaram ou deixam de estudar.

- Toxicod dependências (alcooolismo provoca 40% dos casos de negligência parental). A taxa de consumo de drogas ilícitas é de 14,8%.
- Violência Doméstica (Física, Psicológica e Sexual) exercida sobre crianças, jovens, mulheres e idosos e ainda a violência no namoro. À Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – Delegação dos Açores foram denunciados 299 casos, em 2009 e 352 em 2010, correspondendo a um aumento de 18 %.
- Envelhecimento da População – Em Portugal 18% da população tem mais de 65 anos e 15 % com menos de 15 anos. O problema dos idosos é hoje nos Açores encarado como prioritário nas medidas de apoio social, que devem ser alargadas de modo a responder cada vez mais à longevidade e à qualidade de vida que deve ser assegurada.

CONCLUSÃO

Porque a modernidade tem por matria a tradição, é possível ousar, pensar e inventar um outro mundo pela conjugação de crise, crítica e criação (palavras irmãs da mesma língua, o grego).

Porque a deriva e a errância são constituintes da condição humana, é justo salientar que para além das práticas, assistencialistas na sua origem, o Serviço Social legou-nos em sua tradição um capital simbólico de defesa dos direitos humanos, emblematicamente construído por Jane Addams (1861-1935) América, em sua luta pelos direitos humanos, particularmente dos direitos da criança e da mulher, reconhecida como prémio Nobel da paz em 1931. **Uma herança que urge resgatar para prosseguir a renovação e a**

responsabilidade do Serviço Social para com a comunidade.

Aos assistentes sociais competirá, com análises cuidadas, precisas e no aprofundamento possível, irem de par e passo com os valores que suportam a profissão descobrindo com os utentes que procuram os serviços “a possibilidade realista de imaginar, e porque não concretizar, uma intervenção radicalmente nova, com vista a uma sociedade sustentável mais humana e mais justa”.

O II Congresso Nacional de Serviço Social que se realizou a 18 e 19 de Novembro de 2010, em Almada – Continente Português, sublinha a relevância que as reformas em curso no campo das políticas sociais e dos cuidados de saúde, as questões da centralização da acção social e do papel do terceiro sector, assumem na agenda profissional dos assistentes sociais portugueses, aos quais compete participar activa, crítica e propositivamente no debate público.

Reafirma-se a urgente necessidade da consagração da ordem profissional dos Assistentes Sociais como instrumento de regulação da profissão, condição essencial à defesa do interesse público traduzido na garantia de qualidade dos serviços prestados por estes profissionais aos cidadãos, quer no âmbito dos serviços públicos na rede de organizações de solidariedade social, quer no sector privado.

Pela sua forma particular de inserção na vida social, as e os Assistentes Sociais estão bem posicionados para dar expressão às necessidades e aspirações dos cidadãos e promover a sua participação activa, renovando o seu compromisso empenhado com a causa do bem-estar, dos direitos humanos e da justiça social, os quais assumem uma especial acuidade na actual conjuntura de crise financeira, económica e social global, nacional e regional.

As pessoas caem como folhas
E secam no pó do desalento
Se não as leva consigo
A fúria poética do vento

Natália Correia em
Do Dever de Deslumbrar
(Inéditos 1941 – 47)



Fátima Dias

Assistente Social, Presidente da Delegação Regional dos Açores da Associação dos Profissionais de Serviço Social, Docente convidada da Universidade dos Açores na Licenciatura de Serviço Social.



A população mundial é de aproximadamente 6,9 biliões de pessoas. Sabemos que o rendimento não é distribuído de maneira igual através do mundo. Os 20% mais ricos possuem 74% do rendimento mundial e os 20% mais pobres só possuem 2% do rendimento. No ano de 2000, a população mundial era de 6,1 biliões dos quais 1,2 biliões, ou seja, 19% da população vivia com menos de 1\$ por dia. As desigualdades sociais são mais do que flagrantes (*UN Millennium Campaign*).

Perante esta realidade preocupante, as Nações Unidas iniciaram, no ano de 2000, a campanha *End poverty 2015 Millennium Campaign*. Cento e oitenta e nove (189) líderes mundiais assinaram a declaração das Nações Unidas para acabar com a pobreza até ao ano de 2015. Estes líderes aderiram a um programa que alguns consideram ambicioso e outros insuficiente. O programa tem oito objectivos, dos quais constam estes três: reduzir para metade a fome no mundo; assegurar que todas as crianças (tanto rapazes como raparigas) completam a escola primária e eliminar a disparidade de género na educação primária e secundária.

Já só faltam quatro anos para chegar ao ano 2015 e as estatísticas das Nações Unidas revelam que, ainda hoje, as mulheres só ganham 50¢ por cada dólar que um homem ganha executando o mesmo trabalho. 57% dos 72 milhões de crianças que não frequentam a escola são meninas. Na África Subsaariana, que é composta por 42 países, a possibilidade de falecimento durante a gravidez é de uma em cada 16 mulheres enquanto que no mundo industrializado o número é de uma em 3.800 mulheres. (*UN Millennium Campaign*)

Como se pode comprovar, há muita pobreza. Mas qual é a definição da pobreza? Segundo Nuno Alves, do Departamento de Estudos Económicos, do Banco de Portugal, num artigo publicado no Boletim Económico do Banco de Portugal na Primavera de 2009,

“a pobreza representa uma privação do direito básico de cada indivíduo a participar plenamente na vida social, económica, cultural e política da comunidade em que se insere. Os pobres tendem a ser excluídos de diversos mercados, enfrentam um acesso limitado às instituições políticas e judiciais e investem de forma insuficiente na aquisição de activos que optimizem a sua participação nas actividades económicas, com destaque para o investimento em capital humano.” (*Boletim Económico, Banco de Portugal, Primavera 2009*)

Vamos aqui definir a pobreza como uma situação de privação baseada em falta de recursos, que limita uma participação plena na sociedade. Podemos afirmar que quando as pessoas não podem viver dignamente elas não participarão plenamente na vida social.

Falando um pouco da situação da província do Quebeque (Canadá), importa referir que, em 2002, após anos de pressão por parte do movimento de cidadãos e de organismos comunitários, o governo do Quebeque introduziu a Lei 112, denominada *Estratégia Nacional de Luta à Pobreza e Exclusão Social*. Com esta lei o governo pretendia assumir um grande desafio durante os 10 anos seguintes. Propôs-se levar o Quebeque a fazer parte das sociedades industrializadas com um baixo nível de pobreza da sua população. A fim de conseguir este objectivo, seria necessária a participação activa não só do governo, mas também da população em geral, incluindo as pessoas e os organismos comunitários que trabalham neste ramo. Assim, o governo convidou a população a investir colectiva e individualmente para fazer recuar a pobreza e promover a inclusão de todos os cidadãos.

Durante os últimos 20 anos, o governo do Quebeque criou várias medidas de segurança social e económica, tais como a adopção de uma política de apoio ao desenvolvimento

local e regional, assim como a instauração de um programa de apoio financeiro para as famílias, pessoas adultas e idosos com baixos rendimentos e cujos alugueres são elevados. Tem-se verificado uma diminuição dos indicadores da pobreza a nível provincial. Contudo, a pobreza persiste.

Com a Lei 112, o governo do Quebeque criou uma comissão consultiva de luta contra a pobreza e a exclusão social. A comissão é composta por 17 pessoas vindas de 10 regiões do Quebeque que representam organismos e instituições preocupados com a questão. Fazem, igualmente, parte da comissão pessoas directamente afectadas pelos problemas ligados à pobreza. Trata-se de uma estrutura independente, a nível do seu funcionamento, da sua ideologia e não partidária a nível político. A sua missão principal é de aconselhar o ministro responsável pela lei, sobre a aplicação e a avaliação das acções tomadas no quadro de Estratégia Nacional de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social. A comissão exerce uma influência sobre as decisões do governo, assim como sobre a acção de grupos sociais que trabalham para eliminar a pobreza e a exclusão social. Apoia-se sobre a lei que afirma que as pessoas em situação de pobreza e exclusão social são as primeiras a agir para transformar a situação delas e das suas famílias. A comissão tem por objectivo melhor compreender as causas e as consequências da pobreza e exclusão social, para assim poder aconselhar sobre os melhores meios para atingir os objectivos da lei.

Sabemos que a pobreza tem consequências directas sobre a qualidade de vida das pessoas, por exemplo na incidência da delinquência dos jovens, no insucesso escolar das crianças devido à fome, e no desespero de mães monoparentais que chegam e prostituir-se para sustentar os filhos. A itinerância consta

um dos indicadores mais visíveis a nível da exclusão social. As pessoas itinerantes são as mais excluídas da nossa sociedade. É quase impossível saber o número exacto de itinerantes porque se deslocam continuamente. Segundo os organismos que trabalham no ramo, as pessoas que vemos na rua são apenas a ponta do *iceberg*. Há mais pobreza no seio dos imigrantes recentes e os refugiados do que na população nascida no Canadá, apesar dos imigrantes recentes no Quebeque serem geralmente mais escolarizados do que a população de acolhimento. Contudo, ganham menos do que as pessoas nativas. A longo prazo há a frustração que se instala nestas pessoas porque sentem lesadas e traídas pela sociedade de acolhimento. Se reconhecemos que a contribuição dos imigrantes é essencial para o desenvolvimento económico e social do Canadá e do Quebeque, então teremos que nos questionar sobre os meios que deverão ser criados para assegurarmos uma plena participação de todos os cidadãos neste mesmo desenvolvimento.

E a nível local, quais são os problemas dos nossos utentes e quais são as soluções? Nós que trabalhamos no meio comunitário e que lidamos diariamente com pessoas pobres, verificamos as consequências deste estado sobre os nossos clientes. Quando, por exemplo, temos famílias cujo casal ganha o salário mínimo, o stress sentido pelos dois e no resto da família é tremendo. Eles estão confrontados no dia-a-dia com muita pressão do exterior. Em vários casos, são obrigados a ter um segundo emprego o que significa que estão menos presentes para os filhos, estão mais cansados, menos pacientes, mais preocupados com as dívidas que aumentam. O impacto que uma situação destas cria a longo prazo é devastadora. O estado de pobreza permanente é desesperante em particular

quando não se vê luz ao fundo do túnel. No Centro de Acção Sócio-Comunitária de Montreal (CASCAM), por exemplo, temos vários programas de intervenção. É claro que não existem soluções mágicas e nós não possuímos respostas pré-fabricadas. Contudo, podemos informar os clientes sobre as diferentes iniciativas que existem no bairro. Porque não faltam iniciativas! Em Montreal vários organismos comunitários, confrontados com esta realidade por parte dos seus utentes criaram “cozinhas colectivas” como uma resposta. As pessoas juntam-se semanalmente para fazer uma ementa, fazer as compras, cozinhar e dividir a comida que levam para casa. Estes encontros permitem a estas pessoas quebrar o isolamento, partilhar as suas experiências com outras pessoas que se encontram na mesma situação e economizar porque fazem pesquisa sobre os melhores preços e, assim, como compram em maior quantidade, conseguem preços reduzidos. As pessoas terminam esta actividade com o sentimento de terem feito qualquer coisa de positivo para a família.

Estas iniciativas de cozinhas colectivas são interessantes e no CASCAM já fizemos a tentativa. Contudo, não nos foi possível. Porquê? Porque na comunidade portuguesa existe muito a cultura do *parecer bem*. Não é fácil admitir que se é pobre, mas na comunidade portuguesa é tabu, valoriza-se muito a aquisição de bens materiais. A pessoa tem valor quando possui um bom carro, uma boa casa, etc. Imaginem a dificuldade que é fazer participar estas pessoas neste tipo de actividade. Elas sentem que ficariam expostas ao julgamento e aos comentários negativos da parte de outros membros da comunidade. Então preferem não se envolver. Há toda uma

sensibilização a fazer na nossa comunidade. Temos ainda muito caminho à nossa frente. É importante esclarecer uma coisa: não estamos a dizer que as pessoas portuguesas não fazem trabalho voluntário. Com efeito, as associações recreativas só conseguem funcionar por causa dos seus voluntários que dão muito do seu tempo. No CASCAM temos pessoas idosas que participam em várias actividades. Por exemplo, fazem visitas de amizade a outros idosos que estão isolados. Trata-se de uma iniciativa de luta contra a pobreza e a exclusão social.

Um dos propósitos da Comissão de Luta contra a Pobreza e Exclusão Social é de promover o valor e o reconhecimento do trabalho não remunerado. Muitas pessoas, por várias razões, não podem executar um trabalho regular e remunerado. Mas são voluntárias num organismo comunitário, seja para ajudar na cozinha colectiva ou no banco alimentar. Esta contribuição é valorizada, como se fosse paga, tanto pelo organismo como pela sociedade. Na sociedade quebequense, o voluntariado é um valor aceite pela população. Muitos organismos comunitários conseguem realizar uma parte das suas actividades graças à generosidade dos seus voluntários. Sensibilizamos os nossos membros para o exercício da cidadania através do voluntariado num organismo, numa acção ou numa iniciativa, uma vez que o mesmo tem um impacto positivo sobre a pessoa e é uma forma concreta de contribuir para a promoção da sociedade. Através de “pequenos gestos” a pessoa contribui para o seu bem e para o bem geral da sociedade, o que traz muita riqueza pessoal e reduz drasticamente as limitações à sua participação na sociedade.

Valentina Barbosa

Centro de Acção Sócio-Comunitária de Montreal



Governo dos Açores
Direcção Regional das Comunidades

CAIS DA CIDADANIA E DIVERSIDADE



MAIO DE 2011

São Miguel: 14 a 17
Santa Maria: 18
Terceira: 19
Graciosa: 20

São Jorge: 21 a 23
Pico: 24
Faial: 25
Flores e Corvo: 27

Iniciativa promovida pela Direcção Regional das Comunidades em parceria com





ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) é uma instituição particular de solidariedade social, pessoa colectiva de utilidade pública, que tem como objectivo estatutário promover e contribuir para a informação, protecção e apoio aos cidadãos vítimas de infracções penais.

É, em suma, uma organização sem fins lucrativos e de voluntariado, que apoia, de forma individualizada, qualificada e humanizada, vítimas de crimes, através da prestação de serviços gratuitos e confidenciais.

Fundada em 25 de Junho de 1990, é uma instituição de âmbito nacional, localizando-se a sua sede em Lisboa.

Para a realização do seu objectivo, a APAV propõe-se, nomeadamente:

- Promover a protecção e o apoio a vítimas de infracções penais, em particular às mais carenciadas, designadamente através da informação, do atendimento personalizado e encaminhamento, do apoio moral, social, jurídico, psicológico e económico;
- Colaborar com as competentes entidades da administração da justiça, polícias, de segurança social, da saúde, bem como as autarquias locais, regiões autónomas e outras entidades públicas ou particulares de infracções penais e respectivas famílias;
- Incentivar e promover a solidariedade social, designadamente através da formação e gestão de redes de cooperadores voluntários e do mecenato social, bem como da mediação vítima-infractor e outras práticas de justiça restaurativa;
- Fomentar e patrocinar a realização de investigação e estudos sobre os problemas da vítima, para a mais adequada satisfação dos seus interesses;
- Promover e participar em programas, projectos e acções de informação e sensibilização da opinião pública;
- Contribuir para a adopção de medidas legislativas, regulamentares e administrativas, facilitadoras da defesa, protecção e apoio à vítima de infracções penais, com vista à prevenção dos riscos de vitimização e atenuação dos seus efeitos;
- Estabelecer contactos com organismos internacionais e colaborar com entidades que em outros países prosseguem fins análogos.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima reconhece-se enquanto organização:

- de SOLIDARIEDADE SOCIAL SEM FINS LUCRATIVOS;
- de VOLUNTARIADO SOCIAL com presença NACIONAL;
- integrada nas redes internacionais de COOPERAÇÃO à escala EUROPEIA e GLOBAL;
- INDEPENDENTE e AUTÓNOMA dos poderes políticos e de outras instituições;
- APOLÍTICA e NÃO CONFSSIONAL;
- que se rege pelo princípio da IGUALDADE DE OPORTUNIDADES e de TRATAMENTO;

- que se rege pelo princípio da NÃO DISCRIMINAÇÃO em função do género, raça ou etnia, religião, orientação sexual, idade, condição sócio económica, nível de escolaridade, ideologia ou outros;
- que promove a justiça e práticas RESTAURATIVAS na resolução de conflitos;
- que presta serviços GRATUITOS, CONFIDENCIAIS e de QUALIDADE a todas as vítimas de crime;
- centrada na VÍTIMA como UTENTE, respeitando as suas opiniões e decisões;
- uma VOZ ACTIVA na defesa e promoção dos direitos, das necessidades e interesses específicos das vítimas;
- um centro de CONHECIMENTO, INVESTIGAÇÃO e QUALIFICAÇÃO nas temáticas das vítimas de crime e de violência.

VISÃO

A APAV acredita e trabalha para que em Portugal o estatuto da vítima de crime seja plenamente reconhecido, valorizado e efectivo. A nível regional, a APAV Açores pauta-se pelo mesmo princípio.

MISSÃO

Apoiar as vítimas de crime, suas famílias e amigos, prestando-lhes serviços de qualidade, gratuitos e confidenciais e contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas, sociais e privadas centradas no estatuto da vítima.

APAV AÇORES – Comissão Regional dos Açores da APAV

A missão da APAV Açores é a prossecução na Região Autónoma dos Açores dos objectivos estatutários e da missão social da APAV ao serviço do desenvolvimento social dos Açores.

A APAV Açores é uma estrutura regional dotada de autonomia de coordenação e gestão das actividades da APAV (nas suas diversas áreas de actuação) na Região Autónoma dos Açores. Deste modo, sem prejuízo da unidade nacional e da personalidade jurídica una da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, a APAV Açores, como uma unidade regional, goza de autonomia técnica, administrativa e financeira.

A autonomia da APAV Açores é garantida através de um Regulamento próprio que a consagra, aprovado pela Assembleia Geral da Associação que criou e regulamentou a estrutura regional.

APAV[®]



Apoio à Vítima

Helena Costa
APAV Açores

CONTACTOS DA APAV AÇORES
Telefónico: 707 20 00 77 (9h-12 e 13h-17h)
Site: www.apav.pt / **Email:** apav.acores@apav.pt
Morada: Rua César Augusto Ferreira Cabido, 3
 9500 – 338 Ponta Delgada



POSSO: PORTUGUESE SENIOR CENTER OF SAN JOSE, CALIFORNIA

POSSO is the acronym for Portuguese Organization for Social Services and Opportunities. It was established in 1976, in San Jose, California, by a group of Portuguese Americans, the majority students, recently graduated from or still attending University. They were inspired by the climate of ethnic pride that encompassed America at that time, along with their heartfelt loyalty to their struggling immigrant parents and/or grandparents. The majority of these immigrants had emigrated from the Azores Islands, following the eruption in 1957 of the Capelinhos volcano, Island of Faial. The founders of POSSO wanted to make sure that the quiet, hardworking, and tax paying Portuguese immigrants received recognition and their share of the social services and public benefits that most Americans took for granted.

To this end, POSSO was founded as a non-profit charitable organization dedicated to the enrichment of the total community by improving the quality of life, community involvement, and opportunities of its Portuguese-speaking population. In pursuit of this mission, the organization acts as a bridge to the greater community, providing social, recreational, cultural and educational activities as well as mobilizing support to other community programs that protect and enhance the human potential.

Once founded, POSSO began by focusing on the needs of the elderly in the Portuguese community; an isolated group whose family members had little time for them, as they focused on full employment.

The first programs developed by POSSO, were translation services, transportation to; doctors, banks, grocery shopping and government agencies, for the seniors. Today, POSSO runs a myriad of other programs, such as: Nutrition, Wellness, Brown Bag, Portuguese Classes, English and Citizenship Classes, Field Trips, Social Activities, Club 60, Fitness, Case Management, Information and Referral, Legal Services and Voter Registration.

The *Nutrition Program* is one of the most-enjoyed by the seniors. This program provides a nutritious lunch, of traditional Portuguese cuisine for an average of 70 seniors four times a week. The *Wellness Program* provides health workshops, flu vaccine, health screening exams for: hypertension, diabetes, cholesterol, glaucoma, osteoporosis and many others. The *Brown Bag* is a weekly program from the “Second Harvest Food Bank”, an American Agency, providing food to the POSSO center, from which over 60 bags are distributed to low income individuals and families. *Portuguese Classes* are offered twice a week, for Luso-American children or to anyone wanting to study Portuguese. In collaboration with other agencies, POSSO offers weekly *Citizenship* classes to prepare immigrants for their naturalization as American citizens. *Field Trips, Social Activities and Club 60*, are programs where seniors come together to socialize, celebrate their traditions meet old friends and make new ones. They travel to various places in California; San Francisco, Santa Cruz, Monterey, Los Angeles area, San Diego, and to faraway places; Las Vegas, Washington D.C. and Canada. These low cost trips are organized by POSSO employees and volunteers, who help the seniors by translating, providing assistance, and in this way affording the seniors an opportunity of seeing and experience new places. The Club 60, with nearly 500 members, helps with social activities and fundraising by organizing a monthly birthday party, for the seniors whose birthday fall within that month. The Ladies’ Crochet Club, which makes handcrafted items for sale and twice a year, working the entire night, using as much as 400 pounds of flour, they make Portuguese donuts, (Filhós) for sale. The *Fitness Program* called, “Vida Activa”, with certified trainers, provides seniors, both men and women, with exercise classes in fitness and fun physical activities. The *Case Management Program* is for individuals with

more serious problems, ranging from a need for affordable housing, to assistance in dealing with a life-threatening disease. *Information and Referral* is an up-to-date bank of information, on a variety of public and private services and resources. The staff and volunteers instruct and assist the seniors on the utilization of these resources in order to meet their personal and social needs. *Legal Services*, aide in understanding and dealing with complex laws and legal problems. Attorneys donate their services providing free legal advice to POSSO's clients. *Voter Registration*, POSSO offers ongoing voter registration, holds voter education sessions before elections, to promote civic involvement.

In 1985 POSSO bought a building in the heart of the Portuguese community, San Jose. The purchase of this facility was financed with one-third from the Portuguese community and two-thirds from the American government.

POSSO has a paid staff of one executive director, four program coordinators, two community workers, and three part-time kitchen staff. Under the direction from fifteen, nonpaid board members, along with many POSSO volunteers and supporting members of the community, they provide 6,000 plus yearly volunteer hours, serving nearly 8,000 per year, the vast majority of whom are elderly Portuguese immigrants.

POSSO's annual budget is approximately \$500,000.00 dollars. Of this amount about 48% comes from the American government, and 52% from the Portuguese community, income from trips, personal donations, dinners, golf tournament, sale of handcrafts, raffles, etc.

The constant challenge of this organization is the need to raise sufficient funds, allowing us to maintain a continuous cash flow to serve the seniors in a dignified way.

Manuel Bettencourt
Presidente / Director





A POBREZA EM PORTUGAL CARACTERIZAÇÃO E PROPOSTAS PARA O SEU COMBATE

Na sequência de um esforço de pressão por parte da Sociedade Civil Europeia, o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia aprovaram em 22 de Outubro de 2008 a Decisão relativa à instituição de 2010 como Ano Europeu de Combate à Pobreza e à Exclusão Social.

O grande objectivo deste Ano Europeu é reafirmar, dando sequência às decisões da agenda de Lisboa (em 2000), que o combate à pobreza e à exclusão social continua a ser um dos compromissos políticos chave da União Europeia (EU) e dos respectivos Estados-Membros.

A POBREZA EM PORTUGAL: PRINCIPAIS PROBLEMAS E CONTEXTO GERAL

A pobreza em Portugal é essencialmente (embora não exclusivamente) ainda um problema de desenvolvimento.

- Temos um padrão de especialização económico demasiado dependente e vulnerável;
- Estado-Providência (modelo social que em Portugal nunca foi adoptado na totalidade) encontra-se em crise, vítima de enormes mudanças e desequilíbrios demográficos e de um ataque ao modelo social europeu;
- Existem demasiadas debilidades na estrutura produtiva e um funcionamento ainda insuficiente e relativamente precário e subsidiário do Estado no domínio das políticas sociais;
- A economia informal, embora sustente em muitos casos as situações mais precárias das famílias, não nos permite, por outro lado, um efectivo desenvolvimento da economia;
- Existe uma quebra das redes de solidariedade inter-pessoais que decorrem das mudanças dos estilos de vida, do crescimento dos níveis de instrução e de um individualismo moderno que não se compadece com este tipo de respostas imediatas, nomeadamente protagonizadas por relações de vizinhança, familiares e de amizade;
- Existem desequilíbrios regionais demasiado profundos, decorrentes de uma migração descontrolada e de um crescimento urbano e litoralizado, produtor de índices elevadíssimos de exclusão social, e conseqüentemente, uma desertificação do interior que origina elevados índices de isolamento e de envelhecimento.

Por outro lado convém salientar que a Pobreza em Portugal não é um problema relacionado com a exclusão do mercado de trabalho. Na realidade – e bastaria verificar o diferencial existente entre a taxa de pobreza e a de desemprego para constatar este facto –, ter emprego não é sinónimo de estar livre de uma situação de pobreza e esta resulta não pela ausência de emprego mas por **factores específicos, entre os quais se destacam:**

- A forte prevalência de uma economia informal que aumenta os riscos de pobreza (trabalho temporário e irregular e sub-ocupação laboral não são consideradas situações de desemprego);
- a ausência de protecção social para pessoas que não participam na actividade económica (ex: donas de casa);
- um mercado de trabalho caracterizado por uma forte insegurança (contratos a prazo e a termo certo renováveis);

- uma débil protecção social na velhice que aumenta muito o risco de pobreza desta faixa etária;
- uma alta desigualdade na distribuição dos rendimentos;
- a persistência de uma pobreza tradicional muito ligada ao mundo rural agora em desertificação e decadência (sector primário em contracção e sector terciário em crescimento mas em crise);
- famílias de baixos recursos com rendimentos insuficientes e qualificações escolares e profissionais baixas,
- baixas qualificações educativas;
- crescente visibilidade dos fenómenos de exclusão social (concentração urbana e suburbana) e de novos grupos de risco (famílias monoparentais, toxicodependentes, minorias étnicas, imigrantes, “novos pobres” – a chamada “pobreza envergonhada”);
- insuficiências do modelo de protecção social praticado no país (resultantes da dimensão redistributiva muito frágil).

Os domínios mais visíveis da pobreza em Portugal situam-se sobretudo nos sectores da:

- Habitação
- Saúde
- Educação
- Emprego

Mas, e como consequência, é possível verificar também altos deficits de acesso à **Justiça e à Cultura**.

As categorias sociais ou grupos socialmente mais desfavorecidos são essencialmente:

Ao nível da chamada “pobreza tradicional”

- Idosos e pensionistas
- Agricultores de baixos rendimentos
- Assalariados de baixos níveis de remuneração
- Trabalhadores precários de uma economia informal e que se encontram completamente desprotegidos socialmente

E aqueles que são por vezes definidos como “os novos pobres” (emergência de novos grupos sociais desfavorecidos):

- Desempregados e Desempregados de longa duração
- Jovens de baixas qualificações à procura do 1º emprego
- Toxicodependentes
- Detidos e ex-reclusos
- Grupos étnicos e culturais minoritários

- Pessoas com baixas qualificações
- Membros de círculos de pobreza instalada (nomeadamente as crianças)
- Sem-abrigo
- Pessoas com deficiência
- Trabalhadores com salários em atraso (devido a crises de determinados sectores produtivos)
- Famílias monoparentais
- Imigrantes
- E a agora designada “pobreza envergonhada” e que, por outras palavras, significa “classe média”.

Em termos de números, e a título de síntese, este é o cenário:

- a taxa de pobreza em Portugal é de 18% (2008), ou seja, quase 1 em cada 5 portugueses vive em situação de pobreza;
- Os problemas de pobreza atingem sistematicamente mais mulheres (19%) do que homens (18%) (2008);
- As crianças e os idosos estão entre os grupos mais vulneráveis: o risco de pobreza atinge 23% da população infantil portuguesa (2008) e 22% da população idosa (2008);
- 12% dos trabalhadores encontra-se em situação de pobreza (2008);
- o risco de Pobreza persistente (pessoas que vivem nessa situação nos últimos três anos) atinge uma parte igualmente significativa da população: 15% (2001).

PROPOSTA PARA UM NOVO “CONTRATO SOCIAL”

Entendendo que vivemos um período particularmente difícil, e que nos deve questionar profundamente, **penso que se torna primeiramente fundamental falar de valores.** Torna-se imperioso que, para que as políticas possam ser de facto consequentes, as mesmas devam ser enformadas por valores à altura dos problemas que tentam enfrentar. É chegado o momento de colocar a questão do combate à pobreza a este nível. A decisão de pôr em campo estratégias de combate à pobreza deve assim significar a adesão e a defesa de um conjunto de valores. Tais valores devem estar acima de todos os interesses, sejam eles pessoais, políticos, partidários ou quaisquer outros.

O combate à pobreza tem que estar revestido de uma ética específica. É chegado o momento de, de uma forma partilhada, procurando um consenso alargado e máximos denominadores comuns (que deverão ir muito para além das orientações ideológico-partidárias), Portugal definir uma política de erradicação da pobreza, “despartidarizando” esta acção e revestindo a mesma de um conjunto de princípios éticos capazes de criar uma plataforma de entendimento congregando partidos, parceiros sociais, sociedade civil e todos os cidadãos portugueses. Só assim a erradicação da pobreza se pode verdadeiramente transformar num desígnio e numa causa nacional, condição

fundamental para a sua verdadeira erradicação.

É importante começar por ver a pobreza como negação de determinados padrões de ética e a injustiça que a mesma comporta. Neste sentido, propomos uma ética humanista, uma ética que se fundamenta na dignidade da pessoa e que entende que as pessoas, mesmo quando vítimas de pobreza e de exclusão social, continuam a ser pessoas com direitos e deveres, com uma dignidade própria que deve ser respeitada e assegurada.

Hoje é já tempo de encararmos tal tarefa como uma responsabilidade de todos. Temos que reconhecer que todos somos causa de pobreza e possibilidade de erradicação do fenómeno. A erradicação deste problema passa pela reorganização das nossas sociedades de tal forma que as pessoas se possam sentir membros de facto e parte activa das mesmas.

Valores que a erradicação da pobreza exige:

1. A Justiça como fundamento: a declaração dos direitos humanos, assinada em 1948, está ainda por concretizar. Importa entender que a cada direito que um homem ou mulher tem acesso (e importa acima de tudo assegurar), corresponde o dever de respeitar o mesmo direito perante os demais cidadãos. Só haverá justiça quando direitos e deveres forem uma constante na vida de todos os homens e mulheres. Pobreza é, acima de tudo, ausência de Justiça.

2. A Igualdade como regra de convivência: todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos e tal facto faz com que não possa existir qualquer forma de discriminação entre seres humanos. No entanto, tal afirmação não passa de uma mera declaração tendo em consideração todas as desigualdades a que assistimos e nas quais participamos (e estas não nos remetem apenas para o campo da pobreza e da riqueza). A desigualdade compromete qualquer valor ético fundamental e sobretudo quando nos propomos combater e erradicar a pobreza. Assim, é fundamental reafirmar o princípio da igualdade como fundamento ético para a erradicação da pobreza.

3. A Partilha como expressão da solidariedade: não basta afirmar que se é solidário e agir em conformidade apenas quando acontece uma tragédia, uma guerra, uma tempestade ou um incêndio. A partilha deve ser uma atitude permanente (sobretudo e perante os que mais sofrem). A partilha, enquanto expressão de solidariedade, não se deve referir exclusivamente à redistribuição da riqueza material (embora esta seja essencial) mas também a outros bens fundamentais como a palavra, a convivência e os conhecimentos. A participação activa de todos os cidadãos só se poderá consolidar através da partilha destes elementos fundamentais para as relações humanas.

4. A proximidade como forma de ser humano: sem encararmos o ser humano como nosso semelhante, de forma fraterna, independentemente do local e da situação em que se encontra, independentemente de género, cor da pele, religião, dificilmente poderemos perceber o verdadeiro significado da pobreza e da desigualdade que a mesma comporta.

Sem estes valores éticos básicos, aos quais convém acrescentar a verdade, o belo, a liberdade, as relações humanas estão seriamente comprometidas – como objectivamente acontece actualmente (e não nos faltam exemplos) – e não haverá qualquer hipótese de enfrentar, de uma forma real e eficaz, as situações de pobreza. **É imprescindível, quotidianamente, fazer nossos os problemas dos outros porque, e definitivamente, a pobreza não é um problema individual e não existem inocentes.**

APELOS CONCRETOS EM TERMOS DE ACÇÃO

Para concretizar muitas destas premissas urge que, através de um consenso político alargado, estabelecendo um máximo de denominadores comuns, sejam postas em marcha um conjunto de orientações estratégicas que devem ser incorporadas em diferentes acções prioritárias de uma forma transversal.

Orientações Estratégicas:

1. **O reforço da Cidadania e da Participação da Sociedade Civil**, tendo em vista a boa governação e uma democracia participada e eficaz.
2. **O Desenvolvimento Local e a subsidiariedade** como processo de comando.
3. **A articulação e interacção das políticas e das respostas: o *Mainstreaming***
4. **Monitorização/Observação participada** dos resultados: a avaliação.
5. **A escuta e a dinamização da participação activa** dos cidadãos que enfrentam situações de pobreza.

Ora é agora, precisamente em 2010, momento em que se está a rever a Estratégia de Lisboa e a preparar um novo ciclo, a que já se chama “Europa 2020”, que é absolutamente crucial que tal objectivo seja posto em prática. 85 milhões de pessoas em situação de pobreza em toda a União Europeia (quase dois milhões em Portugal) não podem aceitar um novo fracasso dos decisores políticos sob pena de condenarmos o futuro histórico deste Continente.

É chegado o momento de dizer que basta de promessas e de hipocrisias; que basta de um sistema económico que apenas consegue cavar mais fundo o fosso das desigualdades e da absurdamente injusta distribuição da riqueza! É tempo de, sem hesitações, proclamar a erradicação da pobreza como o único objectivo aceitável. É isto que eu espero deste Ano Europeu. Que passemos da utopia à prática!

Pe. Jardim Moreira

Presidente da Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal

Programa
**De mãos
dadas**
● ● ● ● ● ● ● ● ● ●
com os Açores

2 a 9 de Abril de 2011

Programa De Mãos dadas com os Açores

O que é?

Iniciativa promovida pelo Governo Regional dos Açores através da Direcção Regional das Comunidades em parceria com várias instituições e entidades sediadas nos EUA, Canadá e na RAA.

Quais os objectivos?

Proporcionar aos participantes uma visita aos Açores e o (re)encontro com familiares e amigos;
Promover o estreitamento dos laços de solidariedade entre os Açores e a comunidade açoriana na Diáspora.

A quem se destina?

A cidadãos de origem açoriana, portadores de deficiência, radicados nos EUA e Canadá.



MAPS Celebra 40 Anos de Sucesso na Promoção da Saúde e no Desenvolvimento da Comunidade de Língua Portuguesa em Massachuset

A Massachusetts Alliance of Portuguese Speakers (MAPS) comemorou os seus 40 anos prestando serviços sociais e de saúde à comunidade. Na sua reunião anual, realizada em Cambridge, no mês de Outubro de 2010, foi feito o ponto da situação. Considerando a relevância da informação veiculada, na referida reunião, aqui deixamos o registo dos momentos mais significativos.

“Devido à seriedade do nosso trabalho no ano passado e nos muitos anos anteriores, o nosso futuro mostra-se bastante promissor,” afirmou o Diretor Executivo, Paulo Pinto, aos presentes.

A MAPS atendeu diretamente 18,034 pessoas no último ano fiscal. Entre elas, mais de sete mil foram contactadas durante a campanha da agência em favor do Censo dos Estados Unidos na grande Boston, Lowell e região MetroWest para educar a comunidade sobre a importância da participação na contagem dos moradores do país. A MAPS e seus parceiros do Portuguese-Speaking Complete Count Committee também alcançaram centenas de milhares de ouvintes de rádio, leitores de jornais e usuários de internet em suas campanhas. Esses esforços conjuntos aumentaram significativamente os números de retorno dos questionários em cidades onde era esperada baixa participação da população.

Paulo Pinto ainda citou muitas outras realizações da agência no Ano Fiscal 2010, que terminou no dia 30 de junho, incluindo a conclusão do período com saldo financeiro positivo, apesar da economia difícil. Em parte, isso se deve à bem-sucedida Festa de Gala dos 40 Anos da MAPS, realizada em maio, bem como outras atividades de arrecadação de recursos e de esforços

para redução de gastos. No Relatório Anual divulgado durante a Reunião Anual, Paulo Pinto e o ex-presidente da Diretoria da MAPS Joseph J. Vasconcelos homenagearam os fundadores da agência, funcionários, membros da diretoria, voluntários, parceiros da comunidade, doadores e outros tantos que colocaram a MAPS onde ela está hoje.

“Nós enfrentamos vários desafios em quatro décadas,” disseram. “Em meio de recessões, mudanças de prioridades dos provedores de recursos e ondas de sentimento anti-imigrantes, a MAPS continuou crescendo e servindo falantes de português que precisam de seus serviços.”

O Diretor Executivo anunciou que a agência irá expandir os programas de educação e prevenção ao HIV/SIDA, além de aconselhamento, teste e encaminhamento de pacientes, graças a um novo contrato com os Centros Federais para Controle e Prevenção de Doenças (CDC). Os serviços do programa de combate à violência doméstica também estão em crescimento.

“Ao seguirmos em frente com determinação e com a clara missão de ajudar a promover e formar comunidades saudáveis e produtivas em nosso estado, nós continuaremos a oferecer serviços à comunidade e lutar por uma educação de qualidade e acessível para nossos jovens, reforma imigratória compreensiva e pela oferta de mais serviços cultural e linguisticamente adequados em todo o estado. É o que mais precisamos de fazer para promover a visibilidade de nossa comunidade e o potencial político de nosso povo,” afirmou Paulo Pinto.

Ele convocou todos para exercerem o poder do voto e participar nas eleições, “porque esta é uma das principais maneiras de forçar os políticos a ouvirem

as nossas preocupações e também dar força política à nossa comunidade.”

Ainda na reunião, cinco membros da Diretoria foram reeleitos para novos mandatos de três anos, e funcionários dos programas de serviço social fizeram apresentações sobre o Mês de Conscientização sobre Violência Doméstica e o Mês de Conscientização sobre o Câncer de Mama, ambos celebrados em outubro. A MAPS ainda homenageou o ex-presidente da Diretoria President Joseph Vasconcelos com um certificado especial pelos 10 anos de serviços dedicados à agência.

Osvalda Rodrigues, Diretora dos Programas de Família e do escritório da MAPS em Lowell, chamou a atenção para a necessidade da existência de serviços de combate à violência doméstica, que a MAPS oferece a portugueses, brasileiros, cabo-verdianos e outros, nas regiões onde a agência presta serviços.

Num exercício de sensibilização contra a violência doméstica, os funcionários colocaram pratos vazios em cima da mesa durante a reunião anual. Decorados com laços de cor violeta, quatro deles continham cartões que lembravam mulheres da comunidade mortas em situações de violência doméstica nos últimos anos. “Há ainda pratos vazios em outras mesas que não trazem nomes e representam vítimas desconhecidas, para que também não sejam esquecidas,” afirmou Rodrigues. Ela pediu à comunidade que denuncie casos de violência doméstica de que tenham conhecimento. “Podemos fazer a diferença,” afirmou Rodrigues. “Não podemos permanecer calados.”

Uma versão eletrônica do Relatório Anual, bem como todas as actividades e valências que a MAPS desenvolve e integra, pode ser encontrada no site da MAPS: www.maps-inc.org.





Governo dos Açores
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Secretário Regional da Presidência
Direcção Regional das Comunidades

prémio de jornalismo comunidades

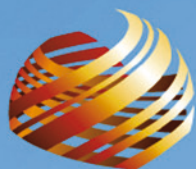
prémios a concurso

**Açores Emigrante
Açores Imigrante
Comunidades Açorianas**

O vencedor de cada categoria receberá
um prémio monetário no valor de 2000 euros.

Regulamento e formulário
disponível em

www.azores.gov.pt



comunidades
prémio de jornalismo

Direcção Regional das Comunidades
Colónia Alemã | Apartado 96 | 9900-014 Horta
tel. +351 292 208 100 | fax. +351 292 391 854
drc@azores.gov.pt | www.azores.gov.pt



People from around the world agree that parenting is the most difficult job, and one of the most important responsibilities in one's life. Unfortunately, there is little or no formal training for parenting. Often times people do what their parents did, or even the exact opposite depending on their opinion of the parenting they received. To further compound the challenge, parenting is not the only factor influencing a child's outcome. Cultural values, friends, family circumstances and environments all impact the development of children. These factors become multifaceted for immigrant parents living in a foreign country with conflicting cultural values and beliefs.

To some immigrant parents, these conflicts make them feel confused and inadequate, which in turn influence the style of parenting they use. Unintentionally, these parents may practice culturally unacceptable parenting styles. This subsequently can lead to the involvement of DCF (Department of Children and Families*). DCF is involved once there is a complaint filed against the people responsible for caring for children. A complaint may be filed by anyone who believes there is the possibility of child abuse or neglect. Once DCF opens a case involving a Portuguese speaking family it may then be referred to MAPS (Massachusetts Alliance or Portuguese Speakers) for culturally sensitive services that will intervene to ensure the safety of the children. MAPS working alongside DCF is committed to protecting children and strengthening families.

Mostly due to socioeconomic changes in the last two decades MAPS' contract with DCF has gone through various adaptations to assure continued provision of the most suitable services to children and families. Currently, MAPS Comprehensive Support and Stabilization Program is family centered, home based, community focused and delivered in a linguistic and competent manner to Brazilians, Cape Verdeans and Portuguese families. The wrap-around services, provided by a team of bilingual and bi-cultural case workers, addresses a family's needs across four major categories: Parent Support, Youth Support, Family Stabilization

and Reunification. A referral to this program includes services in all of the appropriate categories and works with the entire family in meeting all of their needs. The program is well connected and often draws support from other MAPS' programs such as Domestic Violence, Batterer Intervention, Substance Abuse, HIV/AIDS, ESOL/ Citizenship and Immigrant Social Services. Through their weekly contact with the family, the family/child case-workers act as cultural brokers by facilitating communication with DCF, engaging families in understanding and complying with the service plan and help families define and prioritize their needs. Family/child case-workers work with the family on goals to help them assimilate to the American culture, such as connect the family to a doctor and help family establish informal supports within their community. MAPS works closely with other Portuguese and Cape Verdean speaking professionals especially in the areas of physical and mental health and legal services. In addition, MAPS has great working relationships with other state and private organizations that are of great assistance in helping with the stabilization of families.

In summary, it does take a village to raise a child. Unfortunately, some immigrant parents lack knowledge of and frown upon some of the community social resources available to them. Additionally, there is the cultural tendency to shy away from asking for help with the fear of it being perceived as parents incapable of providing for their families. When, at last parents seek help it is sometimes too late and the state is already involved. Subsequently, DCF calls upon MAPS to provide the Portuguese-speaking immigrant family with the tools, skills and support services needed to assure the safety and healthy development of their children.

Oivalda Rodrigues
MAPS

*DCF is the department responsible for the protection of children in the state of Massachusetts, USA.



Working Women Community Centre opened its doors to the community 35 years ago and provided services to the Portuguese, Spanish and Caribbean communities in downtown Toronto. Today the Centre provides services in over 25 languages in five locations across the City of Toronto.

Our Mission

Working Women Community Centre is a non-profit charitable organization that provides immigrant women and their families with opportunities to improve the quality of their lives through self-development and community action.

Services at a Glance

Services for Newcomers

Information & Referrals

- ✓ Language Instruction for Newcomers to Canada with Child minding (LINC)
- ✓ Job Search Workshops
- ✓ Library Services and referrals
- ✓ Home Instruction for Parents of Preschool Youngsters (HIPPPY)

Women's Services

- ✓ Counselling and Referrals
- ✓ Cook & Talk- Multicultural Women's Groups
- ✓ Women's Support Groups
- ✓ Seniors Wellness and Recreational Group

Tutoring/Mentoring Programs

- ✓ ON YOUR MARK tutoring for Portuguese and Spanish speaking children
- ✓ Seniors in Cyberspace – High School youth matched with an elder to teach them computers

Employment Support Services

- ✓ Ontario Works Employment Placement
- ✓ Pre-Employment Skills Training Opportunities (Women into Carpentry/ Bakers training)

Community Engagement & Leadership Development

- ✓ Enriched volunteer opportunities
- ✓ Community Ambassadors Training
- ✓ Local community organizing and community building

Working Women Community has thrived because of its ability to envision and implement innovative programming that recognizes the challenges of immigration and nurtures newcomers'

assets while helping them build new lives in Canada.

WWCC believes and supports the right of everyone to be paid a good living wage with fair equitable benefits, decent working conditions whether unionized or not. Additionally, we firmly believe that everyone is entitled to a decent place to live. Our programs are focused on giving immigrants/newcomers with opportunities to develop skills that lead to better employment; education support to encourages young people to complete their education and pursue higher education; support groups that encourages making friends, supporting one another through shared experiences; wellness programs that motivate healthy living; community engagement activities that increase self-esteem, confidence to become civically engaged. This article features some of our programs that embrace these objectives:

Community Garden for Newcomers

The WWCC Community Garden partnered with a local church that provides the land to engage local newcomer residents in the Don Mills /Sheppard area in gardening activities. Each gardener and their family is allocated a different plot each year and provided with support to plant, maintain and harvest organic produce. In addition the garden supports community meetings, potlucks, gatherings, training in organic gardening, cultural activities. The garden is one of the largest multicultural organic garden in Canada engaging 462 residents and over 900 since its beginning. Currently, there are over 100 plots.

Over the past year an arts component has been integrated into the garden, where the participants are engaged in painting sessions, photography classes, drawing activities to express their experiences in a more creative way. To date they have held three newcomer arts exhibitions.

HIPPY (Home Instruction for Parents of Preschool Youngsters)

Home Instruction for Parents of Preschool Youngsters is a home-based unique and integrated educational program which recognizes the parents to be the children's first and best teachers, and assists the newcomer parents of preschool-age children with preparing their children for entering kindergarten. The program through early intervention:

- Helps newcomer families with their settlement needs;
- Ensures enhanced success for children headed to kindergarten; and
- Enables parents to play a key role in this learning and settlement process.

Home Visitors (most of which are newcomers) are employed to work with families in their homes. The Home Visitors bring a new set of instructional materials weekly; and using role-play as a method of instruction, they spend one hour per week with the parent(s) reviewing the materials which the parents then deliver to their child in 15 minutes daily sessions.

Families are selected to join the program and are selected on the basis of need and personal commitment. Families make a two-year commitment to participate 30 weeks per year. The program runs concurrently with the school year.

HIPPY staff is involved in intensive training as part of the program design. Home Visitors receive

weekly training sessions to enable them to successfully deliver the weekly modules to families.

Home Visitors provide an important connection to the community information and serviced. During their in-home visits, Home Visitors can learn about their issues that the family might be facing or interest they may have, and refer them to appropriate services in the area. HIPPY can also offer employment opportunities to newcomer families. Parents who have participated in the program can become Home Visitors themselves, while employed they receive employment counseling, job search skills and resume support. This employment component helps Home Visitors work towards securing full-time permanent employment.

HIPPY has an important community development role as well. Parents, caregivers and Home Visitors attend group meetings in local community centre's, Early Childcare Centre's or schools and therefore become more informed and aware about how to be more engaged in the community.

Currently HIPPY is being offered in six communities across Toronto and works with close to 200 families and 270 children.

WWCC staff work closely with mothers who tend to be the primary caregivers to help them explore their own resourcefulness and to develop skills that make them their children best advocate. We help them develop life and job skills that can assist with job search opportunities. We know that when parents are involved in their children's lives through the school system and in recreational activities children are more likely to succeed as they see their parents interest in them.

Integrated Arts

WWCC believes that participation in arts related activities can be an essential component to address issues of isolation, stress and self-esteem. The Arts can also play an essential part of public education such as our Breast Cancer Theatre project where immigrant women who are also breast cancer survivors worked with a popular theatre director to write and perform in a play about the importance of regular breast cancer screening. The troupe traveled and performed to well over 1,500 immigrant/newcomer women encouraging them to seek by-annual breast cancer screening.

Over the past 7 years WWCC has integrated community arts as a way of helping women express their experiences. Through the exploration of artistic resources and development of new arts skills, community artists guide our participants as they distill memories, experiences and hope into a visual form. The Arts are an essential part of public education. From dance and music to theatre and the visual arts, the arts give children a unique means of expression, capturing their passions and emotions, and allowing them to explore new ideas, subject matter, and cultures. They bring us joy in every aspect of our lives.

The arts give us the creativity to express oneself and to explore innovative skills.

Community Engagement & Leadership Development

WWCC values and helps nurture the assets that newcomers and immigrants bring with them to Canada, we do this through our leadership building activities where we give volunteers opportunity to utilize their skills while building networks to help them with their job search; some examples of this are:

- ✓ Volunteer recruitment to provide a wide variety of activities such as conversation clubs, computer training groups, dance clubs, yoga classes, peer support work, administrative work

Annually WWCC has 480 volunteers who work on a variety of programs

✓ Community Ambassadors Training is a peer leadership development train-the-trainer program that promotes understanding of community resources, services and institutions that support the adaptation and integration process of immigrants and newcomers, with a strong emphasis on civic engagement. Participants in the project develop and deliver a community action project that supports the transmission of their learning's to other members of their newcomer community.

Statistics Canada has reported that Immigrants who have been in Canada less than six years are far more likely to have low incomes than native –born Canadians. Toronto with all its wealth and opportunities, statistics show one in three children lives in poverty, at least 37% or 156,548 children 0-14 years of age lives in poverty. Immigrants make up one half 48% of Toronto's population and a majority of 57% of the poor are single parents with one family income.

Children who grow up in poverty show three and a half time the number of conduct disorders, and other health related issues, when lack of good nutrition is added these children are slated for inability to succeed in school.

The economic and social integration of immigrants is an important factor in helping newcomers escape living in poverty. Newcomers arrive in Canada to improve the lives and that of their families, however, increasingly are finding themselves living in poverty despite the best efforts to secure employment.

There are key structural problems in the nature and functioning or the Canadian labour market and the nature of how newcomers are accepted. The majority of immigrants arriving in Canada tend to be higher educated than most native Canadians, yet they are not easily able to secure work in their fields and end up settling for survival jobs to make ends meet.

Working Women Community Centre supports the notion of increasing English language training for immigrants which in turns go a long way to reducing workplace barriers; increased ability to secures meaningful employment; increased in the minimum wage to a living wage; and the move towards full-time permanent jobs rather than precarious employment. Many immigrants work two and three part-time jobs leaving little time for family time with children. One example of this is a partnership we had with the Carpenters Local 27 Union where we recruited and trained 20 women to become certified Carpenters. These women have gone on to working in jobs paying \$10.00 more per hour than the more traditional jobs slated for immigrant women such as factory work and cleaning.

One area that is of significant concern to WWCC is the increased population of immigrant elders living in poverty, many were brought to Canada to provide care for grandchildren, never having contributed to Canada Pension Plan. They now find themselves living along, isolated and in poverty.

Our counsellors are very passionate and actively assist women and their families to develop action plans that focus on improving their lives for long term sustainability in order to avoid poverty.

Working Women Community Centre has long rich history of helping immigrants build new lives in Canada, I invite you to visit our website www.workingwomencc.org to learn more about our Centre and the myriad of programs offered at our various locations.

Marcie Ponte
Executive Director



A Casa de Saúde S. Miguel [CSSM], instituição psiquiátrica fundada em 1928, pertence à Província Portuguesa da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus, dependendo jurídica e administrativamente do Instituto S. João de Deus, Instituição Particular de Solidariedade Social.

Através das suas obras, irmãos e colaboradores, vivenciam uma “Cultura de Hospitalidade”, enriquecida com a espiritualidade da sua dimensão evangelizadora, na fidelidade ao espírito, à igreja, a S. João de Deus e à pessoa que sofre, fortalecidos pelo carisma que herdaram de S. João de Deus, “unem-se para servir” e “fazer o bem” a todos os que necessitam.

As duzentas e oito pessoas internadas nesta Casa de Saúde encontram-se distribuídas por diversas Unidades de Internamento e Residências, que incluem uma Clínica de Recuperação de Dependências, uma Unidade de Pessoas com Doença Mental em fase Aguda, uma Unidade de Evolução Prolongada, uma Unidade de Psicogeriatría/Psicogerontologia, uma Unidade de Vida Protegida, uma Residência de Treino/Transição, uma Residência Comunitária e uma Residência de Reinserção. A Reabilitação Psicossocial é, à semelhança de outros centros do Instituto S. João de Deus, uma prioridade.

A Unidade de Pessoas com Doença Mental em fase Aguda (Unidade S. Ricardo Pampuri), construída em 1928, tem actualmente capacidade de internamento para 32 utentes e, à semelhança da Clínica de Recuperação de Alcoólicos e Toxicodependentes (Clínica S. João de Deus), apoia o diagnóstico precoce e a prevenção, remetendo a institucionalização para última alternativa. O utente é avaliado clinicamente e estabelecido o seu potencial

de reabilitação, é feita uma avaliação do contexto sócio-familiar, de forma a suportar o encaminhamento do utente para a resposta mais adequada (alta; acompanhamento em apoio domiciliário; institucionalização; etc.).

Da capacidade total da Unidade S. Ricardo Pampuri, 10 camas estão ocupadas por pessoas com doença mental de reduzido nível de dependência física, semi-dependentes e independentes nas suas actividades de vida diária, mas que necessitam de orientação contínua e individualizada para poderem satisfazer as suas necessidades/ objectivos. As restantes vagas dão resposta ao internamento de curta duração, a pessoas em fase agudizada da sua doença, oriundos do Serviço de Urgência do Hospital do Divino Espírito Santo, nos diversos regimes: voluntário; compulsivo; medidas de seguranças (internamento preventivo e internamento de inimputáveis perigosos).

As actividades desenvolvidas estão direccionadas a:

- Tratamento de doentes clinicamente descompensados (doença mental agudizada), numa perspectiva de reinserção e prevenção de reinternamentos;
- Reabilitação psicossocial dos seus utentes institucionalizados.

Uma vez que os utentes com patologia mental sofrem muitas vezes descompensações no domicílio, a maioria por deixar de aderir ao Plano Terapêutico, a CSSM tem como projecto iniciar em 2011 uma Equipa de Apoio Domiciliário, que terá como principal objectivo, não só a redução do número de reinternamentos, mas também a promoção da qualidade de vida dos utentes/ família/ prestadores de cuidados e apoio formativo, mantendo o utente na comunidade. Este Projecto surge essencialmente devido ao elevado número de reinternamentos, à

falta de suporte sócio-familiar, à escassez de apoios comunitários (redes de suporte) e ainda da dificuldade das famílias em cuidar do utente, essencialmente devido ao desconhecimento da Doença Mental. Para colmatar estas lacunas é necessário uma equipa multidisciplinar que terá como estratégia a avaliação inicial de necessidades sociais e clínicas dos utentes, o aconselhamento ao utente e família na procura e manutenção do equilíbrio bio-psico-socio-cultural e espiritual, e ainda a sensibilização/co-responsabilização dos cuidadores informais através de visitas domiciliárias com a equipa multidisciplinar. Com esta intervenção complexa na comunidade visa-se ainda a redução do estigma associado à pessoa portadora de doença mental.

A Clínica S. João de Deus [CSJD] foi inaugurada em 1998 e tem actualmente capacidade de internamento para 40 utentes, encontrando-se preparada para receber uma população mista (masculino/feminino) constituída por pessoas com problemas de adicção.

As actividades desenvolvidas estão direccionadas à reabilitação psicossocial e desabilitação de consumo do álcool e/ou de substâncias ilícitas por parte de seus utentes. Estas visam de forma geral a Prevenção, Dissuasão, Tratamento, Redução de Danos e Reinserção dos utentes.

A CSJD enforma dois outros serviços:

- **A Unidade de S. João de Ávila [USJA]**, local designado para a administração/ acompanhamento dos utentes no Programa de Substituição Opiácea (PSO);
- **Residência de reinserção João Cidade** (protocolo com o Instituto de Acção Social), sendo que este serviço

estava anteriormente vocacionado para uma resposta exclusivamente social, a partir de Novembro de 2010, iniciou-se a reestruturação do Projecto de forma a dar continuidade pós-alta ao esforço de reinserção das pessoas em processo de reabilitação, acrescentando ao acompanhamento social, ocupacional, o psicoterapêutico e o clínico.

A CSJD possui dois programas em regime de internamento distintos:

- **Programa breve de desabilitação de álcool e drogas ilícitas**

- Tempo de duração: 15 dias ¹.

- Modelo de tratamento:

- Alcoolismo: abstinência ou introdução de adjuvante;
- Drogas ilícitas: substituição por antagonista;

As actividades são desenvolvidas com vista ao alívio sintomático da privação. É dada assistência médica, de enfermagem, psicossocial e espiritual, no respeito pelas boas práticas clínico-assistenciais e a vontade do utente.

- **Programa prolongado (média duração) de desabilitação de álcool e drogas ilícitas:**

- Tempo de duração: 60 dias ^a.

- Modelo de tratamento:

A base da aplicação do programa consiste num modelo de tendência cognitivo-comportamental, no espectro terapêutico mais global existe uma forte componente existencialista através da valorização do indivíduo enquanto tal.

A Unidade de S. João Grande foi reconstruída no ano de 2005 e tem actualmente capacidade de internamento para 44 utentes. Integra uma população constituída

¹ Podendo prolongar-se de acordo com as especificidades de cada pessoa.

maioritariamente por pessoas com doença mental de reduzido nível de dependência física, semi-dependentes e independentes nas suas actividades de vida diária, mas que necessitam de orientação contínua e individualizada para poderem satisfazer as suas necessidades/objectivos.

A Unidade S. Bento Menni, actualmente tem capacidade de internamento para 54 utentes, divididos nas duas alas:

- **Ala Dr. Sampaio da Nóvoa (A):** integra uma população constituída por 39 pessoas com doença mental, sendo que a maioria apresenta elevado nível de dependência nas suas actividades de vida diária, necessitando de orientação contínua e individualizada para poderem satisfazer as suas necessidades/objectivos.
- **Ala Dr. José Maria de Medeiros (B):** integra uma população constituída por 15 pessoas com doença mental, com elevado nível de dependência física, e dependentes de apoio nas suas actividades de vida diária, necessitando de orientação contínua e individualizada para poderem satisfazer as suas necessidades/objectivos.

Tratando-se da população mais envelhecida da instituição, importa salientar que os cuidados prestados pela equipa multidisciplinar visam essencialmente a aquisição de competências sociais, manutenção da sua capacidade física actual e o atraso do aparecimento de problemas funcionais decorrentes do processo normal de envelhecimento.

A CSSM tem ainda institucionalizados 33 utentes nas valências residenciais de reabilitação, intra-institucionais e comunitárias, nomeadamente 20 na Unidade José Ollaio Valdês, que integra uma população constituída maioritariamente por

pessoas com doença mental, independentes na maioria das suas actividades de vida diária, necessitando apenas de alguma orientação/supervisão para poderem satisfazer as suas necessidades/objectivos; 7 utentes na Unidade Granada, estes sem dependência física e independentes nas suas actividades de vida diária, que necessitam de alguma consolidação da sua autonomia individual para poderem satisfazer as suas necessidades/objectivos; e ainda 6 utentes na Unidade Belém, as actividades desenvolvidas nesta unidade estão direccionadas à reabilitação psicossocial e ao acompanhamento dos utentes para lidarem eficazmente com as exigências do dia a dia em e na comunidade, facilitando o seu processo de desinstitucionalização.

Nas instalações da CSSM existe um Centro Ocupacional que dá resposta a solicitações quer das próprias unidades de internamento, quer para o exterior, através de parcerias com outras entidades e instituições.

As dificuldades sentidas na prestação de cuidados a estas pessoas centram-se principalmente na escassez de financiamento e crescente número de solicitações.

Da experiência adquirida ao longo de 400 anos em Portugal, 83 na Região Autónoma dos Açores, do compromisso em combater o estigma e indiferença à pessoa necessitada, do rigor técnico ao valor humano, fazemos o nosso dia-a-dia. Onde antes se impunham “muros”, hoje construímos “pontes” e, quando falamos em “nós”, está sempre em primeiro lugar – a pessoa assistida.

Pedro Diogo Carvalho
Director do Estabelecimento



AO COLO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Ao Colo da Língua Portuguesa é um projecto do Governo Regional dos Açores que visa promover o gosto pela Língua junto das crianças açorianas e açor-descendentes, radicadas na diáspora.

Com a oferta destes livros, desejamos estimular a aprendizagem do Português, o terceiro idioma europeu mais falado no Mundo. Esta iniciativa tem ainda em vista o estreitamento de laços entre os emigrantes e as ilhas de origem.

Cá vos aguardamos, com toda a beleza e o calor humano que caracterizam os Açores.

Carlos César
Presidente do Governo Regional dos Açores



ILLEGAL IMMIGRATION REFORM AND IMMIGRANT RESPONSIBILITY ACT OF 1996 (IIRAIRA)

THE UNKNOWN VICTIMS OF THE OKLAHOMA BOMBING

Impact of Deportation on Children and Families

“Give me your tired, your poor, your huddled masses yearning to breath free, the wretched refuse of your teeming shore. Send these, the homeless, tempest-tos to me, I lift my lamp beside the golden door”

- Closing lines of the Emma Lazarus’ famous poem inscribed at the entrance the pedestal of the Statue of Liberty welcoming immigrants to a country that could provide them with a better life for themselves and their families.

The Illegal Immigration Reform and Responsibility Act (IIRAIRA) of 1996 vastly changed the immigration laws of the United States. In 1996 the Illegal Immigration Reform and Responsibility Act was passed and signed into law by President Clinton on September 30, 1996. This law was triggered by the Oklahoma City bombing which was thought to have been committed by terrorists, even though it was later discovered that it was a crime done by a native US Citizen. This harsh immigration law is considered the most inhumane, restrictive and anti-immigrant-biased law passed in the United States.

The first word in the name of the law is “Illegal” automatically gives the reader the impression that this law targets illegal or undocumented immigrants but, unfortunately, this law impacts Legal Permanent Residents (LPR). The majority of the legislators that signed for this law did not know the difference between legal and illegal immigrants. This law is causing long time Legal Permanent Residents (green card holders) to be exiled to countries they have no connections with.

They are being deported for misdemeanors or relatively minor crimes such as shoplifting, theft, burglary, possession of small amounts of marijuana regardless of how long ago these incidents took place.

A huge flaw of the IIRAIRA law is that it is RETROACTIVE which means that ICE (Immigration Custom Enforcement) can deport a Legal Permanent Resident (LPR) for a crime regardless of time already served and the time lapsed since the incident occurred.

In many cases, lawyers who are not immigration lawyers are not aware of the consequences of this immigration law. Many times lawyers instructed their clients to plead guilty and in return jeopardized their clients status in the United States. Many of these clients get deported. A lot of times this legal advise was given to their clients long before the IIRAIRA law was passed in 1996.

In Superior Court “alien warning” is implemented by judges; however, in District Court it was not enforced until 2000. Now “alien warnings” are on docket sheets.

Once a Legal Permanent Residents (LPR) are deported, they can never enter the US. They loose all benefits including their retirement or pensions which they contributed to while residing and working in the US. Once a deportee deceases, their spouse in the US can received the benefits on their behalf.

Main Reasons for Deportation:

85% of the 780 deportation cases that received assistance at the Immigrants’ Assistance Center (IAC) since 1996, drug possession, domestic violence and assault and battery were the main reasons for deportation. (The IAC is presently working with 19 cases, 18 men and 1 woman).

Many of the deportation cases that

were caused by domestic violence was due to violation of a restraining orders. Many times their wives took out restraining orders (209A) against their spouses to force them into drug treatment. It backfired and they had not idea that their spouses would get deported for violating a restraining order. Even though many of the wives wanted to stop the deportation proceedings it was too late because the court was already involved. Many of them are living with the guilt that their actions are what led to their husbands deportation.

Impact of Deportation on Families (US Children):

This inhumane law is destroying families, most of them US spouses and children. Families are being torn apart; wives are left with the burden of all emotional and psychological effects of the traumatic event of the break-up of the family. Many of the wives and children seek therapy and have to be medicated. Many end up being hospitalized. Many of the wives can not afford to pay their bills, they are forced to go on government assistance, some have two or three jobs and many move in with other family members because of lack of financial resources. Families have lost their homes, cars and are left in financial shambles. Many families have spent all of their life savings, borrowed from banks, family members, neighbors and friends in order to pay for legal fees, only to find out later that they have also become victims of lawyers with false promises and their loved ones were still deported.

Children start to develop behavioral problems at home and at school, their grades start to decline and many times Department of Social Services get involved because the



mother alone can not control the child. At times we refer the families and children to therapist to ease some of their anxiety and to cope with the trauma of the loved one being deported. Many times the children who have a strong bond with their father do not understand why their father is being deported and they feel deserted. Many of these children have to go on medication due to depression.

For the women who are deported they leave their US Children in the custody of family members, many times is their elderly mother who are not capable of taking proper care of the children. These children feel neglected, deserted and become at risk. At times they follow the same pattern of drug abuse as their parents.

Even though some of the wives want to go and join their husbands they have a very hard time leaving the US. These US born wives do not speak Portuguese nor do their children and they will have a hard time finding employment or integrating into the Portuguese culture. There have been a few families that have left US to join their spouses.

Deportees also leave behind all of their family members and the only country that they know and feel connected to. Majority of them leave behind elderly mothers who are very fragile, sick and are heavily medicated due to depression. Even though they live on a fixed income they feel obligated and responsible to take care of them financially. These mothers blame themselves for their sons/daughters being deported. Even though many of these elderly mothers became US Citizens when their children were young they were never informed about the importance of their children becoming US Citizens. These elderly mothers live in grief, feel responsible and many times send money that they can not afford to their sons/daughters to ease some of their guilt. Some of the elderly mothers have moved back to the Azores to help their sons/daughters and some of them visit them several times during the year.

Profile of a Deportee:

95% of deportees immigrated to the US as children with their parents in the 1960's and 1970's. The majority of the deportation cases emigrated from the Azores, primarily the island of Sao Miguel. Due to the fact that they lived in the US the majority of their lives, they thought that they were US Citizens.

85% of the deportees witnessed some type of alcohol and/or domestic abuse at home as children by their father.

85% of the deportees started to experiment with drugs (marijuana) and alcohol at young teens (12-13-14).

95% of the deportees dropped out of high school at the age of 16.

95% of the deportees worked either as a fishermen, construction worker, carpenter, vinyl siding, roofers, and laborers.

85% of the deportees speak very limited Portuguese

90% of the deportees never visited Azores or Portugal

90% of the deportees have no family ties in the Azores

The number one reason for deportation of LPR's continues to be drug related (95%). These addictions lead to the second most common reasons for deportation which are domestic violence and assault and battery.

The average age of a deportee is mid thirty's to mid forty's. Even though we have had several deportees in the late fifty's and sixty's. The youngest as of today has been 19 years of age.

Efforts to Change the IIRAIRA:

The majority of family members are embarrassed by the stigma attached to deportation and are reluctant to speak about the issue. In 1998 the Immigrant's Assistance Center, Inc. developed a support group for family members of deportees so that they could not feel less isolated and be able to express their feelings and talk to other families that were facing the same challenges. The support group was called Women Immigrant Support Hub (WISH). A total of 120 women joined WISH; the group consisted of mothers, wives, sisters, daughters and friends. This group met on monthly bases in church halls in Fall River and New Bedford. The main focus was to educate the community about the impact of deportation and to try to change the retroactive portion of IIRRA. These families told their stories to the media,

participated on vigils, did demonstrations and held information sessions with local, state and federal legislators to speak about how deportation of their loved ones had impacted their families. This activism was with the hope that the law would change.

There was a lot of support from legislators in Congress that the retroactive portion of IIRRAIRA would be changed but the tragedy of September 11th occurred and that hope was diminished. The women stopped attending the WISH meetings.

Increase in Deportation

The Patriot Act passed after the tragedy of September 11, 2001. There has been a vigorously increase in deportation by ICE since 9/11. The Immigration database that is in place alerts immigration of all past criminal history of the LPR. LPR's are being flagged by ICE when they returned to US after traveling abroad; when they apply for their US Citizenship and when they renew their LPR card, which immigration requires to do every ten years. Also state and local police is sharing information with homeland security (ICE) every time an LPR gets arrested.

Many times LPR's are being picked up by ICE at home during the early morning, at work or when they go and see their probation officer.

Solutions:

The only way to protect LPR from ever being deported or becoming victims of immigration laws is to make sure they become US citizens. The IAC strongly believes that the best way for immigrants to integrate into the American way of life

is for them to become US Citizens and vote for candidates that represent their beliefs and needs.

The IAC has been providing immigration and citizenship information sessions at the local high schools since the IIRRAIRA law in 1996. During these sessions we inform immigrant students about the importance of them applying for US Citizenship and we also speak about the deportation. We give students flyers about the consequences of criminal conduct and convictions and the immigration law.

The IAC has an extensive Citizenship support and assistance program in place at the IAC that help immigrants with the citizenship process including Citizenship and civic classes. Thousands of immigrants have become US Citizens with the guidance and support of the IAC. The IAC been involved with the Portuguese American Citizenship Project since the beginning in 2000. Its' main function is to promote citizenship and civic involvement. During elections the IAC sends out voter reminder cards. In Addition, with the assistance of the New Bedford Election Commissioner the IAC gets copies of the ballots and passes out to clients. For clients voting for the first time the IAC takes them to the voting polls and provides assistance at the polls. This is an non-partisan initiate.

Helena S. Marques,
Executive Director
Immigrants' Assistance Center, Inc.
58 Crapo Street
New Bedford, MA 02740



Governo dos Açores



LEGAL

Legalization Effort of the Government of the Azores and Logistics

WHAT IS LEGAL?

LEGAL is a project promoted by the Government of the Azores which aims to raise awareness and educate immigrant communities residing in the United States about the importance of becoming citizens.



BECOME A CITIZEN STOP DEPORTATION

For information, contact:

PORTUGAL EMBASSY, Washington D.C (202) 350 5400
General Consulates of Portugal: New Bedford, MA (508) 997-6151;
Providence, RI, (401) 272-2003; Boston, MA ((617) 536-8740;
Newark (973) 643-3900; New York, NY (212) 221-3165;
S. Francisco, CA (415) 346-3401

CASA DOS AÇORES DA NOVA INGLATERRA, East Providence, RI
(401) 435-6949 Fall River, MA (508) 5674268

IMMIGRANT'S ASSISTANCE CENTER, New Bedford, MA (508) 996-8113

MASSACHUSETTS IMMIGRANT AND REFUGEE ADVOCACY
COALITION, Boston, MA (617) 350-5480

MA ALLIANCE OF PORTUGUESE SPEAKERS,
Cambridge, MA (617) 864-7600

CATHOLIC SOCIAL SERVICES, Immigration Law
and Advocacy Project (ILEAP), Fall River, MA (508)
674-4681

SER-JOBS FOR PROGRESS, INC., Fall River, MA
(508)-676-1916

For more information about volunteer
opportunities with the LEGAL Project contact:
Direcção Regional das Comunidades
Telefone: (351) 296 204 700
legalprogram@azores.gov.pt



Este ano, o primeiro grupo de baby boomers vai atingir os 65 anos e, por isso, vão chegar a idade de se reformarem. Esta nova etapa da vida, irá, como todas as etapas da vida desta geração, ser definida de uma maneira única e especial. Sejam quais forem as condições definidas ou impostas por este grupo, o impacto será sentido em todas as áreas da vida Americana. Por isso, esperamos ver grandes mudanças a nível económico, social, de saúde, tecnológico, etc. Ao mesmo tempo, a comunidade imigrante desta geração está a atravessar um período de mudança. Esta é talvez uma das primeiras gerações que se vai reformar que já fala inglês, e com muitos já com um nível de educação que os ajudou a integrarem-se na comunidade americana. Desta maneira, as necessidades e os serviços tradicionais que ajudaram muitos imigrantes das gerações anteriores também vão ser muito diferentes.

No filme “The bucket List”, Jack Nicholson and Morgan Friedman chegam ao fim da vida e depois de se consciencializarem das suas limitações físicas, decidiram descobrir aquilo que talvez fosse o mais importante na nova etapa das suas vidas. Por razões económicas, uma grande parte dos baby boomers, sejam eles americanos ou luso-americanos, vão incluir um emprego nessa lista, mesmo que seja de forma mais limitada. Mas esta geração também vai precisar e exigir uma lista de serviços, que vão facilitar o seu dia-a-dia. Esta maneira de pensar vai ampliar quase sem limites os programas de saúde, actividades sociais, direitos humanos, direitos legais, poder político e económico, boa cidadania, etc.

Os Serviços Sociais Católicos têm desenvolvido, nos últimos 18 anos, programas para satisfazer as necessidades físicas, mentais e espirituais dos utentes que

procuram os nossos serviços. Para os mais necessitados, os nossos serviços criaram bancos e cantinas de comidas, programas de habitação para pessoas com recursos limitados, programas de imigração, adopção de crianças, necessidades básicas, entre outros. Um dos programas que começámos há dez anos foram grupos sociais para idosos portugueses que viviam isolados e a única forma de apoio social que tinham era ir à missa todos os dias. Além de oferecerem uma oportunidade para conviverem, serviços sociais, de saúde, legais foram oferecidos por profissionais que se deslocaram aos grupos para assistir estes idosos.

Nos últimos três anos, o governo regional dos Açores tem-nos apoiado financeiramente, o que nos permite continuar este programa. Depois de dez anos, muitos membros já morreram ou estão em programas que têm mais facilidades de os apoiar com as suas dificuldades cognitivas ou mobilidade física. Os novos membros, contudo, já procuram programas para resolver alguns problemas mas o conhecimento da língua não é uma barreira.

Embora muitos desses programas sejam para pessoas de todas as idades, muitas pessoas da terceira idade têm grande influência nesses programas através do seu serviço de voluntariado. Assim, este é um programa que dá oportunidade a pessoas de todas as idades, mas a maioria da terceira idade, a oferecer os seus talentos aos mais necessitados em todos os nossos programas. Muitos dão aulas de inglês e ajudam pessoas com educação limitada a adquirir o nível necessário para competir no mercado de trabalho. Outros oferecem apoio a utentes que lutam contra a toxicod dependência, levando-os aos encontros do AA ou a outros serviços sejam médicos ou de recuperação.

Temos enfermeiras reformadas nos nossos programas de abrigo apresentando informação sobre diabetes, tensão arterial, medicamentos, nutrição, etc. A nossa clínica de advocacia inclui uma advogada reformada que presta os seus serviços a utentes com problemas de imigração. Psicólogos dão consultas a pessoas que não têm meios de pagar esses serviços por si próprios.

Seja a apoiar uma criança, um jovem, um imigrante, um banco de comidas, um outro idoso, um prisioneiro a mudar a sua vida enquanto está na cadeia, ou apoiar um jovem profissional a começar uma carreira com sucesso, a nova geração de pessoas reformadas está preparada para voluntariar os seus talentos. Na comunidade portuguesa, ainda há muitos que escolhem ajudar os filhos na formação e cuidados dos próprios netos. Esta tem sido uma função do idoso português que manteve muitas famílias intactas e a identidade cultural bem definida. Essa geração é também a força que mantém os centros culturais, as igrejas ou outras entidades que foram por muitos anos a identidade cultural da comunidade portuguesa. A próxima geração, de idosos talvez continue a manter essas formas de identidade. No entanto, já há muitos que se dedicam a actividades que estão mais relacionadas com a comunidade onde vivem do que necessariamente com a comunidade das suas raízes.

Esta integração da comunidade Portuguesa na sociedade Americana das pessoas da terceira idade, é talvez muito importante para a sua auto-estima. No entanto, isso também pode constituir um desafio. Cada vez mais, os jovens luso-descendentes estão a integrar-se completamente na comunidade americana. Muitos deles não conhecem o país dos

seus pais e avós, alguns falam a língua que lhes ensinaram em casa e muitos não têm interesse nas tradições. Cada vez está mais evidente a distância entre estas duas gerações: uma que está ligada à cultura das suas raízes e a nova geração que percebe essas raízes como um passado que não lhes pertence. O desafio para esta nova geração de idosos pode ser interessante mas precisa de muita criatividade. Haverá a necessidade da nova geração de idosos orientar a nova geração de jovens no sentido de conseguirem o sucesso que merecem na sociedade onde vivem, e ao mesmo tempo integrar a sua identidade cultural nesse processo.

Não há dúvida que estamos a atravessar uma fase de mudança. Muitos acreditam que vai ser através do voluntariado dos baby boomers que as dificuldades que estamos a atravessar presentemente vão se transformar em sucesso. Sejam quais forem as intenções da próxima geração de reformados, sejam elas de apoiar a nova geração a definir a sua identidade cultural portuguesa imigrante e ao mesmo tempo ter o maior sucesso na comunidade americana, esperamos que essa experiência vá enriquecer a comunidade luso-imigrante. Não temos muitos luso-imigrantes com grande talento e conhecimentos. Esse vai ser o nosso desafio: desenvolver programas que vão apoiar as necessidades que eles enfrentam nesta fase da vida, mas também encorajar esta geração a voluntariar os seus talentos e sabedoria para ajudar a definir a nossa cultura e o nosso futuro e identidade, que se está apagando na sociedade americana.

Maria Pereira

Catholic Social Services, New Bedford



Background

In early December, I gave a presentation about Coastline Elderly Services, Inc. (CESI) located in New Bedford, Massachusetts, a city with a population of 95,000, which is home to 40,000 (41% of the population) Portuguese and Azorean immigrants. I am a native of the Azores, and an unyielding advocate for Portuguese individuals in New Bedford.

As Interim Executive Director of Coastline Elderly, I work full-time on a range of issues affecting the elderly living on the Southcoast of Massachusetts. CESI has been serving the elderly population since 1977; over the past 34 years, CESI has grown into an organization that serves approximately 20,000 seniors every year with over 40 programs and services.

Mission & Programs

CESI's mission is to "Enhance the lives of seniors, caregivers, and those with similar needs, by assisting them to remain independent through a range of quality services." Coastline fulfills this mission through a variety of programs and services, including:

- **Home Care** - employees and volunteers visit seniors in their homes to help with a variety of daily tasks, such as grocery shopping, meal preparation, or transportation to and from medical appointments.
- **Caregiver Support** - working with families and individuals that care for an aging relative, friend, or neighbor; CESI refers them to community support groups, training programs, and other resources so they can give the best possible care to their elderly friends and relatives.
- **Mental Health Screenings** - due to increased loneliness and these hard economic times, CESI is finding more and more seniors have depression; CESI screens seniors for depression and then refers them to the proper support services.
- **Meals on Wheels** - One of CESI's most popular programs, Meals On Wheels delivers lunch to seniors who cannot, for many reasons, prepare their own lunch, or attend a congregate lunch; the local Councils On Aging also provide congregate lunches on a daily basis. Over 1,000 meals are delivered on a daily basis, and drivers are also trained to assess the elderly for any changes in their health.
- **Supportive Housing** - CESI runs 3 residential sites where seniors can live with around-the-clock support and partake in community activities such as card games, movie nights, and in-house entertainment.
- **Fuel Assistance** - this federal program helps low-income residents, including seniors, pay their heating costs during the winter; it was started so people would not have to choose between heating their homes and putting food on the table.
- **Money Management** - CESI's volunteers work with seniors to develop budgets, sort bills, write checks, and monitor their income and expenses.
- **Senior Community Service Employment** - CESI hires seniors age 55 and above to work on paid, temporary service assignments in local non profits or government organizations. Seniors gain work experience and extra income, but also build job skills and gain confidence.
- **Foster Grandparents** - through this program, seniors volunteer with children in need of a little more attention; seniors get a chance to share their lifetime of knowledge and wisdom with children in the community.

Fundraising

After CESI's Executive Director of almost 30 years passed away this year, they set up a Men's Fund to memorialize his legacy and to raise money for elderly men who are underserved/underfunded in comparison to elderly women. CESI also runs an auto/truck/boat donation program where people can donate their used vehicles to the organization for a tax deduction.

Partnerships

CESI is a member of n4a, the national advocate for elderly people. As a member, we receive the benefits of n4a's lobbying efforts on Capitol Hill; recent campaigns have included Medicaid expansion, job creation, and an increase in community-based services

CESI also partners with several organizations to pool their resources. Partners include Senior Home Health, United Way of Greater New Bedford, PACE, Legal Services, Catholic Social Services, the Jewish Federation of Greater New Bedford, and all the local Councils on Aging.

Transitioning for the "New Elderly"

Elderly service organizations are on the verge of serving the largest population of 60+ individuals in the coming years. The so-called "Baby Boomers" are beginning to turn 65, and Coastline is preparing to, yet again, revolutionize their programs and services to meet the changing needs of these "new elderly."

The terms "frail" and "elderly" will not be used by this new generation of seniors; the current picture of the elderly is one of living out your days in a nursing home or knitting beside a fireplace. The Baby Boomers will spend their golden years traveling, remaining active and fit, continuing to work at least on a part time basis, and volunteering for causes they believe in.

CESI is beginning to revamp their communications, developing a livelier website that will attract and inform more technologically savvy seniors. They are also beginning to develop more exercise and wellness classes for seniors who are, and want to remain, active; they recently began to offer the trendy Zumba classes to their seniors, Zumba is a form of dance/exercise.

In the coming years, CESI will continue to be a strong and well known organization in the Southcoast region, and a staunch advocate for the elderly. The organization will continue to evolve and adapt to current trends, remaining a dependable resource for the elderly in Southcoast Massachusetts, as well as a recognized international partner, taking care of elderly Portuguese who have moved to the region.

Theresa Cordeiro Larson
Directora



Governo dos Açores

Presidência do Governo
Secretário Regional da Presidência
Direcção Regional das Comunidades



Bolsa de Estudo Dias de Melo

- Jovens emigrantes dos açores ou descendentes de emigrantes açorianos
- No ensino superior pela primeira vez
- Candidaturas até 31 de Outubro de 2011





abrigo

centre

Já com vinte anos de existência e sem fins lucrativos, o **Centro Abrigo** em Toronto, tem tido um papel vital no seio da comunidade da zona oeste desta cidade, oferecendo serviços de aconselhamento, de informação, ajuda em situações de crise e apoio a todos os membros da comunidade. Têm sido milhares as pessoas que procuram o **Centro Abrigo**, sempre atendidas com carinho e máxima confidencialidade nas áreas de violência doméstica, advocacia, aconselhamento individual e familiar, serviços de apoio à família, juventude e de procura de emprego.

O **Centro Abrigo** abriu as suas portas com o programa de violência doméstica ajudando mulheres e crianças a viver livres de violência. Em 2010, o **Centro Abrigo** ajudou 760 mulheres e respectivos filhos vítimas de violência no lar. Este programa providencia um plano de segurança, informação sobre direitos básicos e ajuda na procura de serviços essenciais tais como: habitação, saúde, sistema jurídico, apoio financeiro e locais de acolhimento. Os serviços de aconselhamento individual ou em grupo ajudam a lidar com o trauma causado pelo abuso.

Dez anos mais tarde nasceu o programa **Integração e Desenvolvimento Comunitário**, providenciando aconselhamento, apoio individual e em grupo a recém-chegados e refugiados de expressão portuguesa, principalmente do Brasil e Angola. Organizamos sessões de informação, ligação a serviços governamentais e comunitários além de exercícios para desenvolvimento da auto-confiança, serviços de advocacia e apoio a emigrantes de expressão portuguesa.

Nos **Serviços de Apoio à Família** ajudamos indivíduos, casais e famílias com assuntos relacionados com a saúde emocional

e bem-estar, como, por exemplo, depressão, dificuldades matrimoniais, conflito entre gerações, trauma e outras situações com que nos deparamos no dia-a-dia.

Partner Abuse Response (PAR). Este programa por ordem do tribunal providencia aconselhamento em grupo a indivíduos condenados por violência doméstica. Em grupo, os participantes têm a oportunidade de reflectir nos efeitos que o seu comportamento abusivo tem nas esposas/companheiras, filhos, e em si próprios. O mesmo programa existe para mulheres, mas individualmente.

No **DMYS (Dufferin Mall Youth Services)** em estilo de *Drop-in*, providenciamos um lugar seguro para jovens com uma variedade de serviços, tais como aconselhamento formal e informal sobre relacionamentos saudáveis. Estes serviços incluem: informação sobre emprego, aconselhamento individual na área de saúde mental e toxicodependências, ajuda na procura de habitação e acesso a outros serviços na comunidade.

Employ-Link é um programa que visa ajudar indivíduos que procuram uma carreira profissional a entrar no mercado de trabalho. Este é um novo programa subsidiado pelos Serviços Municipais e Sociais de Toronto e destina-se a incentivar e reintegrar indivíduos no mercado de trabalho ou numa nova carreira profissional. Este encaminhamento é feito através de *workshops* e aconselhamento. É dado também apoio necessário durante todo o processo de procura de emprego para indivíduos que recebem da assistência social.

O programa **Sucesso Aos 6:** destina-se a mães e/ou encarregadas de educação com crianças na faixa etária dos 0 a 6 anos de idade. Numa série de 10 sessões, o grupo esclarece

maneiras de providenciar um ambiente saudável em casa durante os primeiros anos de vida da criança que são os mais vulneráveis. Além das 10 sessões oferecemos dois workshops: “Sexualidade Infantil” e “As Crianças Também Têm *Stress*”.

No programa “**Fortalecendo Famílias para o Futuro**” e em grupo com a duração de 14 semanas, técnicas trabalham e lidam com famílias em risco de saúde mental e/ou toxicodependências. Em conjunto, as famílias têm a oportunidade de dialogar sobre tópicos que ajudam a fortalecer os laços familiares. Este programa é uma parceria entre o Centro Abrigo, e duas outras agências em Toronto.

Finalmente o programa **PAI** que foi escolhido como tema principal da apresentação do **Centro Abrigo** na ocasião do VI Encontro de Organizações de Serviço Social - de 03 a 07 de Dezembro de 2010 em S. Miguel, Açores.

Este é um programa para pais envolvidos com a Sociedade Católica de Protecção à Criança de Toronto que, no passado, usaram a violência e punição física como instrumentos de controlo sobre os filhos/companheira. Esta iniciativa é subsidiada pelo Ministério dos Serviços à Criança e Jovens e, destina-se a pais de expressão portuguesa sem qualquer tipo de envolvimento com o sistema jurídico. Para facilitar e incentivar a participação dos pais, providenciamos jantar, custo de transporte e supervisão de crianças. Cada grupo tem a duração de 12 sessões semanais, com a duração de duas horas e com o número máximo de 15 participantes por grupo.

Quando a Sociedade Católica de Protecção à Criança de Toronto recebe uma queixa de negligência ou maus tratos físicos à criança, é iniciada uma investigação. Esta Sociedade tem como prioridade, manter as crianças no seio familiar. Por vezes algumas podem ser retiradas da família temporariamente ou até permanentemente dependendo da gravidade de cada caso.

Em seguida são feitas várias recomendações que visam promover as competências parentais destes pais. Uma das recomendações é portanto a participação no programa PAI. Tradicionalmente, a melhoria

destas competências era mais exigida às mães enquanto do pai não havia grandes expectativas de mudança e/ou aprendizagem. Até recentemente não existiam grupos de promoção voltados para o pai. Mas, como hoje em dia o envolvimento do pai torna-se uma necessidade mais consciente, ele tem sido alvo de transformação e expectativas como modelo, educador e companheiro.

Assim, este programa torna-se cada vez mais uma necessidade. A maioria destes pais, não tem acesso aos filhos ou tem somente acesso supervisionado e/ou limitado. Por vezes o contacto com os filhos está pendente ou não da sua frequência e participação neste grupo e poderá também ter influência nas decisões finais da Sociedade Católica de Protecção à Criança. Pretende-se com este programa, encaminhar o pai a consciencializar-se da importância de se tornar um participante activo no quotidiano familiar. Com isto em mente, tentamos promover a reflexão comparativa entre as atitudes de disciplina do passado e do presente; promover a motivação para uma mudança de atitudes, promover a auto-confiança e auto-estima; promover o relacionamento afectivo entre pai /filhos; promover atitudes de respeito mútuo, a comunicação em família e, finalmente, promover a aprendizagem de métodos saudáveis de disciplina.

Como no universo da vida afectiva o pai deve ser um modelo de conduta mais presente e positiva, encaminhamos os participantes a reflectirem nos métodos de disciplina a que foram sujeitos na infância e adolescência; como esses métodos o influenciaram como pai; na importância do auto-controle e empatia; na consciencialização dos benefícios de um relacionamento afectivo entre pai e filhos; na necessidade de ser um modelo positivo para os filhos; na importância da rejeição dos conceitos estereotipados, optando por novos valores, crenças e regras.

Pretende-se uma mudança de atitudes com reflexão contínua usando o diálogo de grupo, debates sobre exemplos práticos do dia-a-dia entre os participantes oferecendo encorajamento sempre positivo.

O primeiro encontro de cada utente é in-

dividual. Neste primeiro encontro e em confidencialidade, cada cliente tem a oportunidade de compartilhar a “sua história;” dialogar sobre as suas experiências/ aprendizagens na infância e adolescência e consequências no seu relacionamento com os filhos.

Apesar do nível de ressentimento para com os próprios progenitores (principalmente para com o pai), na maioria, estes homens acham-se “melhores pais” pelo facto de não espancaram os filhos da maneira severa como foram espancados e porque acham que proporcionam aos filhos mais e melhor.

A maioria vê-se como o disciplinador e responsável pelo sustento da família, ou seja, o pai tradicional. Muitos crêem estar a cumprir a sua missão de pai responsável. Desta crença vem a resistência na participação no programa. A nossa função é primeiramente ouvir sem julgar, incentivar e encaminhar cada cliente à reflexão/consciencialização de que ser pai é mais do que disciplinar e sustentar.

Muitos destes homens foram vítimas de abuso físico, verbal e/ou emocional. Muitos cresceram com pais alcoólicos e/ou toxicodependentes e/ou abusivos para com eles e a mãe deles. Note-se também que muitos dos clientes têm um nível baixo de literacia/escolaridade. A grande maioria nunca participou em terapia de grupo e depararam-se com uma situação onde se vêem obrigados a compartilhar a sua história, sentimentos, emoções e receios com os outros participantes, o que torna o processo mais difícil. Por outro lado, têm a oportunidade de ver que não estão sozinhos, que existem outros na mesma situação. Quando ultrapassam esta barreira o processo de mudança torna-se assim mais fácil. Alguns dos participantes mantêm contacto com o Centro Abrigo mesmo depois de completarem o programa.

O currículo engloba tópicos tais como princípios para uma parentalidade positiva, fases de desenvolvimento infantil, impacto directo e indirecto do uso da violência/abuso, estratégias para lidar com o *stress*, conceito de disciplina positiva, importância do respeito e comunicação, famílias saudáveis, importância do auto-controle e estratégias para enriquecer o relacionamento entre pai e filhos.

Sem dúvida que tem sido uma experiência extremamente positiva não só para os participantes mas também para os técnicos do grupo. É gratificante ver que a grande percentagem destes homens completa o programa com uma atitude mais positiva, após as 12 semanas de reflexão e aprendizagem, num ambiente não ameaçador, sem se sentirem julgados, enfim, um ambiente onde se sentem à vontade para falar, para ouvir e aprender.

Tanto as avaliações individuais como as de grupo são testemunhos positivos e valiosos para a continuação deste programa. Temos esperança de continuar a contribuir para que cada homem se transforme num pai mais saudável, para que existam mais famílias saudáveis e crianças livres de abuso e violência.

As nossas portas estão sempre abertas para aqueles que optam por aconselhamento individual ou familiar, uma vez que terminem o programa.

Marília Santos



abrigo
centre

900 Dufferin St. Suite 104
Toronto, Ontario M6H 4A9

Tel: 416-534-3434
Fax: 416-534-8026
DMYS: 416-535-1140

Email: info@abrigo.ca
www.abrigo.ca

programa

Saudades dos Açores

29 de Outubro a 5 de Novembro de 2011

A memória não tem distância.
Por isso, os Açores estão sempre perto.





Introdução

Quero agradecer o convite que me foi feito pela Direcção Regional das Comunidades do Governo dos Açores para participar no Congresso Internacional das Organizações de Serviço Social e partilhar, com os participantes deste encontro, a experiência montrealense na luta contra a pobreza e a exclusão social.

Esta comunicação não pretende ser uma análise teórica sobre o assunto, mas sim um contributo com algumas pistas de trabalho desenvolvidas num contexto norte-americano específico.

Falar de pobreza no Canadá deve certamente parecer um paradoxo dado que o Canadá é conhecido como sendo um país rico. No entanto, no contexto mundial actual, quase todos os países são confrontados com esta problemática.

Num primeiro momento, tentaremos definir o conceito de pobreza e de exclusão social e enumerar algumas das responsabilidades e medidas a nível federal, provincial e municipal. Em seguida evocaremos alguns indicadores e o índice utilizado no Quebec para determinar a empobrecimento territorial ou geográfico. Por último, abordaremos o modelo de intervenção desenvolvido em Montreal, RUI - revitalização urbana integrada - dando como exemplo o percurso de um sector da cidade de Montreal.

1. A pobreza e a exclusão social: dois termos com fronteiras difusas

À partida, podemos dizer que cada pessoa tem a sua própria interpretação da pobreza e que essa interpretação faz parte da definição deste fenómeno social complexo que afecta cada vez mais os grandes centros urbanos.

Quanto a nós, a pobreza é mais do que a falta de meios financeiros ou desenvolvimento

humano inadequado. Ela é, também, a exclusão social que se traduz em vulnerabilidade, discriminação, falta de voz e de poder de representação de certos cidadãos.

Esta visão multidimensional da pobreza e da exclusão social aumenta a complexidade das estratégias de redução deste flagelo, porque é preciso ter em conta outros aspectos tais como os factores sociais e as forças culturais.

Podemos dizer que as fronteiras difusas da pobreza e da exclusão estão extremamente relacionadas com a capacidade (ou incapacidade) de participação dos cidadãos num conjunto de actividades sociais, políticas, económicas, culturais e com a afirmação de direitos de que se dota uma determinada sociedade.

Devemos, também, lembrar que sobre a pobreza são projectadas muitas estigmatizações e estereótipos negativos e que, por essa razão, algumas das pessoas que vivem em situação de pobreza se tornam invisíveis e não se querem dar a conhecer. Durante vários anos, este fenómeno era conhecido ou chamado de “pobreza envergonhada ou escondida”. A esta pobreza, devemos acrescentar os excluídos (aqueles que dificilmente podem fazer ouvir a sua voz), como as famílias monoparentais, as crianças, certos idosos, as mulheres sem recursos, muitos doentes psiquiátricos, os sem abrigo, os jovens em risco, os imigrantes recém-chegados e certas minorias étnicas e “racizadas”.

Na província do Québec, a Assembleia Nacional, em 2002, definiu a pobreza e a exclusão social nos seguintes termos:

- *A condição na qual um ser humano se encontra quando é privado de recursos, de meios, de escolhas e do poder necessário para poder adquirir e manter a sua autonomia económica e para favorecer a sua integração e inclusão na sociedade.*¹

1 Loi visant à lutter contre la pauvreté et l'exclusion

2. As responsabilidades dos diferentes níveis de governo

A nível federal

No Canadá, as responsabilidades relativas a este assunto são partilhadas a nível federal e provincial. Os municípios, embora não tenham uma responsabilidade directa, são interpelados dado serem a estância de poder que está mais acessível aos cidadãos.

De uma forma bem resumida, o governo federal canadiano é responsável pelas várias políticas e programas que se destinam aos indivíduos e à colectividade: programa do seguro de desemprego, regime de reforma, pela estratégia do emprego para os jovens (estudantes), medidas de apoio para as pessoas com limitações físicas e intelectuais, acordos sobre o desenvolvimento dos recursos humanos relativos aos autóctones e estratégias de revitalização dos bairros centrais de certas cidades do país.

Como acabamos de observar, a nível federal, existem programas que permitem responder a certas necessidades básicas de determinados grupos da população mas não há uma legislação específica para lutar contra a pobreza e a exclusão social.

A nível provincial (Québec)

Sendo o Québec uma província com uma realidade sociopolítica específica, dotou-se, em 2002, com a sua própria estratégia de luta contra a pobreza e a exclusão social através de uma lei que, para além de definir estas duas noções, prevê várias medidas de apoio.

Estão vinculadas na lei cinco grandes medidas: ¹

- 1 – criação da Comissão consultiva;

sociale

- 2 – criação do Observatório sobre as questões ligadas à pobreza e exclusão social;

- 3 – criação do Fundo para as iniciativas sociais,

- 4 – criação do Plano de acção quinquenal;

- 5 – consolidação dos programas de assistência social, de apoio à formação e ao emprego, do desenvolvimento económico e da habitação.

Esta lei reafirma, também, a responsabilidade dos diversos ministérios e o partenariado dos diferentes actores da sociedade civil. Além disso, permite concluir acordos específicos com as diversas regiões administrativas, nomeadamente com Montreal.

O plano de acção actual (2010- 2015)² foi elaborado após uma grande consulta nacional e tem cinco objectivos:

- Reforçar a solidariedade entre o poder local e regional promovendo uma abordagem territorial integrada (ATI);
- Promover o trabalho como sendo o primeiro vector de luta contra a pobreza;
- Proteger o rendimento mínimo para os cidadãos mais necessitados, nomeadamente para as pessoas que vivem sozinhas;
- Melhorar as condições de vida dos cidadãos com baixos rendimentos.

A nível municipal (Montreal)

Montreal, para além das suas competências específicas atribuídas pela *Loi sur les responsabilités des municipalités du Québec*, exerce

² Plan d'action gouvernemental pour LA SOLIDARITÉ ET L'INCLUSION SOCIALE 2010 – 2015
Gouvernement du Québec

uma certa liderança na luta contra a pobreza e a exclusão social promovendo, desde meados dos anos de 1990, um desenvolvimento social local estruturado em torno do apoio a determinados grupos populacionais através do desenvolvimento de projectos colectivos e da intervenção territorial integrada, designada por **Revitalização urbana integrada**³. Estas duas formas de intervenção são complementares e justificam-se, uma vez que o empobrecimento se polariza e se concentra em determinados sectores, ao mesmo tempo que atinge as comunidades e grupos mais vulneráveis.

De forma resumida, as intervenções municipais, no domínio da luta contra a pobreza e exclusão social, articulam-se com cinco tipos de acções:

- O apoio e financiamento à concertação local
- Oco-financiamento de várias intervenções junto dos jovens, das famílias, dos sem-abrigo, das pessoas com limitações físicas e intelectuais, dos tóxico-dependentes
- A gestão da habitação social
- O financiamento e a promoção da revitalização urbana integrada (RUI)
- A gestão dos fundos de luta contra a pobreza atribuídos pelo governo do Quebec para projectos comunitários destinados às famílias e aos indivíduos a fim de suscitar um melhor “empoderamento” individual e colectivo.

3. Indicadores de pobreza e o índice de “*défavorisation*” utilizado no Québec

Sabemos que há cada vez mais consensos sobre quem são as pessoas que vivem na pobreza extrema e isso pode permitir formular

critérios de caracterização das organizações que com elas trabalham. Porém, é muito mais difícil definir os níveis da pobreza.

Esta não só é relativa e difusa, como mencionamos anteriormente, como é também um processo com gradações, às vezes sucessivas, às vezes cumulativas. O que mais frequentemente desencadeia o empobrecimento é a soma ou a multiplicação de factores.

Apesar da dificuldade em definir este fenómeno, o Instituto da Estatística do Quebec identifica mais de 60 indicadores para medir a pobreza sendo os mais conhecidos: rendimento mínimo, taxa de desemprego, a taxa de pessoas que recebem a assistência social, o número de famílias monoparentais, taxa de pessoas sem diploma de estudo secundários, etc.

Estes indicadores são utilizados por várias instâncias, por vezes separados, para caracterizar a pobreza individual ou de certos grupos. Outras vezes são reagrupados para designar o empobrecimento territorial ou geográfico designado pelo termo francês *défavorisation*.

Tanto o Québec como Montreal caracterizam a pobreza territorial utilizando uma combinação de seis indicadores que constituem *um índice de défavorisation* contando este com duas dimensões: dimensão social e material. Este índice foi construído na base dos sectores do recenseamento de 1991 pelos autores (secteur de dénombrement -SD) de 1991 (Pampalon et Raymond, 2000). A sua composição foi inspirada nas propostas feitas pelo economista norte-americano Peter Townsend (1987). A dimensão material do empobrecimento territorial reflete a privação de bens e comodidades do dia-a-dia, e tem como base de referência o rendimento médio da família, a taxa de pessoas que não têm

³ Site : Collectifquartier.org

diploma secundário e a taxa de desemprego. A dimensão social pretende caracterizar a fragilidade da família na comunidade e tem como base de referência a taxa de famílias monoparentais, de pessoas viúvas ou divorciadas e de pessoas que vivem sozinhas.

Este tipo de medida, utilizado em todo o território do Québec, tem o mérito de ter uma certa objectividade, de determinar as zonas de concentração de *défavorisation*, de permitir uma leitura local e regional e a repartição dos recursos financeiros públicos de forma mais equitativa e ser utilizado por várias instâncias de serviços públicos.

4. A abordagem territorial integrada na luta contra a pobreza (modelo montrealense)

Depois de um período em que o desenvolvimento local e a luta contra pobreza caminharam em vias paralelas, os seus pontos de encontro são agora cada vez mais frequentes, afirmando-se hoje, de forma bastante consensual, que o desenvolvimento territorial integrado deve ter como prioridade a sua população e, entre ela, a mais desfavorecida.

Em Montreal a abordagem territorial integrada é denominada por **Revitalização urbana integrada** (RUI) e foi iniciada em 2003. Actualmente atinge 10 sectores da cidade.

Com este tipo de abordagem, em Montreal, pretende-se atingir os seguintes objectivos:

- Desenvolver uma oferta de serviços públicos eficaz, completa e adaptada às necessidades das populações
- Melhorar o quadro físico, nomeadamente com a ajuda dos diversos programas de habitação, criação de espaços verdes e equipamentos colectivos e encorajar o dinamismo local
- Reduzir os impactos causados por cer-

tas problemáticas sociais (tóxico-dependência, bandos de rua, itinerância, etc.)

- Suscitar a participação social, em particular a dos cidadãos mais desfavorecidos
- Proporcionar aos moradores dos sectores tocados uma coabitação harmoniosa
- Promover a inovação a nível da intervenção.

Este tipo de abordagem caracteriza-se pela:

- Visão global e partilhada da situação do bairro ou sector identificado (diagnóstico territorial);
- Vontade colectiva de intervir de maneira integrada nos vários domínios (habitação, quadro físico, saúde, emprego, cultura, lazer, meio ambiente) tendo em conta a realidade social do meio;
- Concentração, coordenação e adaptação das acções públicas, comunitárias e privadas;
- Implicação da população dos sectores tocados na planificação, na execução e no acompanhamento das intervenções;
- Vontade de intervir sobre as causas da pobreza com uma óptica de desenvolvimento sustentável.

Como em qualquer tipo de intervenção, é necessário ter as condições adequadas para obter resultados positivos. No caso da revitalização urbana integrada, as condições facilitadoras são:

- Um leadership socialmente construído
- A capacidade dos **leaders** e dos diferentes actores locais mobilizarem uma grande diversidade de meios endógenos e exógenos e serem capazes de os combinar;

- Instâncias e organizações que permitem resolver localmente os conflitos que possam surgir entre os vários actores e a capacidade de aprender e avaliar colectivamente;
- Identificação em conjunto dos objectivos estratégicos e a capacidade de utilizar os diferentes programas públicos destinados às colectividades;
- A criação de identidades positivas e consciencialização territorial proporcionando a participação e a dedicação dos actores junto da comunidade, assim como a sua capacidade de criar uma certa forma de riqueza.

Percurso realizado pela RUI do sector de Mercier-Est em Montreal⁴



Sector RUI : 17,000 habitantes

Diagnóstico :

- Concentração de *défavorisation* material e social;
- Sector isolado e atravessado pelo caminho-de-ferro;
- Falta de transportes colectivos;
- Infra-estruturas deficientes;
- Falta de serviços e comércio local

7 Comissões de trabalho e de reflexão contando com a participação dos diferentes actores comunitários e institucionais e com certos cidadãos.

Accões realizadas

- Cafés-convívio e festas de bairro
- Criação de uma mercearia comunitária
- Criação de grupos de cozinhas colectivas
- Criação de jardins e hortas comunitárias
- Implementação de acções de reciclagem
- Um plano de deslocação em bicicleta
- Reparação de certos edifícios públicos
- Uma programação cultural e desportivo adequado e elaborado pelos residentes
- Comissões de trabalho e de reflexão.

⁴ Relatório da RUI de Mercier-EST

Conclusão

Embora a abordagem territorial para lutar contra a pobreza e a exclusão social seja uma alternativa interessante a privilegiar, esta não deve ser exclusiva ou única porque nem sempre o território ajuda a delimitar a pobreza. As zonas ricas também atraem e expulsam pobreza e nas áreas pobres também vivem pessoas que não são pobres. Como já referimos, à difusão espacial da pobreza é complicado colocar-lhe fronteiras fixas. Ainda que, cada vez mais, as pessoas mais abastadas tendam a construir os seus próprios bairros, também as pessoas mais marginalizadas se vêm obrigadas a trabalhar e a viver em espaços intersticiais.

Se falamos de intervenção integrada, de trabalho em parceria, de *empoderamento* individual e da participação dos cidadãos fragilizados, é porque a pobreza e a exclusão são pluridimensionais. Quer dizer que as pessoas e as comunidades vivem globalmente estas situações. Insuficiência de recursos; baixas escolarização e qualificação; emprego precário; habitação degradada; saúde debilitada; dificuldade no acesso aos serviços; desestruturação familiar; exigem actuações articuladas que intervenham sobre todas estas frentes.

Para terminar lembramos que a pobreza e a exclusão social são travões ao respeito da dignidade humana, ao desenvolvimento económico, cultural e social e, certamente, uma ameaça à coesão e ao equilíbrio de qualquer sociedade. E, neste sentido, a participação de todos será mais um passo na sua erradicação.



Joaquina Pires

*Conselheira em Desenvolvimento Comunitário
e Diversidade Social
Câmara Municipal de Montreal*



V.A.L.E.R. - VALLEY AREA LIVING ENABLING RESOURCES

“V.A.L.E.R. para valer a todos” é o lema desta instituição desde a sua fundação.

É uma organização de serviços sociais que presta apoio à Comunidade portuguesa que vive no centro/norte do Vale de San Joaquin no Estado norte-americano da Califórnia. Funciona nas instalações da Paróquia Portuguesa de Nossa Senhora da Assunção, na cidade de Turlock.

Esta organização foi fundada no ano de 2000. A sua mesa directiva engloba profissionais de vários ramos.

A VALER foi fundado para servir a comunidade de língua e cultura portuguesas que sentem dificuldades na barreira da língua inglesa e desconhecimento dos seus direitos como cidadãos a viverem nos Estados Unidos. Preocupa-se particularmente com os mais idosos, fornecendo-lhe todas as informações a que têm direito depois de uma vida de muito trabalho durante a qual sempre pagaram os seus impostos. Espera-se agora que recebam a sua cota parte dos benefícios e regalias que lhes são devidos e que muitas vezes eram usufruídos por outros residentes em circunstâncias idênticas. Continuamente a VALER informa a comunidade em geral dos seus direitos como contribuintes cumpridores dos seus deveres.

A instituição apoia uma média de 1,600 pessoas anualmente, prestando informação nos mais diversos sectores. Funciona com a maior percentagem de verbas do Fundo Memorial J.B.FERNANDES, assim como de algum apoio do Governo Regional dos Açores. Algumas vezes recebe pequenos subsídios de Agências governamentais e de fundações particulares. Desde a sua abertura à comunidade que usa gratuitamente as instalações da paróquia de Nossa Senhora da Assunção em Turlock.

A VALER não contribui directamente com fundos para famílias ou indivíduos. Os necessitados são encaminhados para as respectivas agências governamentais. Também são preenchidos todos os documentos necessários sempre que são solicitados.’

Através dos meios de comunicação social toda a comunidade é informada de novos serviços e regulamentos entrados em vigor.

Embora esta não seja uma comunidade de pedintes, encontram-se também muitas pessoas a quem a sorte não bafejou e precisamente é sobre essa gente que estamos mais atentos.

A VALER tem três funcionárias que trabalham às terças, quartas, quintas e sextas-feiras das 9h00 da manhã as 14h00, tendo o seguinte contacto:

V.A.L.E.R.

P.O.Box 2030

2602 S.Walnut Ave, Turlock

Califórnia 95381-2030

Telefone 209-634-0380, Telefax 209-634-2366, Email: Valer209@aol.com

Euclides Álvares
Fundador da Instituição



A Missão de Santa Cruz foi fundada em Montreal em 1963 e incorporada em 1964.

Os objectivos iniciais desta organização são de oferecer à comunidade portuguesa radicada em Montreal serviços de ordem religiosa e espiritual. No entanto, desde o seu início a Missão sempre prestou à comunidade serviços de cariz sócio-cultural. Duas das actividades relevantes foram a criação da Escola de Santa Cruz que, ao longo dos anos, tem proporcionado a milhares de descendentes luso-canadianos a aprendizagem do português e a preservação das numerosas festas tradicionais que constituem o património imaterial da comunidade.

Nos últimos dez anos, assistimos ao envelhecimento da população e a comunidade portuguesa também é afectada. Este fenómeno do envelhecimento, assim como uma certa aculturação das novas gerações, faz com que os idosos vivam cada vez mais no isolamento e a serem cada vez menos activos .

Foi neste contexto que a Universidade dos Tempos livres, da Missão de Santa Cruz, foi criada no Outono de 2004. Fundada à partida para responder à falta de actividades recreativas para as pessoas idosas da comunidade, a UTL tornou-se logo no início das suas actividades um espaço cultural, recreativo onde convivem vários grupos etários da comunidade.

A UTL insere-se na vertente social da Missão de Santa Cruz e está sobre a autoridade do responsável da Missão assistido pelos coordenadores das actividades, formadores e pela Comissão dos utentes.

Objectivos globais do projecto da UTL :

- Combater o isolamento dos membros da comunidade em particular os mais idosos.
- Servir de espaço de recolha da memória cultural
- Favorecer o intercâmbio entre gerações e culturas.
- Oferecer cursos e actividades no âmbito cultural, social e recreativo, nomeada-

mente nas áreas das línguas, música, pintura, saúde e educação física, informática, história, dança actividades temáticas sobre temas da actualidade e relações inter-culturais e inter-geracionais.

Ao longo destes seis anos de existência, cerca de 5.000 pessoas participaram nas várias actividades criadas, nas mais diversas áreas, tais como: línguas, música, artes, saúde, educação física, culinária, artesanato e temas contemporâneos.

Actualmente são semanalmente 25 diferentes actividades que tocam cerca 500 cidadãos.

Uma das actividades mais significativas para os idosos é, sem duvida, *Vamos comer e passear juntos*. Trata-se de um convívio semanal onde os idosos podem beneficiar de uma refeição em conjunto, seguida de algumas actividades lúdicas – dança, bingo, passeios, visitas culturais e encontros convívios com idosos de outras comunidades culturais e esporadicamente informação sobre a saúde.

Até hoje a UTL desenvolveu-se graças ao trabalho voluntário de todos os coordenadores, bem como à orientação e dedicação do responsável da Missão.

Contudo, temos consciência de que uma acção crescente, desta envergadura, enfrenta vários desafios, sendo os seguintes os mais relevantes:

- Continuar a ser um projecto aberto a todos e atento às necessidades da comunidade para desenvolver as actividades mais adequadas;
- Angariar meios financeiros para poder manter uma coordenação estável
- Consolidar e formar o grupo dos voluntários.
- Desenvolver uma vertente de defesa dos direitos, junto das autoridades canadianas e portuguesas.

Joaquina Pires

Representante da UTL da Missão de Santa Cruz.



PORTUGUESE-SPEAKING ELDER NETWORK - PSEN

MISSION STATEMENT

The “Portuguese-Speaking Elder Network – PSEN” was established in 2004. Our Mission is to present a conference in Portuguese to educate and inform the Portuguese-speaking elder community of their rights and to connect and access services with local agencies.


The PSEN founding members saw a great need in the Portuguese-speaking elder community of the greater New Bedford area. Community elders were always asking questions regarding their rights and services and how to access them. Thus, it was decided that a one time conference entitled “Know Your Rights” would be appropriate to address their questions, concerns and also for them to socialize with their peers and introduce them to the local agencies to get acquainted and hopefully obtain services. The only PSEN requisite is that members must be Portuguese speaking, the conference is presented entirely in Portuguese and that guests’ speakers are required to present their topics in Portuguese.

PSEN held its first meeting on April 5, 2004, which was organized by Rosa Farizo to meet with other elder service providers, at the office of South Coastal Counties Legal Services, Inc, formerly known as Southeastern Massachusetts Legal Assistance Corporation. The founding members were; Mr. Adonis Ferreira, New Bedford Mayor’s Office; Ms. Theresa Cordeiro Larson, Coastline Elderly Services, Inc; Ms. Helena S. Marques, Immigrants’ Assistance Center; Ms. Pauline Macedo, New Bedford

Mayor’s Office; Ms. Maria C. Pereira, Catholic Social Services; and Ms. Rosa Farizo, South Coastal Counties Legal Services, Inc. At that time, Ms. Farizo was nominated as the first Chairperson, Ms. Larson as the Secretary and Ms. Marques as the Treasurer who all continued to act in such capacity.

The first “Know Your Rights” conference was presented on June 15, 2004 at the Mount Carmel Auditorium in New Bedford. We started the conference with a \$1,000.00 sponsor from Elder Services of Merrimack Valley and contributions from the city of New Bedford and local agencies. Our first guests of honor were the Honorable Frederick Kalisz, Jr. Mayor of New Bedford and State Representative Antonio F.D. Cabral. Our first Moderator was Lucilia Prates with Elder Services of Merrimack Valley. Our first topics were “Depression” presented by Ms. Maria C. Pereira; “MassHealth/Medicare by Rosa M. Farizo; “Protective Services/Elder Abuse” by Ms. Theresa Cordeiro Larson and Detective Joseph Cordeiro; and “Immigration/Citizenship” by Helena S. Marques. We had well over 180 elders in attendance, the conference was televised by the New Bedford Cable Access and the Portuguese Radio Station “A Voz do Emigrante” and we provided both breakfast, lunch and entertainment. The conference is presented to the public free of charge. “A Voz do Emigrante” a local radio station has an audience of well over 30,000 Portuguese speaking individuals and reaches most of the Massachusetts area.

Due to the public demand and success of our conference, the founding members decided to continue to present an annual

The background of the page features a stylized, 3D-rendered illustration of several hands in white and light beige tones. The hands are positioned in a way that suggests they are holding or supporting each other, symbolizing community, care, and assistance. The lighting creates soft shadows, giving the hands a sense of depth and volume.

conference for the Portuguese speaking elders and have now opened the conference to the Portuguese speaking individuals with disabilities. Every year the PSEN conference has a different topic which is elected by the members and is based on the current needs of the community. Since then, Mr. Ferreira resigned from the committee and we have held conferences at the Fort Taber Community Center, which was graciously donated by the City of New Bedford.

In 2010, the PSEN founding members also invited two new members to join our group: Ms. Lydia Rego-Gendreau of Bristol Elders Services, Inc; and Ms. Raquel Antonio with the New Center for Legal Advocacy and organized and presented the seventh PSEN conference, which was held at Whites Restaurant in Westport. The seventh conference was again a great success as elders came from New Bedford, Fall River, Taunton and surrounding areas to attend our conference and as they were leaving they were asking the organizers when the new PSEN conference would be held as they love it and want to again attend it.

Rosa M. Farizo

Senior Law Project | Medicare Advocacy Project



Vamos ter presente que esta encíclica, *Caritas in Veritate*, como todas as encíclicas, se dirige em primeiro lugar e sobretudo à hierarquia e aos fiéis da Igreja católica.

Portanto, os seus ensinamentos, os seus recados e as suas propostas doutrinárias e éticas são uma autêntica provocação e desafio a uma profunda mudança, a uma revisão séria dos nossos modos de estar e de agir na Igreja católica e na sociedade em geral.

É uma encíclica fascinante, que abre portas e janelas, alternativas para um percurso das pessoas e das sociedades, para uma nova ordem mundial que promove a autêntica humanização da sociedade.

Cada frase da Encíclica leva-nos a uma profunda reflexão.

É uma Encíclica de um Papa Santo, intelectual, teologicamente excepcional e brilhante. É uma resposta e uma proposta adequada ao tempo e à crise que vivemos.

Afirma, sem margem de dúvidas, que o primeiro capital a preservar e a valorizar é o Homem, a pessoa na sua integralidade.

Há quem pense que a Encíclica *Caritas in Veritate* é um *texto altamente irritante*. É isso mesmo, um manual para o desassossego, embora rico em propostas, pistas e sugestões, ganha maior força, pela sua clara fundamentação antropológica e teológica que incute à doutrina social da Igreja.

Alegro-me porque nesta encíclica é-nos afirmado que a doutrina social da Igreja é um elemento essencial à Evangelização.

“O testemunho da caridade de Cristo através das obras da justiça, paz e desenvolvimento faz parte da Evangelização, pois a Jesus Cristo que nos ama, interessa o homem inteiro (CV15)

São vazias ou inúteis as liturgias, os pietismos onde o centro não seja o Homem e o Filho do Homem.

Na encarnação o ser humano é divinizado e a divindade humaniza-se.

I. Pessoa Humana, sujeito do desenvolvimento integral

“ *O desenvolvimento económico foi e continua a ser molestado por anomalias e problemas*

dramáticas, evidenciadas ainda mais pela actual crise (...) não basta progredir do ponto de vista económico e tecnológico, é preciso que o desenvolvimento seja, antes de mais, verdadeiro e integral.”

É neste contexto da crise generalizada em todo o mundo, que surge esta encíclica, tanto a nível financeiro, económico e principalmente a crise de sentidos quer na vida das pessoas quer ao nível do tecido das suas relações sociais.

Estou profundamente convencido que o desenvolvimento baseado só no consumismo é insustentável, pois não só esquece o Homem como se volta contra ele, fazendo com que não suporte indefinidamente esta injustiça e a sua própria desumanização.

Temos que nos empenhar, todos, por um desenvolvimento humano integral. Afirma João A. Leitão que *o desenvolvimento deve ser integral e universal, inclusivo e participativo, subsidiário e solidário, justo e amigo do bem comum, ecológico e sustentável, fundado no amor e na verdade.*

Toda esta doutrina aplicada às instituições particulares de solidariedade social (IPSS) vai exigir em muitos casos alterações importantes, no seu todo, nos cargos gerentes e suas mentalidades, funcionários, voluntários, para que se ponham ao serviço de todos os que deles precisam.

É que a razão de ser das instituições é promover o desenvolvimento integral de cada pessoa e da sua dignidade, das suas necessidades, da sua autonomia dentro do possível, e também proporcionar a sua participação na programação, e na avaliação das actividades institucionais.

Neste contexto julgo oportuno reflectirem sobre o terceiro sector em Portugal, sabendo que é uma forma organizada da sociedade civil desenvolver a solidariedade social sem pretender ter objectivos lucrativos.

Mas, em Portugal, a grande maioria das IPSS, e nestas estão incluídos os centros sociais paroquiais, vivem e sobrevivem, dos acordos com a Segurança Social (do Estado) e das “migalhas” das comparticipações dos utentes.

Salvo honrosas excepções, não se vislumbra, onde esteja de uma forma organizada, co-responsável e estável a participação-partilha da sociedade civil, expressamente das comunidades cristãs, ao serviço da acção social.

Normalmente a sociedade civil limita-se a participar voluntariamente, nos órgãos dos cargos gerentes, a gerirem a instituição e os seus dinheiros públicos. Aqui também se aplica o ditado: manda quem paga.

Constata-se em Portugal a existência de uma sociedade bastante passiva e pouco sensível à partilha feita por e com amor, como dom gratuito, à semelhança de Deus, pelo dom de si mesmo no próprio Cristo.

O Papa chama-nos a atenção para que se revejam as políticas internas da assistência social, com a participação activa dos sujeitos privados e da sociedade civil e aponta mesmo a subsidiariedade fiscal como forma que permite aos cidadãos decidirem o destino de parte dos seus impostos ao Estado.

II. Participação das Pessoas e países pobres na solução dos seus problemas e ou dos projectos que os afectam

Um dos problemas que nos devia preocupar e envergonhar é o elevado número de pessoas, crianças e adultos que morrem por desnutrição e por fome.

De facto, não é tanto a escassez material de alimentos que está em causa, mas sim a falta de estruturas sociais e institucionais que não cuidam do acesso regular e adequado aos produtos alimentares e da água às populações. *“Os direitos à alimentação e à água revestem um papel importante para a consecução de outros direitos, a começar pelo direito primário à vida.”*

Também aqui, não se pode ignorar que,

as intervenções em prol do desenvolvimento exigem o princípio da centralidade da pessoa humana, que é o sujeito que prioritariamente deve assumir o dever do desenvolvimento.

As pessoas beneficiárias deviam ser envolvidas directamente na delineação dos programas de desenvolvimento e tornar-se protagonistas da sua actuação.

Um sério problema, que geralmente enfrenta os países pobres, é a dificuldade de lhes ser permitida e até favorecida a progressiva inserção dos seus produtos nos mercados internacionais, tornando possível, assim, a sua plena participação na vida económica internacional.

Em muitos casos, a produção agrícola dos países pobres é absorvida para pagar a dívida externa que por falta de competitividade não consegue alcançar preços que ajudem a saldar as suas dívidas e a alcançar a sua autonomia alimentar.

Diz o Papa que os pobres não podem ser considerados um fardo mas um recurso, mesmo sob o ponto de vista estritamente económico.

Mas detenhamo-nos no exemplo dos Bancos Alimentares Contra a Fome, que com uma leve estrutura organizacional, conseguem recolher bens alimentares, gratuitos, ou resultado de excessos, e fazê-los chegar às pessoas e instituições que deles mais precisam. Aproveitando o que a uns sobeja, ajuda a alimentar muitos estômagos vazios.

Algo semelhante se poderá reproduzir e multiplicar à escala local, regional, nacional e internacional.

Caritas in Veritate não esquece que todo o ser humano vive e se deve desenvolver em família, e apresenta uma fundamentação teológica muito clara e objectiva por referência à relação trinitária entre o Pai, o

Filho e o Espírito Santo, na comunhão de um só Deus, como ponto de origem de todo o ser humano. Porque a relação familiar assenta na relação inter-pessoal, vivendo entre pessoas livres, diferentes que se amam.

Assim, qualquer intervenção da acção social, deve ter sempre em conta o desenvolvimento integrado da pessoa no conjunto familiar, e ter presentes todo o processo holístico, mesmo o económico, habitacional, ético, religioso, da saúde, alimentar, do emprego e da formação.

“ Os sistemas de organização social (..) ou são respeitadores de cada ser humano na sua integridade e respeitadores de todos os seres humanos na sua igualdade, ou não fazem parte da lógica da Caridade, que é a Verdade de Deus para os homens.”

O Papa propõe *“ uma sociedade à medida do Homem, da sua dignidade, da sua vocação”* (CV9)

O ser humano *“deve ser o protagonista, o centro e fim de toda a vida económico-social”*.

Esta teologia e esta ética devem criar uma alma e dinamismo novos na actividade pastoral da Igreja Católica, particularmente na sua intervenção sócio-caritativa, um verdadeiro serviço de gratuidade e partilha que conduza à comunhão.

“De facto a sociedade cada vez mais globalizada torna-nos vizinhos, mas não faz irmãos.” (CV9)

Só a Caridade na Verdade, que nasce da fé no Deus Trindade, nos pode ajudar a superar a visão materialista da realidade e a reconhecer no outro um irmão, membro da mesma família que chama a Deus: Pai nosso (CV7)

III. O Assistencialismo que humilha

“A Solidariedade sem a subsidiariedade

decai no assistencialismo que humilha o sujeito necessitado.”

Sem dúvida que é necessário e urgente sensibilizar as pessoas, as organizações e a sociedade em geral para se passar dos princípios à prática (CV38) e a Igreja católica tem um papel fundamental a desempenhar neste capítulo.

Não aceito que se dê por esmola aos pobres e necessitados, às vítimas da injustiça, aquilo que lhes é devido por direito, e isto quer seja a nível pessoal, institucional, como nacional e internacional, expressamente nas ajudas aos países menos desenvolvidos.

Mas tudo isto ganha uma maior gravidade quando é feito e promovido por pessoas e instituições que se propõem fazer o que Jesus nos ensina, e ou em seu nome. *“Vós sois todos irmãos, e um só é o vosso Pai.”*

O Amor não humilha, não exclui, não faz acepção de pessoas.

Lamentavelmente, este tipo de solidariedade apenas serve para alimentar e expor a vaidade pessoal, um poder dominador escondido, que não ajuda o pobre e excluído a conquistar a sua auto-estima, a confiar nas suas capacidades, e a lutar pela sua integração activa na sociedade, onde se realize e viva a sua plena cidadania.

Nestas intervenções as instituições têm de salvaguardar sempre o princípio da centralidade da pessoa humana, que é o sujeito, e primariamente deve assumir o dever do desenvolvimento (CV47)

Não é raro constatar, que em algumas instituições, as crianças e os idosos e outros utentes parecem estar lá a mais. É urgente reconhecer que cada utente tem todo o direito a uma atenção cuidada, ao carinho, à dedicação e à competência dos técnicos e das direcções, com respostas sociais qualificadas.

A vocação à fraternidade vem de Deus e

só Ele a pode levar ao seu pleno cumprimento. Nunca é demais recordar o que diz o Papa: *o primeiro capital a preservar e a valorizar é o Homem, a pessoa, na sua integralidade.*

Na verdade, nós, pouco ou nada, damos aos outros, se não lhe damos Cristo. Eis um belo lema – programa para cada um de nós e para todas as instituições da Igreja.

Não vamos continuar a manter os pobres na dependência, obriga-los à humilhação de ter de vir mendigar todos os dias, aquilo que por direito lhes é devido, e de os impedir de crescer até à liberdade pessoal e integral.

Torna-se imperioso promover o respeito absoluto pelos direitos humanos de todos e de cada uma das pessoas, particularmente dos pobres.

Será quase impossível, a um pobre, sair da situação injusta e dependente em que vive, se ele próprio não participar na concepção, desenvolvimento e avaliação do projecto que o pode conduzir a uma vida digna e portanto Humana.

A solidariedade que não conduz à igualdade esquece a lógica do Amor e da gratuidade. Pois só a lógica da comunhão é capaz de criar verdadeira comunidade humana, entre pessoas e povos.

Bento XVI alerta para os perigos dum humanismo sem Deus, nem uma referência ao “Mais” da transcendência. *“Um humanismo qu exclui Deus, é um humanismo desumano”* (CV 78). Portanto, o desenvolvimento integral sem Deus é impensável.

Caritas in Veritate adverte-nos que enquanto os pobres deste mundo batem à porta da opulência, o mundo rico corre o risco de deixar de ouvir tais apelos à sua porta por causa de uma consciência já incapaz de reconhecer o Humano (CV 75)

A Doutrina Social da Igreja é teologia moral e por isso oferece uma visão integral do

homem e do desenvolvimento. Este jamais pode desligar-se dos valores fundamentais, sob pena de deixar de ser desenvolvimento.

IV. O Bem Comum... Partilha... Gratuidade

O caminho vivido nesta fase da globalização dos recursos e das finanças vai no sentido da apropriação e do enriquecimento, das desigualdades crescentes, do crescimento da pobreza.

A Doutrina Social da Igreja tem em grande apreço o bem comum, a partilha dos bens e dos recursos, para realizar o desenvolvimento humano integral. Neste sentido, a actividade económica deve produzir riqueza e ter como prioridade a prossecução do bem comum, mas é ao político que lhe cabe a redistribuição.

O Papa nesta encíclica lembra os pobres e os mais desprotegidos no tempo da globalização, como uma linha condutora, que procura apresentar caminhos para o verdadeiro desenvolvimento de cada pessoa e de toda a humanidade.

A justiça e o bem comum são apresentados como critérios orientadores para o agir cristão e da Igreja que tem uma missão da verdade a cumprir.”

Quando o compromisso pelo bem comum é animado pela caridade, tem uma força superior à do empenho de um simples secular e político.

Sem Deus o ser humano não se reconhece a si mesmo, nem é capaz de encontrar o sentido e o futuro da sua existência.

P. Jardim Moreira



O **SER – Jobs for Progress** é uma organização nacional americana, sem fins lucrativos. Foi fundada originalmente no Texas, no ano de 1963. A filial de Massachusetts foi estabelecida em 1979, na cidade de Fall River, sendo uma organização autónoma e privada, com um corpo directivo constituído por 12 elementos da Comunidade.

O *SER* tem por objectivo melhorar a situação sócio-económica da comunidade em que está inserido, oferecendo uma variedade de serviços nos campos da formação profissional, colocação em emprego e educação para jovens e adultos. E é isto precisamente o que tem andado a fazer nestes últimos 31 anos, tendo já passado pelas suas instalações alguns milhares de participantes que saíram, certamente, dos seus programas, mais bem preparados nas áreas em que procuraram auxílio.

Temos tido tempos melhores e tempos piores, mas a nossa capacidade de adaptação tudo tem superado, desde as variantes políticas e económicas até aos maiores ou menores fluxos migratórios que, principalmente nos primeiros anos da nossa existência, marcaram significativamente o passo das nossas actividades.

Temos também tido a habilidade de aproximar organizações, quer a nível local, quer a nível nacional e até internacional, pois têm sido muitos os acordos de cooperação e parcerias que temos estabelecido com variadíssimos departamentos locais, estatais,

federais e até estrangeiros, como foi o caso do programa “A TRANSIÇÃO DA ESCOLA PARA O MUNDO DO TRABALHO” que o *SER* desenvolveu, aqui há uns anos, nos Açores, em colaboração com o Departamento de Estado Norte-Americano e as Secretarias do Trabalho e da Educação do Governo dos Açores e, mais recentemente, acordos com a Direcção Regional das Comunidades para a

elaboração de um “GUIA DA LEI CRIMINAL E DIREITOS DO CIDADÃO” destinado aos imigrantes desta área dos Estados Unidos, já publicado, e um “GUIA PARA A IMIGRAÇÃO, CIDADANIA E JUSTIÇA” a publicar ainda este ano.

O primeiro programa que o *SER* implementou em Fall River foi, precisamente, o primeiro que transportou para os Açores, “A TRANSIÇÃO DA ESCOLA PARA O MUNDO DO TRABALHO”. Era um programa federal piloto, destinado a preparar os jovens para o primeiro emprego, e o seu sucesso inspirou-nos a abertura das nossas portas, em horário nocturno, aos pais dos alunos com quem trabalhávamos durante o dia, começando assim os nossos programas dirigidos a adultos, com aulas de Inglês, formação profissional para operadoras de máquinas de costura, carpintaria, ajudantes de enfermagem e, eventualmente, colocação em empregos. Seguiu-se a criação de cursos de Verão para jovens com vista a superar a falta da supervisão adulta originada pelas férias escolares, já que os pais não podiam, na sua maioria, interromper os seus trabalhos para acompanhar as férias dos filhos.

O espaço de que podíamos dispor, por arrendamento, não acompanhava o nosso crescimento, e tínhamos de utilizar espaços oferecidos pela Diocese Católica em salões de Igrejas, o Liceu Durfee em Fall River e o Liceu de New Bedford, clubes sociais e salas de reuniões de Bancos. Ao fim de 7 anos, porém, a Direcção do *SER* entendeu que era tempo de começarmos a pensar nas nossas próprias instalações e acabamos por adquirir o edifício em que presentemente nos encontramos instalados e que foi largamente ampliado há alguns anos com a aquisição e adaptação de um outro edifício e parque que lhe ficavam adjacentes.

Através dos anos, temos também tido programas em New Bedford, Brockton, Attleboro e Taunton.

Sempre conscientes da evolução das novas técnicas, fomos um dos pioneiros do ensino através de computadores e, em 1993, iniciámos, junto do Departamento de Educação do Estado de Massachusetts, o processo da abertura de uma Escola Profissional, cujo alvará conseguimos obter em 1995.

Tudo isto, porém, não teria sido possível sem a colaboração das empresas da nossa área, com as quais temos sempre mantido uma estreita e cordial ligação, o que nos tem permitido não só oferecer aulas de inglês depois das horas de trabalho nas suas próprias instalações, mas desenvolver também contactos que nos facilitam a colocação no emprego aos nossos alunos e utentes. Com uma presença sempre constante da sua administração em Instituições chaves no desenvolvimento sócio-económico e educacional da cidade de Fall River, o *SER* tem sido e continua a ser requisitado a integrar as direcções dessas organizações, o que nos tem trazido não só um prestígio bastante significativo, como uma projecção difícil de alcançar de outra forma. Ainda há bem pouco tempo fomos chamados a colaborar na preparação para outras ocupações dos desempregados resultantes do encerramento de várias unidades industriais relacionadas com a fabricação de tecidos e confecções, a quem não eram exigidas grandes habilitações, e que agora necessitam de ampliar significativamente os seus conhecimentos académicos e aptidões profissionais para tentarem um novo emprego. O flagelo universal do desemprego atingiu também os Estados Unidos e, muito particularmente, as regiões com indústrias de mão de obra não

especializada, como é o caso das pequenas cidades da Nova Inglaterra onde vive a maioria dos açorianos e seus descendentes,

Mas o *SER* está sempre atento e em cima do acontecimento, e tem já há algum tempo em funcionamento um programa de ensino secundário para adultos e introdução ao uso de computadores, para além da já referida Escola Profissional onde o candidato a um novo emprego pode sempre valorizar ou diversificar as suas aptidões.

M. Paula Raposo,
Directora do SER





BALANÇO EM JEITO DE CONCLUSÃO

Portuguese Support Services and Luso Canadian Charitable Society são organizações existentes respectivamente em Hamilton e Toronto, Canadá, que tiveram a honra de marcar presença no Congresso Internacional de Organizações de Serviço Social promovido pela Direcção Regional das Comunidades nos dias 5 e 6 de Dezembro de 2010. Este encontro foi mais uma vez um vivo testemunho de solidariedade e reafirmação de obras e problemas sociais que são vividos pelos cidadãos portugueses que lutam pelo bem-estar dos seus compatriotas. O programa foi composto por sessões plenárias para discussão das necessidades sociais mais carentes, como o combate à pobreza e exclusão social; desafios no meio familiar; dificuldades enfrentadas pelos emigrantes e imigrantes; maior apoio para promover a auto-dependência às pessoas que sofrem de deficiência física, motora ou mental, o que deu origem a uma profunda discussão e vasta troca de experiências entre as organizações presentes.

Como já vem acontecendo há alguns anos, estes encontros têm uma vasta representação de organizações vindas de vários países e é de salientar que os problemas enfrentados por cada uma são comuns e muito característicos da nossa sociedade portuguesa. Mesmo assim, a resposta que é dada por cada organização tende a ser influenciada pelo meio-ambiente em que se encontra e o tipo de recursos a que a mesma tem acesso. Deste modo, a partilha de experiências entre organizações acaba por abrir novos horizontes e assim enriquecer todas as comunidades.

Tanto PSSQL como LCCS no seu trabalho de promoção de uma melhor qualidade de vida para indivíduos que sofrem de deficiência física e/ou mental e idosos têm beneficiado desta troca de experiências. O campo de trabalho foi alargado e repostas mais adequadas têm sido encontradas. Neste contexto, cabe-nos agradecer à Direcção Regional das Comunidades a promoção do Congresso Internacional e salientar a importância de reiterar esta tão nobre iniciativa.

Para uma melhor compreensão do sentimento que acompanha as comunidades, aqui se transcreve, de seguida, um testemunho da colega Helena Medeiros que também participou no congresso.

Jacinta Ribeiro
Directora do PSSQL

**Portuguese Support Services
for Quality Living Inc.**
746 Barton Street East
Hamilton, Ontario, L8L 3B1
2295 St. Clair Ave. W. Toronto On. M6N 1K9

Testemunho de mãe emigrante

No dia 3 de Novembro de 1974 deixei a minha querida ilha de S. Miguel para embarcar para o Canadá juntamente com o meu marido e duas filhas, de 2 e 4 anos de idade.

A minha filha mais velha nasceu com paralisia cerebral profunda e foi-nos aconselhado pelo médico que ela poderia ter melhoras mais significantes se fosse frequentar um centro de recuperação. Como na ilha não existia qualquer tipo de programa que a pudesse ajudar, então resolvemos escolher o Canadá por ser um país que dava muito apoio a pessoas com deficiência e, também, por termos familiares lá radicados. Foi, sem dúvida, uma mudança muito difícil na nossa vida e cheia de desafios, contrariedades e sentimento de nostalgia e saudade pela nossa terra natal.

Após tantos anos tive a grande alegria de participar no Congresso Internacional de Organizações de Serviço Social promovido pela Direcção Regional das Comunidades em Ponta Delgada no passado, em Dezembro de 2010. Fiquei muito sensibilizada por ver a assistência disponibilizada hoje em dia pelos centros de apoio a pessoas com deficiência sob a direcção de vários técnicos e profissionais. Ao mesmo tempo regozije-me por saber que as entidades locais estão a criar novos projectos em benefício dos açorianos portadores de deficiência e residentes no estrangeiro e, assim, estreitar os laços de solidariedade e patriotismo.

Ainda sonho voltar a passar algum tempo em S. Miguel na companhia da minha filha, mas desde já faço um apelo às Câmaras Municipais para terem compaixão pelos cidadãos confinados a cadeiras de rodas e, assim, favorecerem as condições necessárias nas ruas, meios de transporte e lugares públicos a ter rampas para acesso e mobilização das cadeiras promovendo-lhes uma melhor qualidade de vida. Bem hajam!

Helena Brilhante Pacheco Medeiros





Do not miss this opportunity!

Register at: <https://sites.google.com/site/simposio2011por/>

November 9 and 10, 2011

Cambridge, Massachusetts, USA

INTERNATIONAL SYMPOSIUM

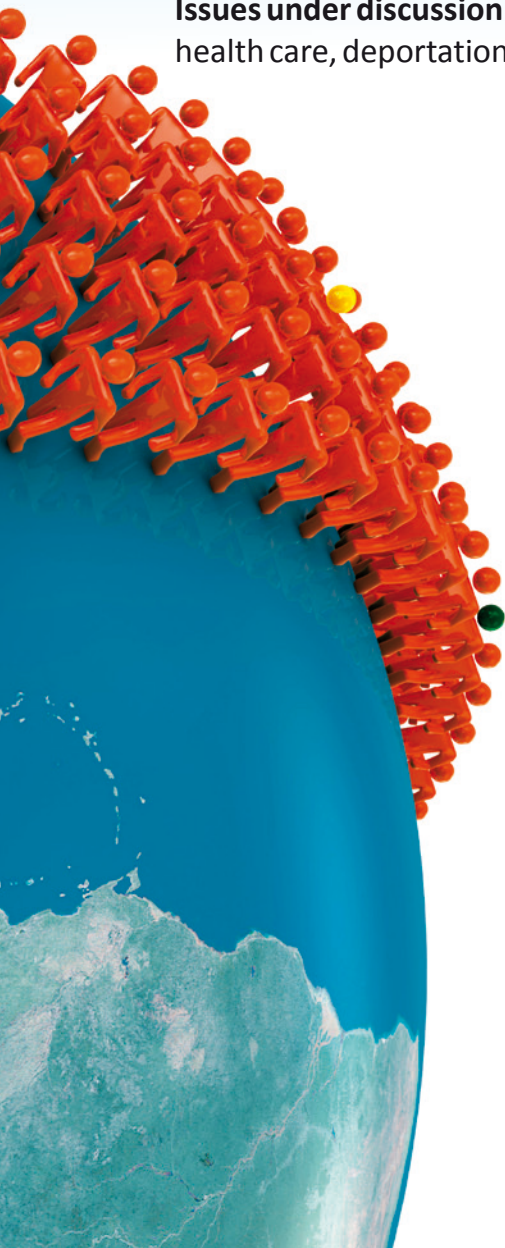
The DRC, in partnership with MAPS, Lesley University, Boston College, UMASS Boston, Princeton University and Catholic Social Services, organizes the **INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON HUMAN RIGHTS AND QUALITY OF LIFE OF THE PORTUGUESE-SPEAKING COMMUNITIES IN THE UNITED STATES OF AMERICA AND CANADA.**

Issues under discussion:

health care, deportation, education, human rights and community leadership.

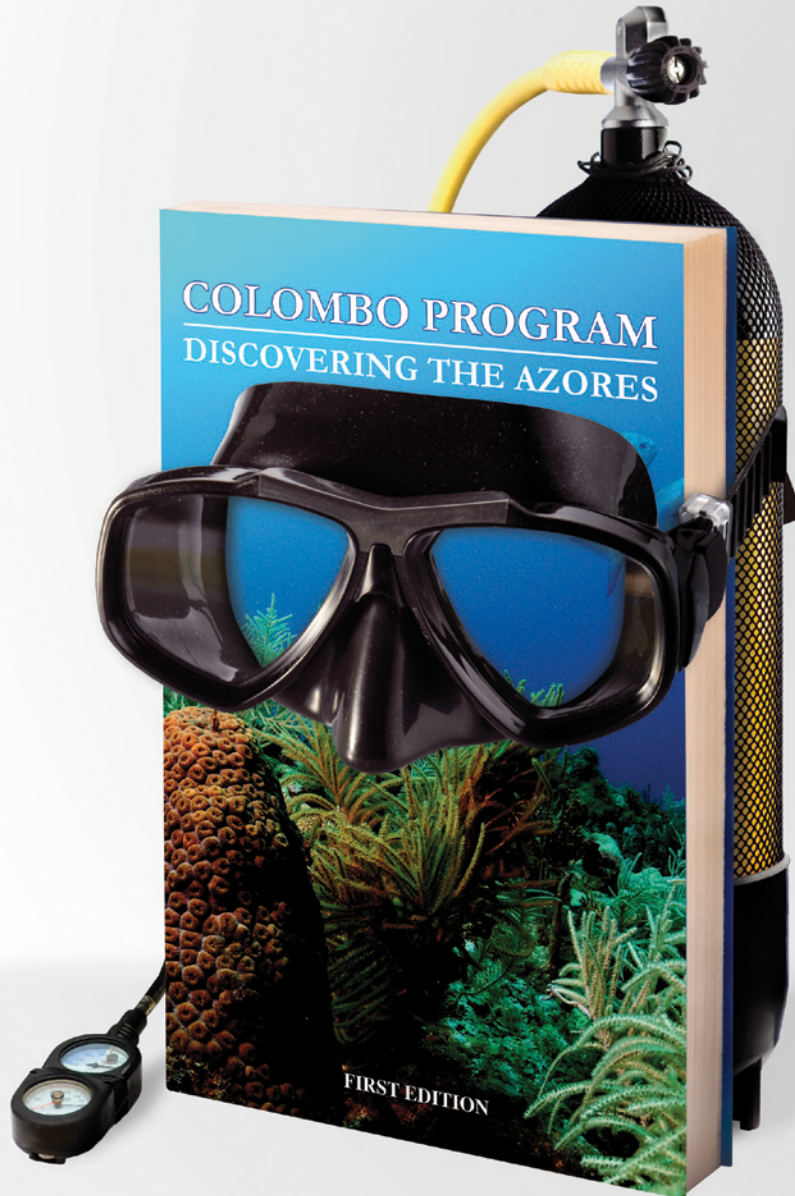
Keynote Speaker:

Craig Mello, Nobel Prize Laureate in Medicine 2006



Governo dos Açores

IT'S TIME TO EXCHANGE THEORY FOR PRACTICE.



YOUR FUTURE IS IN THE AZORES

The Government of the Azores gives you the opportunity to have a different and enriching professional experience, learn a new language and live an adventure, contributing to the development of the land of your origins. If you are of Azorean descent up to the 4th generation and have just completed your degree, accept the challenge and come to the Azores under the Training Program **Colombo**.

For more information: www.colombo.azores.gov.pt, colombo@azores.gov.pt or contact your university.



supported by:

